

ANTÔNIA MARINÊS GOES ALVES  
ELENILSON SILVA DE OLIVEIRA  
MICHEL JUSTAMAND  
(ORGS.)

# faas



Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA  
CULTURAL

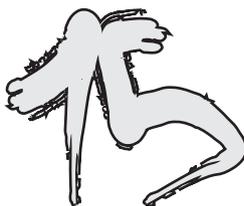
EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS



Antônia Marinês Goes Alves  
Elenilson Silva de Oliveira  
Michel Justamand  
Organizadores

**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

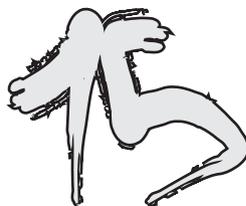
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidad da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
Maria Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Antônia Marinês Goes Alves  
Elenilson Silva de Oliveira  
Michel Justamand  
Organizadores

**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2018



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Geresa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

# Caboclo

Tu és filho da mãe natureza,  
Moldado nas veias do Amazonas.  
És forte e altivo com certeza,  
Desafio nenhum lhe impressiona.

Herdaste da vida uma lida sofrida  
Cheia de intempéries sombrios.  
Mas nunca se rende a tristeza,  
Guerreiro por natureza,  
Impera e mostra o seu brio.

Olhe nos olhos do caboclo.  
Sinta a essência em sua alma,  
De um ser forte e soberano  
Que com pouco não se abala.

Não teme as faces da floresta.  
Vence a chuva, a fome, o frio...  
Respeito e coragem são as armas  
E assim leva a vida no rio.

Cultiva sua fé em várias crenças,  
E as defende com muito fervor.  
Teme a Deus como um bom filho,  
Sua vida é pautada no amor.

Nunca a ninguém nega auxílio.  
E vive sempre a trabalhar.  
Planta, cultiva, vive da terra,  
E o fruto está em seu olhar.

*Snidem*

© by Alexa Cultural

**Direção**

Yuri Amaro Langermans  
Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

K Langer

**Revisão Técnica**

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Joaquim Onéssimo F. Barbosa

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A563a ALVES, A. M. G.  
O578e OLIVEIRA, E. S.  
J276m JUSTAMAND, M.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 15 - Antonia Marinês Goes  
Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand, Alexa Cultural:  
São Paulo, 2018

14x21cm -214 páginas

ISBN - 978-85-5467-031-3

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice -  
II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia  
Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610  
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles  
emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**Alexa Cultural Ltda**  
Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alexa@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**  
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

# Sumário

Caboclo

*Snidem*

- 7 -

Revelações interdisciplinares fortalecendo as ciências – FAAS 15

*Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira, Michel Justamand*

- 11 -

Panorama Sociolinguístico na fronteira:  
Discursos Casuais na fronteira Tabatinga (Brasil) – Leticia (Colômbia)

*Antônia Marinês Goes Alves*

- 17 -

Dialogicidade na docência: traços da pedagogia freireana  
no Ensino Superior

*Daniela Sulamita Almeida da Trindade*

- 25 -

A educação do campo e as políticas públicas educacionais no  
município de Tabatinga, Amazonas

*Elenilson Silva de Oliveira, Ramofly Bicalho dos Santos*

- 35 -

A tela mágica no Médio Solimões: a educação popular da  
Associação Cinematográfica Fogo Consumidor

*Eliane Góis da Silva, Guilherme Gitahy de Figueiredo*

- 49 -

Experiências de economia solidária e segurança alimentar pelos  
agricultores orgânicos do Amazonas

*Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia Aquino de Sousa, Michel Justamand*

- 71 -

Maués, integração sustentável: meio ambiente e economia

*João Clovis de Oliveira Costa*

- 87 -

A infância e a leitura

*Joaquim Onésimo F. Barbosa*

- 99 -

Contar História, Hábito e Tradição:  
O Caminho Para Manter Vivas na Cultura as Histórias do Amazonas

*José Lino do Nascimento Marinho*

- 115 -

A Universidade Estadual do Amazonas e a civilização no  
município de Manicoré

*Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

- 131 -

A construção de uma identidade:  
do nome social para retificação do Registro Civil no Brasil

*Keliene Ferreira dos Santos, Iraildes Caldas Torres*

- 139 -

Valor econômico da floresta da Universidade Federal do Amazonas em  
Manaus (AM) pelo método contingente

*Matheus de Oliveira Dutra, Elias Simão Assayag, João Bosco Ladislau de Andrade*

- 151 -

Mulheres que tecem relações e criatividade: experiência do curso de  
artesanato em biojoias no IFAM/Campus Parintins/AM

*Rúbia Maria Farias Cavalcante, Mírian de Araújo Mafra Castro, Mário Bentes Cavalcante*

- 173 -

A importância da arquitetura indígena no resgate cultural e  
sua integração com a unidade de saúde coletiva

*Tiago dos Santos Oliveira*

- 187 -

É meu amor por você

*Odri Araújo*

- 201 -

Sobre os autores

- 203 -

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

- 209 -

Obras afins

- 211 -

# Revelações interdisciplinares fortalecendo as ciências – FAAS 15

*Antônia Marinês Goes Alves*

*Elenilson Silva de Oliveira*

*Michel Justamand*

A Coleção FAAS – Fazendo Antropologia no Alto Solimões torna público mais um leque de ideias, reflexões e conhecimentos, sobre a fronteira amazônica, entre Brasil, Colômbia e Peru. Mas, mais do que falar e tratar desses saberes, abrimos espaços para outros saberes e conhecimentos, além do da fronteira, para com eles sabermos e conhecermos mais o mundo, a vida, a ciência, as pessoas e as suas relações.

Com tal intuito e num esforço de editoração e comunicação entre diferentes pesquisadores e seus temas, de díspares pontos geográficos do país, revelamos essa história que começa a ser contada nesta apresentação. História que tem se repetido desde 2012, quando publicamos as duas primeiras edições da coleção. Somos orgulhos de termos publicado ambas obras (Antropologia no Alto Solimões e Fazendo Antropologia no Alto Solimões, veio a dar o nome a coleção).

Atualmente essas duas obras são paradigmáticas para a coleção. Naquele momento, lançávamos as bases das ideias, reflexões e ensaios que, presentemente, desvelamos e revelamos mais uma vez. Dizemos isso, por que já se vão 14 volumes nessa história desde 2012. E agora a coleção, que iniciou pequena sem pretensão, tem 15 volumes, com a presente obra, que as senhoras e os senhores têm em mãos.

As 14 edições anteriores foram organizadas em alguns momentos, por dois ou três, ou ainda, por, pelo menos, um docente, da unidade acadêmica do Alto Solimões da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Essa unidade é nomeada de Instituto de Natureza e Cultura – INC. O instituto é onde se localiza o Curso de Bacharelado de Antropologia. Esse curso é o primeiro de Antropologia nas universidades federais do Brasil. Fundado em 2006 na cidade de Benjamin Constant.

Para a composição e formação do colegiado de Antropologia, que tem em seu meio professoras e professores, que se efetivaram ali, foram necessários a realização de concursos públicos, entre os anos de 2006 e 2013. Para que o quadro de docentes fosse formado, tendo atingido o seu número máximo, hoje, com 11 docentes. Atualmente, dois são dirigentes da coleção (Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand). Outros dois (Adailton da Silva e Tharcisio Santiago Cruz) têm apresentado textos, contribuindo com pareceres e também na organização de algumas edições anteriores.

A presente edição, como algumas anteriores, é fruto da nossa ampliação da rede de relações, formando parcerias com pesquisadoras e pesquisadores para além ou extra Alto Solimões. Nesse caso, um dos organizadores (Michel Justamand) é docente do INC, de Antropologia, e os dois outros colegas (Antônia Marinês Goes Alves e Elenilson Silva de Oliveira) da organização são do Instituto Técnico Federal do Amazonas – IFAM de Tabatinga, cidade vizinha a Benjamin.

Nós, dirigentes da coleção, entendemos ser salutar termos parceiros de outras instituições que se interessem em dividir caminhos percorridos pela ciência, também vemos como importante dividir e ampliar os conhecimentos, as ideias e as reflexões, além de colaborarem com seus textos.

Parece-nos, aos dirigentes da coleção e seus colaboradores, que dessa forma ampliando as relações e os diálogos interdisciplinares, interinstitucionais, até mesmo os internacionais, é que oxigenamos a ciência. Assim, temos a certeza de que, e especialmente, a ciência humana e social feita na região amazônica ganha novo impulso. Imaginamos que temos muito a somar e ampliar ainda!

De tal modo, em nome dessa soma e ampliação dos laços interdisciplinares da Ciência Antropológica, porque a entendemos como multidisciplinar de saída, graças às muitas relações que a Teoria Antropológica e suas pesquisas se permitem, mas não vemos isso para essa área, e, sim, de todas as áreas das Ciências Humanas, quicá de todas as áreas da produção científica.

Portanto, apresentamos os textos/capítulos que compõem a presente obra, a seguir...

O primeiro capítulo intitulado de *Panorama Sociolinguístico na fronteira: Discursos Casuais na fronteira Tabatinga (Brasil) – Leticia (Colômbia)*, de autoria de Antônia Marinês Goes Alves apresenta um estudo sobre

os discursos casuais na fronteira Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Alves traça um panorama da situação sociolinguística desta região em relação às atitudes linguísticas dos falantes de português e espanhol em interações bilíngues de registro coloquial oral em diferentes âmbitos da zona urbana.

Daniela Sulamita Almeida da Trindade é a autora do subsequente trabalho. Ela o intitula de *Dialogicidade na docência: traços da pedagogia freireana no Ensino Superior*. Trindade discorre em suas linhas sobre o processo de formação na pós-graduação stricto sensu. A autora reflete sobre a aplicação de traços da pedagogia freireana no processo de formação na Pós-Graduação, com vistas a favorecer relações autenticamente formadoras. Lembra ainda que é importante o reconhecimento de que ensinar exige reconhecer que a postura do educador é ideológica e que reconhecer os saberes do educando são indispensáveis à prática da atividade docente.

O próximo capítulo é *A educação do campo e as políticas públicas educacionais no município de Tabatinga, Amazonas*. O texto é de autoria de Elenilson Silva de Oliveira e Ramofly Bicalho dos Santos. Nele, os autores abordam as políticas públicas educacionais voltadas à população do campo, contemplando os programas e ações desenvolvidos pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM no município de Tabatinga. Lembram que há aproximadamente duas décadas a educação do campo vem se consolidando por meio de lutas sociais e diálogos inter e intrainstitucionais.

O seguinte capítulo é de autoria de Eliane Góis da Silva e Guilherme Gitahy de Figueiredo. Ele recebe o título de *A tela mágica no Médio Solimões: a educação popular da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor*. Os autores lembram que o cinema é um poderoso processo formador de opiniões, mas também é arte, sem dúvidas é criação, e por fim, é produção cultural. Lembram que o cinema reflete a sociedade e contribui para a mudança social ao gerar reflexão. Assim, assistir e ou participar da produção cinematográfica são atividades que podem intensificar bastante o processo educativo, pois os filmes e as suas imagens em relação simbiótica com áudios, educam e estimulam o imaginário. Talvez essas sejam as contribuições da tela mágica no Médio Solimões.

Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia Aquino de Sousa e Michel Justamand são os autores do quinto capítulo da obra. O título do trabalho deles é *Experiências de economia solidária e segurança alimentar pelos agri-*

*cultores orgânicos do Amazonas*. Os autores sistematizam as experiências dos agricultores familiares, da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas (Apoam), fundamentada nos princípios da agroecologia, baseada nas práticas de economia solidária e segurança alimentar. Lembram que os associados cultivam agricultura sem queima, na produção de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos.

*Maués, integração sustentável: meio ambiente e economia* é o título dos escritos de João Clovis de Oliveira Costa. O autor lembra que o fim do século XX e o início do século XXI estão ambos marcados pela preocupação do Homem com a Natureza. Costa desenvolveu sua pesquisa de forma exploratória e descritiva. Utilizou-se da modalidade de estudo de caso e abordagem qualitativa. A autor nos indica com um dos possíveis resultados à existência de inúmeras formas de extrativismo da flora amazônica, essas formas serviriam como insumos para obtermos, no futuro, a desejada integração responsável entre Meio Ambiente e Economia.

Joaquim Onésimo F. Barbosa é o autor do sétimo capítulo, que é intitulado de *A Infância e a leitura*, no qual o autor discorre sobre a infância e a leitura, a partir das ideias de Norbert Elias e Phillipe Áries. No primeiro momento, delinea algumas considerações sobre a infância e sua história no processo civilizador humano, principalmente sobre a ideia de infância e suas percepções, para, em seguida, destacar a leitura e sua importância na vida social do homem, especificamente, como objeto do seu texto, a civilização das crianças.

O imediato tópico atende pelo nome de *Contar História, Hábito e Tradição: O Caminho Para Manter Vivas na Cultura as Histórias do Amazonas*. Esse trabalho é de autoria de José Lino do Nascimento Marinho. Nesses escritos o autor aborda como tema o recurso didático para a contagem da história pelo professor, em sala de aula, com a pretensão de manter viva a cultura de sua localidade. O texto se propõe a relatar tal uso dinâmico com discentes das turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Santa Teresa, em Tefé, no Amazonas.

O nono capítulo pertence a Kamilla Ingrid Loureiro e Silva. Esse documento leva o nome de *A Universidade Estadual do Amazonas e a Civilização no município de Manicoré*. Para a autora a educação é algo essencial ao indivíduo, além de obter conhecimento, traz ao ser humano a capacidade de se relacionar com o meio em que vive. Loureiro e Silva pretende, por

meio de suas escritas, compreender a representação social da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no município de Manicoré. A autora visa demonstrar o quanto a universidade alterou a forma de pensamento do homem do interior e também suas ações.

O subsequente assunto é de autoria de Keliene Ferreira dos Santos e Iraildes Caldas Torres. As autoras nomeiam seu trabalho de *A construção de uma identidade: do nome social para retificação do Registro Civil no Brasil*. Santos e Torres lembram que no campo da sexualidade o desconhecimento é notório, principalmente quando nos deparamos com uma variante diferente do “normal”, que seria mulher-feminina e homem-masculino conhecidos por cisgênero, em relação a orientação sexual encontram-se no campo da heterossexualidade.

O *Valor econômico da floresta da Universidade Federal do Amazonas em Manaus (AM)* pelo método contingente é o texto de Matheus de Oliveira Dutra, Elias Simão Assayag e João Bosco Ladislau de Andrade. Refletem sobre o valor econômico da floresta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), situada na cidade de Manaus (AM), e, para tanto, desenvolveram pesquisas de caráter descritivo e explicativo. Usaram-se de aplicação de questionários e do Método de Valoração Contingente (MVC). Os pesquisadores analisam a Disposição a Pagar (DAP) dos usuários diretos do campus universitário.

O décimo segundo capítulo da obra é de autoria de Rúbia Maria Farias Cavalcante, Mírian de Araújo Mafra Castro e Mário Bentes Cavalcante. Os autores tratam em seus escritos de uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM-Campus Parintins durante a execução do Programa Mulheres Mil. Programa que promove a inclusão social, geração de renda, elevação da escolaridade e a qualificação profissional de mulheres que residem em bairros periféricos da cidade e que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Já o último capítulo intitulado de *A importância da arquitetura indígena no resgate cultural e na integração com a unidade de saúde coletiva*, é de autoria de Tiago dos Santos Oliveira e versa sobre os Nhandéva-Guarani, de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Trata de relatar como esses indígenas constroem seus ambientes habitacionais utilizando materiais disponíveis localmente com respeito à sua cultura ancestral. Oliveira demonstra como a cultura é dinâmica e há interferências dos processos construtivos

modernos nas aldeias, a sua arte sofre com os processos tectônicos e as novas tecnologias advindas das instituições públicas

Dessa maneira, feita de forma singela, honesta e orgulhosa a apresentação, breve bem breve mesmo, nós, os organizadores dessa obra livresca, desejamos que as leitoras e os leitores tenham bons momentos ao se debruçar sobre tais formulações escritas e as usem para as suas futuras reflexões, oxigenando e ampliando suas ideias!

Esses são os mais sinceros votos dos organizadores!

Boa leitura a todas e todos!

*Alto Solimões, 2018*

# **Panorama Sociolinguístico na fronteira: Discursos Casuais na fronteira Tabatinga (Brasil) – Leticia (Colômbia)**

*Antônia Marinês Goes Alves*

## **1. Introdução**

As pesquisas linguísticas, de modo geral, tendem a se direcionar em relação aos aspectos: fonético – fonológico, morfosintático e semântico. No Amazonas, devido à enorme variedade de línguas indígenas existentes e a constante ameaça de extinção destas, nota-se um aumento no interesse pela preservação dessas línguas. Entretanto, paralelamente a esta realidade, temos as línguas majoritárias, neste caso, o português e o espanhol. Línguas que, embora descritas, não permanecem estáveis, pois não são imutáveis, tendem a sofrer mudanças, as quais podem estar relacionados ao uso ou ao contato de línguas, tema deste trabalho.

As cidades de Tabatinga e Leticia, conjuntamente, formam uma região fronteiriça onde sua população compartilha um cenário linguístico multicultural e plurilíngue. Neste sentido, a interação entre os falantes de português e espanhol, de maneira particular, pode gerar um questionamento: Somos todos bilingues na fronteira Tabatinga – Leticia?

Feito esse questionamento, observa-se que estudos dessa natureza ainda não foram desenvolvidos, o que abre um grande leque de possibilidades de investigação. Dentro destas, traçar um panorama sociolinguístico no relacionado ao contato do português e espanhol, a partir de discursos casuais parece ser o primeiro passo para alcançar uma melhor compreensão de todos os aspectos sociolinguísticos existentes na fronteira Tabatinga – Leticia.

Com esse estudo preliminar se pretende aportar dados que possam contribuir para a realização de um futuro diagnóstico sociolinguístico da fronteira colombiana – brasileira, visto que pesquisas nesta área ainda não foram propostas apesar de toda a diversidade linguística que a região apresenta.

Na fronteira Tabatinga – Leticia temos um vasto panorama linguístico: línguas indígenas, latinas, em constante contato, gerando uma série de fenômenos sociolinguísticos, onde se entrelaçam questões sociolinguísticas e de uso destas línguas.

Dado a esse vasto campo que se apresenta sugere a necessidade do estudo dos fenômenos decorrentes do contato de toda essa variedade de línguas, foi que optou-se por aprofundar o estudo do contato do português e espanhol no espaço urbano durante discursos casuais nos quais se prioriza a utilização da fala espontânea, ou seja, uma linguagem informal, a qual além de deixar à mostra as atitudes linguísticas dos falantes de ambas as línguas na fronteira, nos permite perceber também os fenômenos decorrentes do contato de línguas, tais como transferências, empréstimos lexicais, alternância e mistura de códigos.

Esse estudo pretende contribuir para a compreensão e percepção dos fenômenos decorrentes do contato que podem ocorrer na zona fronteira com uma diversidade tão grande de línguas.

## **2. Sociolinguística e Contato de línguas – breves aportes teóricos**

Neste trabalho utilizamos os conceitos abordados no campo da Sociolinguística, conforme apresenta-se a seguir:

### **2.1 Bilinguismo e seus desdobramentos**

Como um dos fundamentos teóricos principais temos os conceitos de Bilinguismo dados por Appel y Muysken (1996), os quais relacionam dois tipos: Bilinguismo individual e Bilinguismo Social.

O bilinguismo individual apresenta diferentes definições segundo alguns autores. Bloomfield e outros menos rígidos como Macnamara (*apud* APPEL y MUYSKEN 1996, p. 11) O primeiro o concebe como bilingue aquele que tem “o domínio de duas ou mais línguas iguais a de um nativo”. Enquanto que o segundo, admite como bilingue o indivíduo que, além de suas habilidades na língua I, possui alguma habilidade em pelo menos uma das quatro modalidades – falar, entender, escrever, ler – na língua 2. Portanto, neste trabalho usaremos a segunda definição, onde o indivíduo será considerado bilingue quando possuir algum grau de competência comunicativa (produção oral ou escrita em uma segunda língua).

Outro conceito importante é o Bilinguismo social que se refere ao que ocorre na comunidade linguística como um todo, por isso, é produzido em sociedades onde se falam duas ou mais línguas. No que se refere a este conceito, os autores Appel y Muysken (1996, p. 12) classificam três situações possíveis: 1. Dois grupos diferentes falam suas línguas, mas cada grupo é monolíngue; 2. Os falantes de ambos os grupos são bilingues; e 3. Um grupo é monolíngue e o outro, bilingue.

## 2.2. Contato de Línguas

Podemos considerar situações de contato nas zonas fronteiriças, nas comunidades bilingues e nos centros de ensino de segundas línguas.

Na fronteira Tabatinga – Leticia, em particular, temos o caso de uma zona fronteiriça que, além de suas línguas I – português e espanhol – compartilham o cenário com línguas de origem indígena bem como outra variante do espanhol, o peruano.

Levando em consideração os aspectos sociolinguísticos desta região e, por conseguinte, comunidade bilingue, faz-se necessário considerar alguns conceitos tirados de Appel y Muysken (1996, p. 14 -16):

*a. Atitudes* – Podemos considerar atitudes linguísticas em relação a um grupo étnico ou social, os quais podem ser representados em instituições como o governo, a igreja, entre outros. Frente a isso, temos as manifestações individuais, ou seja, atitudes que estão relacionadas aos falantes de forma individual. Podemos dizer, então, que a posição que a língua ocupa na escala de valores de determinado grupo social repercute nas atitudes linguísticas destes falantes.

*b. Eleição linguística* - Quando tratamos deste conceito, podemos dizer que esta se realiza determinada por umas perspectivas deterministas (a sociedade impondo normas implícitas), por uma especialização funcional (uso da língua segundo as funções da linguagem) ou, finalmente, por perspectivas centralizadas no indivíduo (quando o interlocutor, a situação e o tema têm papel importante).

*c. Transferência linguística* – adotaremos o conceito introduzido por Clyne (apud MORENO, 1998, p. 32), o qual a define como a influência que uma língua exerce sobre outra e, concretamente, como o uso, em uma língua B, de um aspecto característico da língua A.

d. *Empréstimo léxico* – será entendido como a transferência de elementos lexicais de uma língua para outra. Esses elementos costumam substituir uma palavra (substituição) ou para designar algo que não possui equivalência na língua dada (adição).

e. *Alternância linguística* - é a justaposição de orações ou fragmentos de orações de línguas diferentes no discurso de um mesmo falante. Segundo essa definição, Appel y Muysken (1996, p. 15-16), fazem a seguinte distinção: I. a alternância de cacos que ocorre quando no início ou no fim de uma fala, faz-se a introdução de pequenos fragmentos de outra língua em uma oração de caráter monolíngue; II. A alternância intraoracional que ocorre normalmente no meio de uma oração e, por essa razão, muitas vezes se confunde com a mistura de códigos; e III. A alternância interoracional que se dá no meio de duas orações.

f. *Mistura de códigos* – entendida como a mudança de unidades dependentes (morfemas dependentes) que não são equivalentes em ambas as línguas.

Finalmente podemos concluir que los hablantes bilingües según la situación comunicativa que se presente pueden hacer uso, en su discurso, de los diferentes fenómenos lingüísticos citados anteriormente. Appel y Muysken (citados por Moreno) fundamentan su explicación del cambio de código usando como base las funciones del lenguaje:

La alternancia se puede dar para favorecer la función referencial (de determinados temas sólo se habla en una lengua y no en otra; ciertos objetos se designan con vocablos de una lengua y no de otra), para favorecer la función conativa, implicando más directamente al oyente (en este sentido puede tener fines convergentes o divergentes, según la teoría de la “acomodación del habla”); también se puede alternar dos lenguas para favorecer la función expresiva (modo de expresión de un grupo social determinado), la función fática (al cambiar el turno se cambia la lengua), la metalingüística (por ejemplo, para resaltar las habilidades lingüísticas propias) o incluso la poética (hacer juegos de palabras)” (MORENO, 1998, p. 273).

### **3. Procedimentos metodológicos**

Para melhor descrevermos a forma como os falantes atuam para utilizar o português e o espanhol simultaneamente e além disso, como e o porquê de usar uma ou outra língua, tomando como objeto de análise

os eventos comunicativos informais(diálogos). Para o desenvolvimento do trabalho foi aplicado um questionário a falantes da fronteira, além de gravações de tais eventos comunicativos, os quais se deram de distintas formas e lugares, tanto em Tabatinga como em Letícia. Nestes eventos atuaram como protagonistas falantes possuidores de algum grau de bilinguismo.

Os sujeitos da pesquisa desta pesquisa foram falantes bilingues de português e espanhol na fronteira Tabatinga – Letícia.

Como mostra representativa da população, foram selecionados, ao azar, 50 indivíduos de cada cidade, totalizando 100 falantes, aos quais lhes foi aplicado um questionário semiaberto, visando traçar o perfil dos falantes que vivem na fronteira, determinando dados representativos da situação de bilinguismo na zona.

Os corpora foram constituídos por gravações e narrações de pequenos episódios nos quais os falantes desenvolvem, de maneira casual, diálogos na zona urbana de Tabatinga e Letícia.

Para a elaboração deste panorama sociolinguístico aplicou-se o método SPEAKING (proposto por HYMES *apud* DURANTI, 2000) em alguns de seus pontos, tais como: Situação (Lugar e Cenário); Participantes (Interlocutores); Fines (propósito – resultados; propósitos – objetivos) e Normas de interação e de interpretação.

Passada essa etapa, seguimos com a descrição dos diferentes tipos de situações de interações bilingues na fronteira Tabatinga-Letícia, para apontar, a partir delas, fenômenos linguísticos que tendem a ocorrer nas mesmas, tais como alternância, mistura de códigos, transferência e empréstimo léxico.

A partir dessas etapas foi possível traçar um quadro demonstrativo das consequências do contato linguístico entre português e espanhol no qual se averigua a situação de ambas as línguas nesta fronteira.

#### **4. Resultados encontrados**

De acordo aos dados recolhidos e as observações realizadas, verificou-se que na fronteira Tabatinga – Letícia podem apresentar pelo menos seis diferentes situações de interação bilingue:

**Interação I:** *Português x Espanhol* – nesta interação recorre-se bastante à utilização de empréstimos, transferências, mistura de códigos e alternância, na intenção de tornar a comunicação exitosa.

**Interação II:** *Espanhol x Espanhol* – falantes de ambos os países (brasileiro x colombiano) ao escolher a língua espanhola como mediadora da conversação, seja por cortesia ou por competência comunicativa, procuram minimizar a ocorrência dos fenômenos linguísticos (transferências, mistura de códigos e alternância). Neste caso foi mais recorrente o uso de empréstimo linguístico.

**Interação III:** *Português x Português* – Os falantes de ambos os países (brasileiro x colombiano) escolhem essa modalidade também por cortesia ou por competência comunicativa. Entretanto, nesta foram frequentes as misturas de códigos, alternância, transferência e empréstimos léxicos no mesmo grau de ocorrência.

**Interação IV:** *Português x Espanhol* – Neste caso os falantes buscaram utilizar a língua materna de seu interlocutor (brasileiro fala espanhol/colombiano fala português). Nesta situação ocorreram diálogos rápidos, onde ambos os falantes, buscam ser solidários e não percebem que seu interlocutor está se comunicando na língua materna do outro.

**Interação V:** *Português x Português* – Devido ao contato de línguas ocasionado nesta fronteira, é normal encontrar entre os falantes de Tabatinga, conversações nas quais estão presentes o espanhol de alguma forma, seja como transferência, alternância ou empréstimo, tornando a interação bilingue, em vez de monolíngue.

**Interação VI:** *Espanhol x Espanhol* – Assim como no caso anterior, também em língua espanhola, ocorre o uso de fenômenos linguísticos oriundos do português, mesmo durante a fala entre interlocutores de origem leticiana em sua língua materna.

Dadas essas situações comunicativas e levando em consideração que estamos partindo de registros de discursos casuais orais, podemos dizer que, na fronteira Tabatinga-Letícia encontramos uma situação de bilinguismo social de tipo II, ainda que não possamos concluir que toda a população fronteiriça seja possuidora de alguma habilidade comunicativa em uma segunda língua, seja português ou espanhol.

Também devemos levar em consideração que as populações destas cidades são formadas por indivíduos de outras regiões da Colômbia e do Brasil, os quais firmam moradia na região por diferentes motivos (estudo, trabalho).

Observa-se ainda, que é possível encontrar nos quais os falantes

não fazem distinção entre as línguas e recorrem ao que popularmente é denominado “portunhol”. Esta situação ocorre, principalmente em interações onde seus interlocutores possuem uma baixa escolaridade. Em outros casos, encontramos também a opção pelo uso de uma ou outra língua, configurando um diálogo monolíngue.

Assim, podemos afirmar que o uso e a manutenção das línguas portuguesa e espanhola na fronteira Tabatinga e Letícia está sendo mantida, embora haja a presença e manifestação de alguns fenômenos linguísticos.

### **5. Considerações finais**

Podemos dizer que o panorama sociolinguístico de Tabatinga e Letícia se apresenta de forma muito diversa, com a comunhão de diversas línguas majoritárias ou não, as quais tendem a conviver de forma harmônica e sem perdas linguísticas para nenhuma delas até o momento. Percebe-se também falantes muito arraigados às suas línguas, fazendo da aprendizagem ou uso de uma segunda língua apenas um instrumento que lhe garanta um melhor desempenho na sociedade ou um maior grau de status nesta.

Nesta região temos uma grande parte da população que é transitória, tal fenômeno gera uma espécie de reciclagem das línguas, tanto do português, como do espanhol, o que não permitiria que uma interlíngua surja tão rapidamente. Talvez em algumas décadas possamos identificar o surgimento deste fenômeno nesta zona.

### **6. Agradecimentos**

À Universidade Nacional da Colômbia – UNal. Pela oferta da graduação em Linguística.

### **7. Referências**

APPEL, René. y MUYSKEN, Paul. Bilingüismo y contacto de lenguas. España: Ariel, 1996.

DURANTI, Alessandro. Antropología Lingüística. Traducción española: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

MORENO, Francisco. Principios de Sociolingüística y Sociología del lenguaje (cap. 15 “Lenguas en contacto”). Barcelona: Ariel, 1998.



# Dialogicidade na docência: traços da pedagogia freireana no Ensino Superior

*Daniela Sulamita Almeida da Trindade*

## Introdução

A relação ensino-aprendizagem na Educação Superior situa-se num contexto de necessidades e exigências formativas para os estudantes da pós-graduação *stricto sensu*. Somada ao desafio de produção da pesquisa em tempo mínimo, aos trabalhos das disciplinas obrigatórias e optativas, entre outros, os processos didáticos no cotidiano acadêmico precisam cor-tejar, mais intensamente, a dialeticidade freireana nas práticas docentes.

No que tange a atuação docente, suas implicações de escolha didática perpassam por questões de construção identitária, mediada por questões sociais, econômicas, culturais, epistemológicas e institucionais, dentre outras, que prescindem de leitura crítica dos limites e possibilidades do contexto da atuação profissional.

Pensar a Didática como construção real e dialógica entre educador e educando, depreende uma mobilização em direção aos desafios da realidade concreta, que resvalam em incertezas e curiosidades, advindas das relações de reformulações de saberes vivenciadas na sala-de-aula e no âmbito da universidade em movimento (LIMA e BRAGA, 2016).

Partindo da ideia de construção do conhecimento como elaboração coletiva, a aplicação da dialogicidade freireana na complexa prática docente, fundamenta-se numa perspectiva progressista que se posiciona como ato de negação a dominação, contrária a reprodução da ordem social vigente e evidencia relações; teoria-prática, ensino-aprendizagem e ensino-pesquisa, como saber-fazer transformador e ato de conhecimento formativo da pós-graduação (LIMA e BRAGA, 2016).

O *locus* da pesquisa foi o curso de Pós-Graduados Sociedade e Cultura na Amazônia: disciplina modular de **Seminário Temático II- os divergentes e a Amazônia**, UFAM-AM, que tem foco na formação transdisciplinar e destina-se a diversas áreas do conhecimento. Os sujeitos da pesquisa foram o professor e os mestrandos e doutorandos, alunos desse curso de Pós-Graduação.

Tendo em vista a necessidade de enfatizar a importância da aplicação da dialogicidade nos debates e pesquisas no ensino superior, tem-se como objetivo; refletir a aplicação de traços da pedagogia freireana no processo de formação *stricto sensu*, com vistas a favorecer relações autenticamente formadoras.

### **A práxis pedagógica e dialógica**

Desde sua criação no século XI, a Universidade deu provas de uma vitalidade crítica e de resistência a todas as formas de intolerância e violência física e/ou simbólica. Contudo, a partir da “Modernidade Líquida”, a Universidade tem caminhado a “sombra do poder”, direcionada por um projeto pedagógico neoliberal, que, seduzido pelo encanto da globalização, pouco tem feito para apresentar alternativas contra hegemônicas (ROMÃO, 2013).

No que tange ao princípio político do processo educativo como forma de intervenção pela superação das diversas formas de dominação vigentes, a qualidade de ser política é inerente à natureza da educação. É impossível educar com neutralidade. Quanto à postura de neutralidade, Freire argui:

[...] a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. [...] diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objetivo de [...] de descaso (FREIRE, 2011, p. 112).

Na modernidade líquida, para Bauman (2001), a lógica da privatização e individualização transformou a educação em mercadoria (MÉS-ZÁROS, 2005), que, por assim dizer, sofre com a adaptabilidade e mudança constante aos perfis de seus consumidores. Nessa ordem, não existem mais padrões de referência, nem códigos sociais e culturais que possibilitem aos indivíduos, ao mesmo tempo, construir sua vida e se inserir dentro das condições de classe e cidadão.

Para “[...] fazer [...] sua existência [...] em nosso mundo líquido-moderno [...] é preciso tirar o velho [...] da memória” (BAUMAN, 2009, p. 99-100), para garantir a inserção na cidadania líquida, os indivíduos precisam demonstrar adaptabilidade. É em nome dessa lógica em favor do capital, denunciada por Bauman, que se condena a inexistência e a ausência

não-dialética, as experiências e os conhecimentos dos povos indígenas, os valores da cultura popular e os saberes dos alunos (SANTOS e MENESES, 2013; TRAGTENBERG, 1980).

Assumindo a tutela do monopólio acadêmico da aprendizagem e da integração social, o Estado concede o monopólio politizado do conhecimento a Universidade concebida como a porta-voz, da sofisticada linguagem da ciência e da tecnologia, que em nome da burocratização, obstaculiza a existência de sujeitos educativos no contexto social (LIMA e BRAGA, 2016; SANTOS e MENESES, 2013; TRAGTENBERG, 1980).

Na última década do século XX e na primeira do século XXI, o Neoliberalismo tem operado incisivamente nos sistemas nacionais de educação, inclusive da América Latina, dividindo em linhas distintas, o conhecimento científico e os saberes dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e demais saberes socialmente construídos na prática comunitária.

Para Freire (2011), é nessas condições que a educação implica numa ação política e ideológica, que exige a superação de uma formação técnico-científica pragmática, em favor de uma formação que abranja; “[...] novas modalidades de interação entre universidade e sociedade, [...] a formação multi, inter e transdisciplinares; [...] equalização das oportunidades, combatendo as assimetrias das áreas de conhecimento”, conforme Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011 a 2020).

Segundo Freire (2011, p. 95), a construção ou a produção do conhecimento do objeto implica no “exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de “tomar distância” do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo”. Desse modo, a presença de educadores e educandos criadores, inquietos, instigadores, rigorosamente curiosos e persistentes, fortalecerá o exercício da criticidade como forma radical de ser dos seres humanos, como sujeitos de transformação.

Na preocupação de estabelecer uma *aproximação* metódica, entre o conteúdo do **Seminário Temático II**, o professor titular da disciplina proporcionou um clima pedagógico para a produção do conhecimento (FREIRE, 2011). Assim, sempre aberto às indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições, o professor mencionado apresentou suas críticas, inquiriu e proporcionou a aprendizagem sem, transferir conhecimento.

A trajetória da disciplina de **Seminário Temático II**, foi realizada no primeiro semestre de 2018, contando com a participação ativa dos alunos inscritos da disciplina, em contínuas rodas de conversa. Desse modo, o planejamento das atividades e a metodologia utilizados pelo professor Dr. Michel Justamand, convergiu para que os participantes atuassem como protagonistas e responsáveis pela construção do seu próprio conhecimento.

A ressignificação das práticas e teorias pressupõe que o professor saia do campo teórico e desenvolva uma visão crítico-reflexiva da realidade sócio educacional em que está inserido. Nessa direção, os debates, rodas de conversa e produção de cartazes, dentre outros, realizados no decorrer da disciplina de **Seminário Temático II**, foi um diferencial nas práticas da sala de aula, do curso de pós-graduação do (PPGSCA).

Na realização dos oito encontros, ocorridos entre os dias 12 a 17 de março de 2018, a organização programática do docente responsável pela disciplina alinhou as leituras dirigidas, discussões e debates aos temas relacionados ao saber e poder, dissidências feministas, questões indígenas e o pensamento abissal imposto pela ordem neoliberal vigente na modernidade líquida, ditada pelos princípios políticos e econômicos da democracia refém do livre mercado.

Em suma, nos debates e socialização das vivências dos participantes com a disciplina de **Seminário Temático II**, percebeu-se a necessidade de inferência do pensamento pós-abissal, que confronte a monocultura da ciência moderna com a ecologia de sabres. Ecologia essa, que agrega a pluralidade de conhecimentos, igualdade social, política e econômica entre os sexos, bem como, a valorização das crenças e sabres dos povos indígenas e comunidades tradicionais (ADICHE, 2002; SANTOS e MENESES, 2013).

Ao reconhecer o conhecimento como um processo inacabado, dinâmico e passivo de ser construído culturalmente com a participação dos alunos, o professor responsável pela disciplina, desviou sua postura docente do mero treino, ao aplicar a auto avaliação no fechamento da respectiva disciplina. Diante disso, os alunos analisaram a sua frequência e participação nas atividades desenvolvidas, atribuindo a si próprios, a nota que consideravam adequada.

Transformando a aula num espaço de comunicação de experiências e saberes, o professor da disciplina supramencionada, escutou, a fala comunicante dos alunos participantes, procurando dirimir as dúvidas

e indagações e proporcionando a apropriação da inteligência do conteúdo. Para Freire (2011, p. 116) é papel do professor: “[...] *falar com clareza sobre o objeto, [...] incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto, em lugar de recebe-la, na íntegra de mim*”.

É relevante destacar que a avaliação na prática da atividade docente se alonga como uma prática teórica (FREIRE, 2001), programada e refeita durante o processo. A avaliação como parte do processo de formação dos estudantes da Pós-Graduação, no contexto da disciplina de **Seminário Temático II**, revelou proficuas possibilidades de reflexões acerca dos diferentes objetos de pesquisa dos participantes.

É nesse percurso que se descortinam as distintas facetas da prática e que se descobrem as possibilidades de romper com as amarras de um olhar ingênuo, desarticulado com a compreensão da realidade. Articular os conteúdos, leituras propostas pelo professor com a realidade e situações abordados na sala de aula do Ensino Superior, contribui com a intervenção consciente do ser humano no mundo, que constitui a consciência revolucionária e a consciência de classe (LIMA e BRAGA, 2016).

No decorrer das aulas havia a intensa participação dos alunos na exposição de suas ideias; é claro que puderam fazer isto, tendo o cuidado de associarem suas exposições com os textos e temas elencados para estudo. Gradativamente, os participantes perceberam que, a memória dos povos indígenas, negros, mulheres, homossexuais, dentre outras comunidades, anteriormente subalternizadas, não podem ter sua humanidade negada.

### **Pressupostos de Paulo Freire no contexto da Universidade**

Para Freire (2011, p. 70), a educação “[...] é especificamente humana, gnosiológica, artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medo, desejos [...]”. Na análise entre a prática docente e a leitura de mundo estão corroboradas as posturas dos professores, cujo objetivo em vista é empreender o exercício de competências que agreguem ao mesmo tempo, o fazer epistêmico e a atividade docente.

Na condição de aprendizes da prática docente, professores empregam esforços em práticas pedagógicas transformadoras, imersas no testemunho de vida e na libertação do ser humano das cadeias do determinismo neoliberal. É nesse sentido que, para Meszáros (2005) e Freire (2000), falar de educação para além do capital implica pensar na mudança da rotina

e das condições de exploração, com suporte na leitura constante, análise, interpretação, escrita e reescrita da realidade.

Para Paulo Freire (2011), educadores e educadoras críticos não irão mudar o mundo, com suporte nas metodologias criativas que utilizam, através das disciplinas que ministram ou no curso que coordenam, mas podem ajudar a desmontar o estigma de associar a educação ao fornecimento de conhecimentos e pessoal necessário a expansão do sistema capitalista.

A implantação dessa lógica de mercado no universo da educação latino-americano e no Brasil, tem adotado como imperativo mais impactante a vinculação da remuneração e da progressão funcional docente à produtividade. A partir desse pressuposto, os dados estatísticos, indicadores e *rankings*, portadores de credibilidade científica, passaram a determinar os rumos das reformas educacionais (ROMÃO, 2013; TRAGTENBERG, 1980).

Nessa dinâmica de mercado, a formulação e implementação dos “sistemas nacionais de exames e avaliação processual, diagnóstica e formativa ficaram relegados a avaliações classificatórias e meritocráticas (ROMÃO, 2013, p. 95). Como observa Libâneo:

Com a globalização da economia a acelerada evolução tecnológica as organizações financeiras atentaram para o planejamento de políticas educacionais dos países a fim de ajustá-las às exigências da produção, do consumo, dos mercados e da competitividade (2004, p. 237).

De acordo com Ravitch<sup>1</sup> (2011), após duas décadas de aplicação dos princípios das estratégias de mercado na educação estadunidense, não se constatou nenhuma melhoria. Em contrapartida, os mecanismos de premiação com adicionais de salário aos professores pelo desempenho dos alunos em testes, levaram professores a desenvolver formas de burlar os resultados (JESUS *et al.*, 2017).

De Jesus *et al.* (2017), argumenta que “o pagamento de mérito e responsabilização brasileiro segue o modelo norte-americano”. Seguindo esse arquétipo de dominação característico da burocracia, adotando as ideias de Weber (2002), as reformas da educação estadunidense e brasileira se revestiram de uma “autonomia superficial”, com base na corrente edu-

<sup>1</sup> A pesquisadora e doutora da Universidade de Nova Iorque Diane Ravitch (2011, p. 12), formuladora de políticas públicas no interior do aparelho de estado americano, na administração de Bush, declara ter sido atraída pela ideia de que o mercado traria inovação e maior eficiência para a educação através da competição escolar.

cacional do neotecnicismo, cuja meta depreendia a garantia de eficiência e produtividade por meio da avaliação dos resultados.

Simultaneamente, seguindo os ditames ideológicos da sociedade global, as práticas docentes se dão em duas vias opostas; na *manutenção* das formas de dominação, focada na transferência e memorização de conteúdos e na *transformação*; incorporando experiências de aprendizagem e troca de conhecimentos por meio do debate de problemas de interesse do grupo, buscando a reflexão acerca da própria realidade.

Tendo em vista que a apreensão do conhecimento é consequência dos processos acima mencionados, a educação crítica e a pedagogia antiburocrática; instrumentaliza os sujeitos na conquista da autogestão e da autonomia, como caminhos indispensáveis a potencialização de suas identidades (TRAGTENBERG, 1980).

Propagandeada na sociedade como alternativa genuína de alcance amplo e prático, as reformas educacionais e as avaliações classificatórias, definem o tacanho padrão civilizador, que polariza as diferenças entre os que são preparados para educar e governar, enquanto exclui a maioria dos sujeitos, “em nome da suposta superioridade da elite [...] tecnocrática, empresarial” (MÉZÁROS, 2005, p. 49).

Na concepção de Bauman (2001) nessa era da comparabilidade universal, os indivíduos não possuem mais lugares preestabelecidos no mundo onde poderiam se situar, mas devem lutar livremente por sua própria conta e risco para se inserir numa sociedade cada vez mais seletiva econômica e socialmente desigual.

As discussões contempladas nesse estudo foram encaminhadas, na tentativa de apontar possibilidades para aplicação de alguns traços da Pedagogia de Paulo Freire ao ambiente da Educação Superior. No entanto, percebeu-se que a opção de contemplar essa intencionalidade político-ideológica libertária e libertadora, demanda dos educadores a capacidade de, junto com os estudantes, ler as perspectivas de realidade, problematizá-las e, partindo de uma comunicação dialógica, “tornar a teoria preñe de sentidos que se vinculam dialeticamente à prática social” (LIMA e BRAGA, 2016, p. 85).

### Considerações finais

A preocupação com o compromisso sóciopolítico do docente, sempre foi uma tônica relevante nas reflexões do educador Paulo Freire. As proposições de Freire acerca da docência como uma ação que precisa dialetizar ensino, pesquisa, teoria, prática, vida cotidiana e aprendizagem, precisam se concretizar como ação social e cultural para a liberdade. Seja na escola ou no ensino superior, a educação como processo de transformação humana precisa articular os saberes na elaboração do conhecimento de científico, com a finalidade de torna-lo menos hegemônicos.

As contribuições de Freire permitem o reconhecimento da docência, para além do fazer, pois se exprime como campo de lutas políticas e contra hegemônicas, que não pode ceder diante das artimanhas neoliberais da modernidade líquida, que intenta reduzir a prática educativa a um mero treinamento técnico-científico refém do produtivismo dominante. Portanto, mesmo que Paulo Freire não tenha escrito qualquer coisa sobre o ensino superior, suas ideias se tornaram referência para a produção do conhecimento e da problematização das práticas docentes.

Quanto a práxis libertadora, compartilhada entre o docente e os discentes da disciplina de **Seminário Temático II**, no bojo das reflexões desafiadoras, debateu-se sobre a emergência de povos indígenas que reivindicam a sua identidade étnica, abordou-se acerca dos descaminhos das ofertas de oportunidades igualitárias a homens e mulheres, destacando-se a necessidade de superação do colonialismo global, pela conquista da autonomia.

### Referências

- ADICHE, C. N. Sejam todos feministas. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Z. Arte da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 10. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

- FREIRE, P. A Educação na Cidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- JESUS, E. L.; LIMA, V. T. A.; TRINDADE, S. S. A.; OLIVEIRA, A. P. Avaliação educacional em Manaus – AM: o IDEB em questão. *Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 216–229, Número especial, 2017.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- LIMA, M. S. L.; BRAGA, M. M. S. C. Relação ensino-aprendizagem da docência: traços da Pedagogia de Paulo Freire no Ensino Superior. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. 61, p. 71-88, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1550/155047759006.pdf>>. Acesso em: 15 de mar.de 2018.
- PNPG. Plano Nacional de Pós-Graduação, 2010-2020. Disponível em: <[capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf)>. Acesso: 19 de mar.de 2018.
- MÉZÁROS, I. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RAVICH, D. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e os modelos de mercado ameaçam a educação. Tradução: Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ROMÃO, J.E. Paulo Freire e a Universidade. *Revista Lusófona de Educação*. nº 24, p.89-105, 2013. Disponível em:< <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/4539/Jos%C3%A9%20Eust%C3%A1quio%20Rom%C3%A3o%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em:15 de març.de 2018.
- SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B.S; MENEZES, M.P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2013.
- TRAGTENBERG, Maurício. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária. In: TRAGTENBERG, Maurício; PRADO Jr, Bento; CHAUÍ, Marilena de Souza e ROMANO, ROBERTO. *Descaminhos da educação Pós-68*. São Paulo: Brasiliense,1980, p. 77-87. 1980.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.



# A educação do campo e as políticas públicas educacionais no município de Tabatinga, Amazonas

*Elenilson Silva de Oliveira*  
*Ramofly Bicalho dos Santos*

O debate acerca da educação do campo no Brasil deve contribuir para fortalecer os diversos espaços e modos de vida camponês, inclusive, os conceitos que permeiam tal concepção de educação. Concepção esta que resiste à hegemonia de um sistema educativo excludente, elitista, dominante e interposto pela lógica capitalista. O campo, espaço representado por agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, caboclos, assentados de reforma agrária, posseiros e outros sujeitos que usufruem da terra, das águas e das florestas, não é apenas resultado das relações políticas, econômicas, sociais, culturas e ambientais.

Nessa conjuntura, o camponês é parte de toda essa engrenagem. No espaço onde vive – a comunidade rural – desenvolve inúmeras atividades, que caracteriza o campo como território multidimensional. Para Gørgen (2009):

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão. (GØRGEN, 2009, p. 5).

A partir da segunda metade do século XX, com as Ligas Camponesas e a defesa da Educação Popular, os movimentos sociais, fortalecidos por entidades governamentais e não governamentais, lutaram pelo aces-

so à terra e políticas públicas que respeitassem os sujeitos do campo e da cidade. Essas mobilizações contribuíram para o aparecimento de diversos movimentos sociais, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, iniciando, na década de 1980, todo um debate acerca das ocupações dos latifúndios improdutivos e sua estreita relação com as questões educacionais. Nessa conjuntura, se inicia a caminhada em prol do fortalecimento da educação do campo no Brasil.

A Educação do Campo nasceu das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais. (FONEC, 2012, p. 3).

Em 1997, foi organizado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e demais entidades/instituições o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA. Este encontro serviu de preparação para os próximos desafios dos movimentos sociais e foi considerado o marco do surgimento da concepção de Educação do Campo no Brasil. Em 1998 foi criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, entidade máxima que reunia as organizações de classe e movimentos sociais do campo, promovendo ações voltadas à Educação Básica do Campo, representada pela UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, UnB - Universidade de Brasília, UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, MST e CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nessa conjuntura, foi criada a Conferência Nacional por uma Educação Básica Campo, propondo desafios e compromissos, os quais podemos destacar:

[...] A Educação do Campo precisa resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo, (...) e demais valores que degradam a sociedade em que vivemos.

[...] A Escola é um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes, e promovendo a expressão cultural onde ela está inserida.

[...] A Educação do Campo resgata o direito dos povos do campo à Educação Básica, pública, ampla e de qualidade.

[...] A Educação do Campo deve formar e titular seus próprios educadores, articulando-os em torno de uma proposta de desenvolvimento

do campo e de um projeto político-pedagógico específico para suas Escolas.

[...] A Escola necessita repensar a organização de seus tempos e espaços para dar conta deste novo desafio pedagógico.

(CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1998, p. 1-2).

Nessa mesma linha de atuação, o então Ministério Extraordinário da Política Fundiária - MEPE, cria em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Desenvolvido em parceria com universidades públicas e movimentos sociais, este programa iniciou todo um debate para garantir a formação de professores e a elevação da escolaridade de jovens e adultos em assentamentos de reforma agrária. A instituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para Agricultura Familiar - CONDRAF/MDA, em 1999, o estabelecimento de diretrizes para o campo no Plano Nacional de Educação, em 2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, a instituição do Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo - GPT / MEC, em 2003 e a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 2004, são conquistas essenciais para o fortalecimento de tais políticas públicas. Segundo (CALDART, 2012, p. 262):

O lema formulado na II Conferência Nacional, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato.

Em 2004, o Ministério da Educação - MEC cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, e nela, a Coordenação Geral de Educação do Campo. A SECAD é composta por quatro departamentos: Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Departamento de Educação para Diversidade e Cidadania, Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional e Departamento de Avaliação e Informações Educacionais. Em 2011, o Decreto nº 7.690, de 02/03/2011 aprova e dispõe a nova estrutura regimental do MEC e integra a SEESP - Secretaria de Educação Especial e a SECAD, criando assim a

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Os princípios da educação do campo, definidos no Art 2º da Lei 7.352/2010, reafirma que a educação do campo deve ser compreendida como paradigma de resistência aos processos históricos marcados pela discriminação, desigualdade e desrespeito aos povos camponeses.

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010, p.1)

O aprimoramento das políticas públicas, historicamente, faz parte das inúmeras lutas travadas pelos movimentos sociais do campo no Brasil, em especial, aquelas que respeitam as manifestações da existência, identidades, histórias, memórias e resistências. Para Trevizan (2010), é importante definir as características e fluxos dos componentes naturais, sociais e econômicos das políticas públicas:

1. Fluxos dos componentes naturais: clima (temperaturas, luminosidade e energia solar, pluviosidade, ventos); os mananciais aquáticos (bacias hidrográficas, nascentes, volumes de água, potencialidades para o consumo e geração de energia); características (biodiversidade) e fluxo de produção e reprodução da fauna e da flora; características topográficas, do solo e do subsolo (constituição física e química, fertilidade). Entendem-se como fluxos a dinâmica desses componentes naturais, seja em função dos fenômenos da própria natureza, seja em função da ação

humana. Tais fluxos seriam tomados como base para a construção do conhecimento das ciências naturais, como química, física, biologia e outras dessas derivadas.

2. Fluxos sociais: mobilidade das pessoas, individualmente ou em grupo, para atender suas necessidades, desejos, obrigações (lazer, religião, saúde, educação, trabalho, compras, vendas, etc.).

3. Fluxos econômicos: produção (o que se produz, como se produz – insumos e produtos, onde se produz, relações de produção); distribuição da produção (como e feita a distribuição, destino da produção, como são formados os preços, quem fica com que parcela do preço final); industrialização/consumidor final (quem são). (TREVIZAN, 2010, p. 9).

Defende-se que as políticas públicas no campo devem garantir a mobilidade das pessoas com estradas pavimentadas, escolas do campo da educação infantil ao ensino superior, além dos serviços sociais básicos, tais como: saúde, saneamento, segurança, incentivo à produção orgânica e agroecológica, garantia das manifestações culturais, valorização das relações sociais, do conhecimento sobre a natureza, as histórias, memórias, identidades, desejos e sonhos dos sujeitos camponeses. As políticas públicas em torno da reforma agrária estão intimamente ligadas ao direito das famílias, organizadas nos movimentos sociais do campo, lutarem pela terra.

### **O município de Tabatinga - Am**

O município de Tabatinga possui 64 comunidades camponesas, cujos representantes são escolhidos pelos seus pares, na sua grande maioria contam com associações comunitárias, constituídas juridicamente. Tais associações têm como principal objetivo fortalecer o engajamento das comunidades junto ao poder público e a defesa de políticas públicas voltadas ao campo. Infelizmente, o retrato de tais comunidades mostra o desamparo do estado e o esquecimento político, jurídico e social. Em sua grande maioria, a luta por direitos, se confunde com esmolas, diante dos gabinetes públicos, prevalecendo à política partidária eleitoreira.

Os movimentos sociais do campo em Tabatinga estão representados pelas associações comunitárias, associações de agricultores, produtores rurais e entidades de classes, com destaque para a colônia de pescadores, sindicato de pescadores e trabalhadores/as rurais. Tais organizações atuam nas comunidades camponesas, localizadas em áreas de assentamento e ribeirinha. No entanto, importante novamente reafirmar, que o direito à educação reivindicado pelos sujeitos camponeses das 42 comunidades cam-

ponesas ribeirinhas não são atendidos em sua plenitude. O poder público municipal tem dificuldades na criação das escolas do campo que atendam às características históricas e regionais das comunidades ribeirinhas.

O governo do Amazonas, por meio da Coordenação Regional da SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, mantém no campo duas escolas e dois anexos de escolas urbanas. As escolas congregam as comunidades Limeira, Sapotal, Ourique, Vila Nova Esperança, Tauaru (anexos da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar), Terezina III (anexo da Escola Estadual Duque de Caxias), Belém do Solimões (Escola Estadual Belém do Solimões) e Umariacú II (Escola Estadual Almirante Tamandaré).

**Tabela 01.** *Tipologia das Escolas Estaduais localizadas na área rural de Tabatinga*

Escola	Nº de Unidades de Ensino	Ensino oferecido	Nº de Alunos matriculados
Anexos de Escolas Urbanas	07	Ensino Médio com Mediação Tecnológica	257
Escolas-sede	02	1º a 9º ano, Ensino Médio Regular e com Mediação Tecnológica	1.677
TOTAL	09		1934

A Escola Estadual Almirante Tamandaré, na comunidade indígena Umariacú II, oferta do 1º ao 9º ano, ensino médio regular e mediação tecnológica. A Escola Estadual Belém do Solimões oferece, apenas, o 8º e 9º anos, médio regular e duas turmas de mediação tecnológica. Os anexos das Escolas Estadual Conceição Xavier de Alencar e Duque de Caxias oferecem apenas mediação tecnológica. De acordo com a Coordenação Regional da SEDUC, no ano de 2015, foram realizadas 257 matrículas, nos anexos, em turmas de mediação tecnológica e 1.677 nas escolas consideradas sede.

Para os povos do campo, o que isso representa? Possibilidades de formação continuada? Infelizmente não. Importante sinalizar que a grande maioria dos estudantes, ao concluir o ensino fundamental nas comunidades camponesas, permanece sem expectativas de continuidade dos estudos na própria comunidade. Diante desse fato, para os sujeitos do campo, restam as seguintes alternativas: 1) permanecem na comunidade, no entanto,

sem a possibilidade de continuar os estudos; 2) se deslocam para os grandes centros urbanos em busca do ensino médio, na grande maioria, deslocados da sua realidade de vida. Permanece aqui o mesmo questionamento: as políticas públicas em educação do campo estão chegando, de fato, nessas comunidades camponesas?

Notadamente, as associações comunitárias, quando se deparam com tais situações, se mobilizam para atender as demandas de educadores, educandos e comunidades. No entanto, em muitos casos, ficam a mercê das decisões do poder público. Os problemas se avolumam quando o governo municipal encontra inúmeras dificuldades para manter abertas as escolas do campo. Historicamente, a solução da Secretaria Municipal de Educação, tem sido a criação das escolas com classes multisseriadas, escolhidas para funcionar nas comunidades como escola-polo.

No âmbito nacional, por vários motivos, as escolas multisseriadas são, gradativamente, fechadas: redução de investimentos para educação, política de nucleação e oferta de transporte escolar. Importante aqui registrar a orientação do MEC - Ministério da Educação e a cobrança do FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo para utilização do transporte escolar intracampo. No entanto, tal transporte é, predominantemente, utilizado para o deslocamento dos estudantes do campo para cidade, contribuindo para o altíssimo índice de escolas do campo fechadas no Brasil. De acordo com dados da SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2013), existem no país mais de 50 mil escolas multisseriadas, no campo. Essa expressiva quantidade traz à tona a necessidade de estabelecer políticas de formação de professores voltadas ao atendimento dessa especificidade pedagógica (JANATA e ANHAIA, 2015).

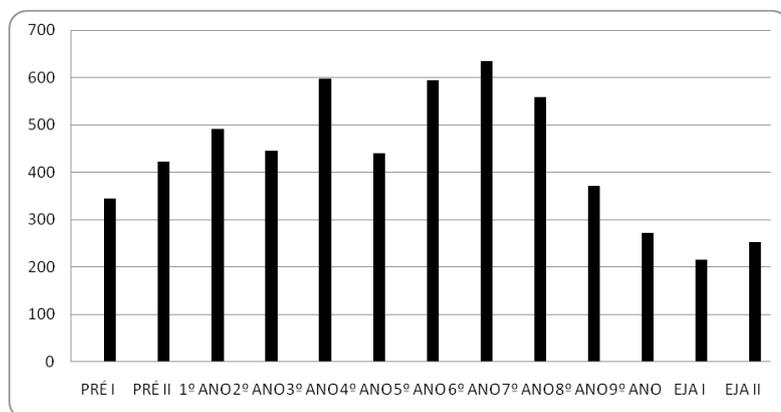
As escolas multisseriadas, em sua grande maioria, atendem as demandas das comunidades localizadas num mesmo espaço geográfico, evitando a criação de salas de aula com poucos estudantes. No total são 46 escolas, em 45 comunidades camponesas. De acordo com dados da Coordenação do Interior da SEMED - Secretaria Municipal de Educação foram matriculados no ano de 2015, 5.641 estudantes no campo. No total são 13 pólos. Dos 11 pólos indígenas, 08 estão localizados nas áreas rurais do Município de Tabatinga.

**Tabela 02.** *Tipologia das Escolas Municipais localizadas na área rural de Tabatinga*

Unidades de Ensino	Escolas	Nº de Alunos Matriculados
Indígenas (Zona Rural)	36	3.943
Indígenas (Umariaçu)	03	1.443
Não Indígenas	07	255
TOTAL	46	5.641

No ano de 2015, com base nos dados da SEMED, apenas 767 estudantes do Pré I e Pré II foram matriculados no campo. As séries iniciais do 1º ao 5º ano representaram mais de 45% das matrículas.

**Quadro 01.** *Matrículas no campo – Rede Municipal de Ensino de Tabatinga (AM) - 2016*



A demanda foi de 2.568 estudantes, divididos em diversas classes multisseriadas. 1.838 matrículas do 6º ao 9º ano. Concluindo o ensino fundamental, os estudantes com o desejo de permanecerem nas comunidades camponesas, procuram escolas de ensino médio regular ou anexos de escolas urbanas por mediação tecnológica. Outra possibilidade de estudos encontra-se na EJA - Educação de Jovens e Adultos. Tal modalidade é ca-

racterizada pela presença de jovens, mulheres e homens do campo que, por vários motivos, inclusive o trabalho, não realizaram seus estudos na idade de 06 a 17 anos. 468 matrículas foram realizadas na EJA, no ano de 2015.

Em Tabatinga, o sindicalismo, enquanto segmento dos movimentos sociais, é uma das formas utilizada pelos camponeses na representação da classe e da luta pelos seus direitos. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, representa os camponeses do PA - Projeto de Assentamento Urumutum, do PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável Rio Tacana e de comunidades ribeirinhas (Limeira, Praia de Fátima, Vila Nova Esperança, Vila Eternidade, Terezina I, Terezina III, Terezina IV, Nova Extrema, Tauaru, Sacambu, Umariçu I e Umariçu II). De acordo com o sindicato, são mais de 500 famílias sindicalizadas. Tal entidade representa os trabalhadores rurais no desenvolvimento das políticas públicas em educação do campo, na formalização dos auxílios maternidade, doença, aposentadoria, entre outros aspectos.

O sindicalismo rural no Brasil foi criado, oficialmente, na década de 1960 e ganha força com o enfraquecimento da ditadura militar, no final da década de 1970. No entanto, o STTR de Tabatinga, surge apenas em 2004, com o intuito de organizar os camponeses nas lutas sociais do PA Urumutum e das comunidades camponesas. Ao longo dos anos, várias reuniões foram realizadas junto ao poder público, com o intuito de reivindicar escolas, água potável, postos de saúde, energia elétrica, pavimentação das estradas, entre outras problemáticas. As respostas, em sua grande maioria, negativas, relacionam-se, principalmente, com as condições e dificuldades de acesso.

A população que reside no PA Urumutum é caracterizada por posseiros, caseiros, proprietários e arrendatários. Grande parte dos proprietários não reside no campo. Apenas nos finais de semana, geralmente, tem acesso ao assentamento. Sendo assim, quem necessita de escola no PA Urumutum são as famílias que ali residem, independentemente da forma de ocupação e uso da terra.

As crianças em idade escolar, jovens e adultos que residem no PA, são obrigadas a estudar nas escolas urbanas mais próximas do campo. As escolas do Bairro Santa Rosa, geralmente, se destacam entre as escolhidas. No entanto, dependendo da série, os estudantes se direcionam para escolas de outras localidades. A luta por escola no PA não é recente. Os

familiares da Comunidade São João organizaram, em 2009, uma intensa mobilização em favor da construção de uma escola na comunidade. Ela foi erguida com a união das famílias, empregando seus próprios recursos. No ano de 2010, a escola foi cedida à prefeitura que deu início às turmas de educação infantil, ensino fundamental e EJA.

No contexto do PA Urumutum, é possível traçar as seguintes definições: 1) posseiro: agricultor que detém a posse das terras, sob litígio. Legalmente, a terra pertence a um proprietário, o verdadeiro dono. 2) caseiro: agricultor ou grupo familiar que reside na propriedade rural, sendo responsável pela propriedade, inclusive, pela produção agrícola, repassada ao proprietário. 3) arrendatário: agricultor que arrenda pequenas glebas dentro dos lotes para produção agrícola.

Não podemos designar todos os proprietários de terras do PA Urumutum como camponeses, pois muitos não exercem atividades que o caracterizam como tal. Talvez se enquadrem na forma da agricultura patronal mantendo pessoas (verdadeiros camponeses) sob o regime assalariado, priorizando a dimensão econômica em detrimento as dimensões socioculturais.

### **Programas, ações e iniciativas de educação do campo no âmbito do IFAM Campus Tabatinga**

Em 1998, com a criação do PRONERA, a educação do campo entra na agenda política do país, mobilizando diversas instituições, movimentos sociais, governo federal, estados, municípios e secretarias de educação, com o intuito de colocar em prática as políticas públicas em torno de tal temática. A partir da implantação do IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ Campus Tabatinga, em 2010, a instituição buscou em sua organização, contemplar propostas das organizações sociais do município.

No ano de 2011, instituiu o Programa “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil”, integrados com cinco agências da ONU no Brasil: FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, OIT - Organização Internacional do Trabalho, OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde e UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. O principal objetivo desse Programa foi apoiar

as ações locais para melhoria da segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas no município de Dourados, Mato Grosso do Sul e Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Região do Alto Rio Solimões, Estado do Amazonas.

O IFAM, por meio do termo de referência intitulado Potencialização de Atividades Agrícolas em Comunidades Rurais Indígenas, no contexto do Programa Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil, atuou como parceiro dos trabalhos na Comunidade Indígena Belém do Solimões. Com sua equipe de professores, ministrou oficinas de SAFs - Sistemas Agroflorestais, ofereceu cursos de capacitação, etnicamente referenciados, além de participar do beneficiamento do pescado e cultivo da mandioca, direcionados para realidade local dos sujeitos camponeses. Essa experiência teve a duração de uma semana, mobilizando mulheres, homens e jovens na troca de diversas experiências.

Neste mesmo ano de 2011, iniciaram-se articulações com as instituições/ONGs indígenas das Comunidades Umariçu I e II para criação do Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária, modalidade Educação de Jovens e Adultos. A proposta inicial do curso foi centrada na pedagogia da alternância. No entanto, iniciou suas atividades em 2012, de forma regular, com quarenta estudantes da Etnia Ticuna. A capacitação em educação do campo e pedagogia da alternância, pelos docentes do IFAM, não foi suficiente para atender todas as exigências e peculiaridades do curso, em especial, dos educandos. Por um lado, a instituição não possuía um corpo docente com formação mínima sobre as questões que envolvem a educação do campo. Por outro, estava claro o compromisso institucional em dar continuidade ao curso, mesmo sem a aprovação definitiva do projeto político-pedagógico. Somados os esforços de todos os sujeitos envolvidos, o curso foi finalizado em 2015. Resta apenas o estágio supervisionado para os vinte e sete estudantes remanescentes.

O PRONACAMPO foi instituído pelo Ministério da Educação com quatro eixos: 1) Gestão e Práticas Pedagógicas (Materiais didáticos e pedagógicos específicos; Mais educação: escolas do campo e quilombola; Escola da terra e Escola quilombola); 2) Formação dos professores (Formação inicial, continuada e pós-graduação); 3) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica (PRONATEC Campo, Educação de Jovens e Adultos, Saberes da Terra e PRONATEC, Alfabetização no Cam-

po); 4) Infraestrutura física e tecnológica (Construção de escolas, educação digital na escola, luz, água e reforma das escolas do campo e quilombolas, transporte escolar).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, criado em 2011, se articulou com as políticas de educação do campo. No ano seguinte, o IFAM ofereceu Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC e ensino médio concomitante. Num primeiro momento, foram contemplados, principalmente, os estudantes da cidade. Logo em seguida, os sujeitos camponeses. No ano de 2013, com a popularização do programa, os movimentos sociais do campo, representados pelo STTR, instituições do governo, como IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, representando o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IFAM, representando o MEC, a Secretaria Municipal de Ação Social, representando o MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, articularam-se para criação de duas turmas do Curso FIC Agricultor Familiar, pelo PRONATEC Campo, divulgadas no Fórum Mesorregional do Alto Solimões. O Fórum é uma entidade do Consórcio Intermunicipal do Alto Solimões – CONALTOSOL que reúne representantes dos nove municípios da mesorregião, movimentos sociais do campo e sindicatos, tendo por objetivo, promover ações e deliberar sobre as questões do Alto Solimões.

O IFAM, Campus Tabatinga, sem experiência em educação do campo, assumiu a responsabilidade de ofertar o Curso FIC Agricultor Familiar, diversas reuniões ocorreram com os atores envolvidos, no intuito de definir o público alvo. Na ocasião, foram escolhidas duas turmas: uma com agricultores do PA Urumutum e outra com agricultores/pescadores do Sindicato dos Pescadores. Em reunião na Comunidade Rural Novo Horizonte, os agricultores definiram que o Sítio Bom Jesus, seria o local do curso, pois contava com espaço suficiente para práticas de campo, envolvendo educadores e educandos. Quintas e sextas-feiras foram os dias definidos pelos agricultores para as aulas. Os demais dias da semana serviriam para continuidade das atividades nas propriedades rurais e o desenvolvimento do aprendizado construído em sala de aula. O Curso FIC Agricultor Familiar proporcionou muito aprendizado e trocas de experiências entre educadores, camponeses e instituições. No segundo semestre de 2013, nas dependências do Sindicato dos Pescadores, aconteceu a segunda turma. Em cada

uma delas, foram formados 23 estudantes. Nosso olhar crítico revela que o emprego da pedagogia da alternância e seus princípios, poderia ser um diferencial no fortalecimento de agricultores e pescadores.

No ano de 2014, o IFAM, através do PRONATEC, ofereceu o Curso FIC Agricultor Familiar para indígenas das Comunidades Umariçu I e II. O evento foi um marco na história do Instituto, sendo o primeiro curso FIC, no âmbito do programa, a ser realizado no interior de uma comunidade indígena. Este curso se repetiu nas diferentes turmas de agricultores do PA Urumutum, PDS Rio Tacana e a oferta para Associação de Pescadores Artesanais de Tabatinga composta, predominantemente, por moradores de comunidades ribeirinhas.

O IFAM, desde a implantação do programa até o ano de 2015, promoveu 23 cursos de formação inicial e continuada, em 27 turmas. Qualificou profissionalmente mais de 500 estudantes, em vários eixos tecnológicos. Mais de 30% dos beneficiários foram jovens e adultos, homens e mulheres do campo.

A promoção de uma educação de e para os sujeitos do campo está materializada como um grande desafio para IFAM, juntamente com outras instituições públicas e privadas locais. De fato, a missão das instituições educacionais municipais, estaduais e federais que atuam na região deve incorporar a realidade amazônica e seus contextos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, como ponto de partida e de chegada, para a promoção de uma sociedade justa e igualitária, onde os deveres e direitos transformam-se em conquistas.

### **Referências**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Imprensa Nacional. Brasília, 2010. 04 de novembro de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em 10/02/2016.

CALDART, Roseli Salette. “Educação do Campo”. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2º ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1., Compromissos e desafios. 1998. Goiás: CNBB, MST, UNICEF, UNESCO, UnB, 1998.

COSTA, Ewerton de Brito Oliveira e RAUBER, Pedro. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS | v. 11 | n. 21 | Jan./Jun.2009.

FONEC. FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1., Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. 2012, Seminário Nacional. Brasília: FONEC, 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Agricultura camponesa. Cadernos de Estudos Cooperfumos, Santa Cruz do Sul, ago. 2009.

JANATA, Natacha Eugênia e ANHAIA, Edson Marcos de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, Ahead of print, 2015

TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. O que é rural? O que é urbano? E a educação?. Ilhéus, BA: Fórum Estadual de Educação do Campo, 2003 (Texto de Palestra).

# A tela mágica no Médio Solimões: a educação popular da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor<sup>1</sup>

*Eliane Góis da Silva*

*Guilherme Gitahy de Figueiredo*

Num filme o que importa não é a realidade,  
mas o que dela possa extrair a imaginação.

Charles Chaplin

O cinema é um processo que envolve vários elementos: é formador de opiniões, arte, criação, produção cultural, reflete a sociedade e contribui para a mudança social ao gerar reflexão. É uma atividade que pode intensificar bastante o processo educativo, pois os filmes, imagens combinadas com áudios, educam as pessoas ao estimular o seu imaginário. Em outras palavras, quando o jovem tem contato com o cinema, desenvolve e amplia seus conhecimentos, imaginação e criatividade. Para Fantin (2007, p. 1), a “educação pode abordar o cinema como instrumento, objeto de conhecimento, meio de comunicação e meio de expressão de pensamentos e sentimentos”. Com diferentes formas de acesso, desde assistir a filmes até produzi-los e documentá-los – mesmo para não profissionais - o cinema pode favorecer os trabalhos de produção cultural. Isso o torna uma forma importante de representação e participação social.

Em 2008, o cineasta Orange Cavalcante da Silva deu início às realizações cinematográficas que, em 2012, levaram à criação da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor no município de Tefé (AM). Trata-se de uma organização independente, que tem como objetivo o fortalecimento da identidade regional e a inclusão social através da promoção da participação juvenil na criação audiovisual. Jovens das classes sociais menos favorecidas têm espaço e oportunidade para fazerem seus próprios filmes,

---

<sup>1</sup> Capítulo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão (TFC) “Fogo consumidor: expressão cultural e inclusão social na produção cinematográfica de Tefé (AM)”, defendido pela autora no curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Amazonas, e que teve como orientadora Rosa Maria Pires Nogueira. Leda Maria Caira Gitahy e, principalmente, Guilherme Gitahy de Figueiredo foram orientadores informais do TFC. Para a construção do novo texto, houve uma reelaboração do referencial teórico e das análises, tendo sido acrescentadas novas referências.

de modo que as atividades da Associação promovem a democratização dos meios de comunicação, constituindo um cinema popular. Como resultado, os jovens participantes acabam por perceber o valor da educação em suas vidas e ganham forças e recursos para irem atrás dos seus sonhos. Através da união, vencem obstáculos e passam a contribuir com as transformações culturais e sociais.

O objetivo deste artigo é analisar a história da Associação, as trajetórias individuais de alguns dos seus cineastas juvenis e parte dos seus filmes, buscando entender os processos de expressão cultural e participação. O método de pesquisa adotado é o qualitativo, tendo sido realizadas a observação participante, entrevistas estruturadas e semiestruturadas presenciais (gravadas em áudio) e por e-mail com integrantes da Associação, além da análise de três dos seus filmes. Depois de apresentar algumas características da história do cinema e da sua linguagem nas sociedades contemporâneas, o texto mostra como surgiu a ideia de um cinema popular em Tefé, a forma como um grupo de jovens se organizou para se apropriar deste meio de comunicação e o surgimento de novas formas de pensar e fazer cinema. Finalmente, analisa as relações entre as histórias de vida dos diretores Orange Cavalcante, Manuel Ronildo Cavalcante, Ildelan dos Santos e Evanildo Oliveira e três dos filmes produzidos por eles. Como as suas trajetórias influenciam os filmes, e estes as suas vidas? A conclusão é que a estratégia do cinema popular de Tefé tem facilitado processos educativos com jovens e adolescentes, os quais, por sua vez, tornam-se agentes de transformação cultural e social.

### **Cinema, Cultura e Educação**

Historicamente, o cinema nasceu nas sociedades industriais e se tornou uma das formas mais populares de entretenimento, cujo consumo passou a ser acessível à maior parte das classes sociais.. Cicco (1979, p.16) considera que “o cinema [é] um dos exemplos mais expressivos da sobre-dita ação internacional de um meio de comunicação, levando valores de uma cultura para o seio de outra”. Quando o controle sobre os meios de produção cinematográficos se tornou concentrado, eles passaram a ser um instrumento para o colonialismo entre países e dentro de um mesmo país. Porém, apesar das tentativas para se monopolizar a sua produção, o cinema tem sido também um meio de expressão artística para muita gente, até

mesmo em comunidades e escolas. A época do cinema mudo foi rica em produções experimentais e populares, pois a produção era mais barata. Segundo Santoro (1989), ela voltou a ser democratizada a partir da década de 1970, quando os equipamentos para a produção audiovisual passaram a se tornar cada vez mais acessíveis.

Os irmãos Auguste e Louis Lumière estão entre os mais famosos inventores do cinema<sup>2</sup>. Eles eram negociantes e fizeram dele uma atividade lucrativa, vendendo câmeras e filmes. A família Lumière era a maior produtora europeia de placas fotográficas, e o marketing fazia parte de suas práticas (COSTA, 2006). O cinematógrafo surgiu em um período caracterizado por inovações técnicas e curiosidade científica e tecnológica, e é curioso constatar que os irmãos Lumière não acreditavam em possíveis explorações comerciais de sua invenção (BERNARDET, 2006). No final do século XIX, os primeiros filmes dos Lumière foram o resultado do processo experimental de seu invento, e depois foram submetidos à apreciação pública. BernarDET (2006) acredita que, provavelmente, o sucesso do cinema ocorreu por causa da “impressão de realidade”:

Nesse 28 de dezembro [de 1895], o que apareceu na tela do Grand Café? Uns filmes curtos, filmados com uma câmera parada, em preto e branco e sem som. Um em especial emocionou o público: a vista de um trem chegando na estação, filmada de tal forma que a locomotiva chegava de longe e enchia a tela, como se fosse se projetar sobre a plateia. O público levou um susto, de tão real que a locomotiva parecia. Todas essas pessoas já tinham com certeza viajado ou visto um trem, a novidade não consistia em ver um trem em movimento. Esses espectadores todos também sabiam que não havia nenhum trem verdadeiro na tela, logo não havia porque assustar-se. A imagem na tela era em preto e branco e não havia ruídos, portanto não podia haver dúvidas, não se tratava de um trem de verdade. Só podia ser uma ilusão. É aí que residia a novidade: na ilusão. Ver o trem na tela como se fosse verdadeiro. Parece tão verdadeiro - embora a gente saiba que é de mentira - que dá para fazer de conta, enquanto dura o filme, que é de verdade. Um pouco como um sonho: o que a gente vê e faz no sonho não é real, mas isso só sabemos depois, quando acordamos. Enquanto dura o sonho, pensamos que é verdade. Essa ilusão de verdade que se chama *impressão de realidade* [grifo do autor], foi provavelmente a base do grande sucesso do cinema (BERNADERT, 2006, p.12).

---

2 Wu (2012) argumenta que não há um único inventor para cada tecnologia. Elas costumam ser desenvolvidas por diversos inventores mais ou menos simultaneamente, pois eles trabalham a partir de condições históricas do desenvolvimento técnico e científico que são similares. Para o autor, tornam-se famosos aqueles inventores que conseguem transformar suas invenções em “indústrias disruptivas”.

Os filmes permitem assistir a fantasias como se fossem de verdade: o cinema não tem um compromisso direto com a vida real, e sim com a transformação do real em nossa imaginação. O famoso mágico Méliès também defendia essa idéia. Ele foi o primeiro a perceber, segundo Bernardet (2006, p. 13), que “o fantástico no cinema podia ser tão real como a realidade”. Méliès descobriu por acaso como usar o cinema como ilusão, como mágica: ele estava filmando em uma rua movimentada de Paris e, de repente, a máquina parou de funcionar. Nesse momento ela tinha captado um ônibus passando e, quando voltou a funcionar, captou um carro fúnebre passando no mesmo lugar do ônibus. Na tela, o mágico percebeu que o ônibus de repente havia se transformado em carro fúnebre. “É que durante a interrupção da filmagem o ônibus tinha ido embora e um carro fúnebre ficara no lugar. Só que na tela ficou uma mágica com toda a força de uma realidade” (BERNARDET, 2006, p.13).

Essa “mágica” vem sendo explorada pela indústria cinematográfica para promover a dominação cultural, a ponto de Bernardet (2006) afirmar que a história do cinema é a história do desenvolvimento de técnicas para esconder a maneira como os filmes são produzidos, aumentando com isso a “impressão de realidade”. Por outro lado, essa “mágica” é o que torna o cinema também um instrumento poderoso para a educação. Quando os povos desmistificam e se apropriam das técnicas cinematográficas, a sua magia torna-se estímulo para provocar o encontro das pessoas com elas mesmas e com as diversas expressões culturais filmicas. Fantin (2007), ao analisar a dimensão sociocultural do cinema, destaca a sua potencialidade enquanto ferramenta educacional, capaz de promover a partilha de culturas, saberes e o exercício da cidadania. Podemos acrescentar ainda que a capacidade do cinema em projetar as dimensões do sonho e da imaginação nas telas mostra como ele pode ser um instrumento eficaz para se trabalhar os “temas geradores” de Paulo Freire (2005), ou seja, temas que trazem saberes e valores das classes populares, permitindo, assim, que elas possam se inserir como sujeitos em processos educativos formais ou informais que facilitam a sua práxis transformadora.

### **Fazendo cinema no Médio Solimões**

O cineasta Orange Cavalcante iniciou as atividades cinematográficas em Tefé juntamente com jovens e parentes e, ao criar a Associação,

tinha como objetivo fazer um cinema próprio, ligado à cultura regional, promovendo a participação popular na produção cinematográfica. Manuel Ronildo Cavalcante da Silva (entrevista gravada, 24/11/2015), irmão do cineasta, relata que foi difícil criar a Associação por falta de renda e apoio. Apesar disso, o grupo conseguiu arrecadar dinheiro vendendo doces, salgadinhos e fazendo festinhas com venda de ingressos.

O grupo produz filmes e, desde agosto de 2011, desenvolve o projeto “Cinema e Identidade”, que tem como objetivo o fortalecimento da identidade cultural por meio do cinema. Os jovens da Associação recebem capacitação de Orange e, em seguida, ministram cursos de cinema gratuitos e abertos nas escolas públicas para centenas de adolescentes que, ao final, têm a oportunidade de produzir os seus próprios filmes. Eles aprendem que o não-profissional também pode ter acesso à produção de filmes através de câmeras fotográficas, filmadoras e até mesmo celulares. Dentro do processo de realização de um filme, eles têm a liberdade de escolher o que mais gostam de fazer: se é dirigir, escrever roteiros, criar figurinos, atuar, trabalhar na produção ou na edição. Os alunos do projeto aprendem o básico da linguagem audiovisual e técnicas para realizar documentários ou filmes de ficção, que tenham como elemento presente a cultura amazonense. Todos os trabalhos são exibidos na cidade e enviados para distintos festivais de cinema independente.

Depois, os alunos que gostaram e se envolveram mais podem também se unir à Associação para a realização de filmes mais elaborados, dirigidos por Orange e seus colaboradores mais próximos. Estas filmagens ocorrem nas proximidades de Tefé, em locais como praias e sítios. Quanto à logística, toda a equipe ajuda na pré-produção, colaborando com farinha, peixe e até no transporte dos participantes. Para a caracterização dos personagens, é realizado um trabalho em conjunto em que todos opinam. Os figurinos são feitos com roupas envelhecidas e com materiais rústicos encontrados na floresta, como a casca da castanheira, palha, cipó e folhas. Já os colares, pulseiras, brincos e outros utensílios são feitos do caroço do açaí, do tucumã e de sementes variadas. Vários participantes produzem os objetos que usam nas filmagens, e outros compram em lojas de artesanato. Na maquiagem de caracterização dos personagens, são utilizadas tintas próprias para o corpo e produtos naturais como o urucu e o jenipapo verde, argila e lama. Quando é preciso caracterizar o “sangue”, é usada uma mistu-

ra de mel de abelha e corante vermelho para bolo, e, para criar hematomas, é acrescentado um pouco de areia a essa mistura.

Orange (entrevista por e-mail, 4/6/2015) afirma que “*o não-profissional tem um jeito diferente e único de dar vida a seu personagem*”. Trabalhar com atores não-profissionais é trabalhar com mais naturalidade nas cenas, pois não são “mecanizados”. Por isso, nas filmagens, ele gosta de dar bastante liberdade para os atores improvisarem os diálogos e as ações, para as cenas ficarem mais naturais. A participação de atores sem formação profissional contribui para que o cinema do Fogo Consumidor crie uma linguagem inovadora e própria da região, e seus filmes expressem o modo de vida e o imaginário popular das comunidades envolvidas. Por outro lado, o projeto vem colhendo resultados positivos por ajudar na inclusão social de jovens e adolescentes. Segundo Ronildo (entrevista gravada, 24/11/2015), alguns jovens que fazem parte da Associação eram dependentes de álcool e drogas. Com a entrada no grupo, estes jovens conseguiram se afastar de tais problemas: a participação no cinema aumentou a autoestima e deu-lhes a oportunidade de mostrar que são capazes de criar e se tornarem artistas.

O primeiro longa-metragem realizado pelo grupo foi “Gritos na Selva”, que estreou em 2013 na Argentina num evento chamado “*Encuentro Cultural*”, na cidade de La Plata, e depois participou da Primeira Mostra de Cinema em Tefé, realizada no mesmo ano. O filme, cuja intenção é provocar a sensação de medo, mistura temas mórbidos com muito sangue e violência. Baseado em fatos reais, conta a história de uma armadilha preparada por um grupo de cineastas criminosos, que ganham dinheiro produzindo filmes em que os personagens são pessoas reais, que não sabem que estão sendo filmadas enquanto perseguem ou são perseguidas e assassinadas. Nessa armadilha, um grupo de moradores da cidade é atraído para as terras de ribeirinhos que odeiam visitantes, e estes começam a perseguição, sem saberem que estão sendo explorados. A partir daí o terror só aumenta entre as pessoas da cidade, que lutam para encontrar o caminho de volta e sobreviver. Uma particularidade desse filme é que cada jovem teve a oportunidade de dirigir uma cena.



Figura 1: Anúncio do “Grito na Selva”. Essa imagem mostra o sangue falso na atriz, feito com mistura de mel e corante vermelho. Fonte: Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor (2013).

Depois do filme “Gritos na Selva”, a Associação passou a trabalhar com temas mais regionais, como o filme “Caboré: A Lenda”, que conta a história do mito de uma árvore frutífera típica da Amazônia, a castanheira, que nasceu através da morte da índia guerreira Caboré. O filme foi exibido em abril de 2014, na Segunda Mostra de Cinema em Tefé, junto com alguns curta-metragens. Com o apoio da Prefeitura Municipal de Fonte Boa, a Associação conseguiu recursos para apresentar os filmes em praças públicas da cidade e quadras poliesportivas das escolas. Depois Orange levou o filme para ser apresentado na Argentina.



Figura 2: Capa de “Caboré: A Lenda”, produzida por Ronildo Cavalcante. Fonte: Ronildo Cavalcante (2013).

A Associação já realizou vários trabalhos que foram reconhecidos e selecionados para competir em mostras nacionais e internacionais. “*Meneruá*” foi vencedor do prêmio de Melhor Curta-Metragem no I Festival de Cinema de Paraíso, no estado de Tocantins, Brasil, em 2010. “*Dulce Carito*” foi escolhido para participar nos seguintes eventos: Festival Internacional de Cinema de Buenos Aires “*Rojo Sangre*”, Puerto Rico Horror Film Fest e Fecoven na Venezuela; “*Cara de Ángel*” foi vencedor do Prêmio do Público no 6º Festival Internacional de Cinema Independente de La Plata, Argentina; “*Maldita Eres*” foi selecionado no 6º Festival Internacional de Cinema Independente de La Plata, na categoria “*Ficção Nacional*”; o documentário “*O Agricultor do Amazonas*” participou de vários festivais, dentre eles do Festicine Pehuahó, Festival de Cinema da Patagônia (FICP), 11º Festival de Cinema Latino Americano de La Plata (FESAALP) e da 5ª Mostra Internacional de Cinema Ambiental de Ushuaia; “*Caboré*” foi selecionado para o Festival Internacional de Cinema Indígena no Chile (FICWALLMAPU); os documentários “*Caboclo ribeirinho*” e “*Açai*” foram selecionados para a 5ª Mostra de Cinema de Ushuaia e, no ano de 2016, o primeiro logrou o prêmio de melhor curta-metragem no II Festival de Curta Metragens para a Educação na Diversidade, na categoria “*Jovens: temática livre*”, em Buenos Aires.

### **Ildelan dos Santos, Evanildo Oliveira e o “Agricultor do Amazonas”**

Ildelan Almeida dos Santos (entrevista por e-mail, 4/7/2015), natural de Tefé, nasceu em 1994 e é filho do pescador Ivo dos Santos e da dona de casa Luzineide Almeida Carvalho. Ele relata que, desde criança, acompanhava o pai em suas viagens de pesca, passando meses nos rios e nos lagos. Quando começou os estudos, acompanhava-o somente durante as férias. Em sua adolescência passou por vários conflitos, e diz que “*estava predestinado a seguir rumo à delinquência. Teve uma época da minha adolescência que cheguei a um nível em que perdi a confiança da minha família e amigos, mas graças a Deus pude superar essa fase*”. Em janeiro de 2011, através do seu irmão Ivonei Almeida dos Santos, conheceu o grupo Fogo Consumidor:

*Tive o privilégio de conhecer a Associação no início de sua formação, em 2011. Meu irmão era quem levava o grupo em nossa canoa para realizar as filmagens e, em uma dessas viagens, ele me convidou para acompa-*

*nhá-lo. Aceitei o convite como uma forma de fugir de um conflito que eu havia gerado em casa.*

*Teve um dia que o grupo precisou de mim para levar eles em nossa canoa para a comunidade de Nogueira, então eu aceitei levá-los. Nesse dia faltou um ator, e eu tive que substituí-lo na atuação de um filme. Então, a partir daquele momento, comecei a fazer parte da equipe e, pela primeira vez na vida, me senti aceito dentro de um grupo sem que alguém me questionasse sobre minha vida, já que eu não tinha uma história boa na sociedade.*

*Compreendi que a inclusão social é muito importante na vida de uma pessoa, pois foi graças à oportunidade de poder trabalhar com cinema, produzir meu trabalho artístico, atuar e, principalmente, descobrir o que eu realmente gostava de fazer que tive uma mudança radical em minha vida pessoal e familiar. Antes eu era a ovelha negra da minha família e hoje sinto que minha família se orgulha de mim. Hoje moro na Argentina e sou estudante de Comunicação Popular (Ildelan dos Santos, entrevista por e-mail, 4/7/2015).*

Ildelan participou do primeiro trabalho da Associação, que foi o projeto piloto “*Ellos no pueden Gritar*”. Em seguida, realizou seu primeiro papel como protagonista no média-metragem “*Armadilhas*”, e dirigiu o curta “*Terra Amaldiçoada*” e o documentário “*O Agricultor do Amazonas*”, além de vários trabalhos que não chegaram a ser concluídos, como “*Terra de Várzea*” e “*O Rapto*”.

Evanildo Nogueira de Oliveira nasceu em 1996, e é filho dos agricultores Darlete Guedes e Nestor Batista. Ele entrou no grupo em 2011 a convite de um colega e, como Ildelan Almeida, teve a oportunidade de fazer alguns cursos na Argentina através da Associação. Ele explica que estudou em um dos centros de comunicação mais importantes da Argentina: “*no curso que realizei na Argentina produzimos um curta-metragem sobre a Associação, nesse curta mostramos como são feitos os trabalhos da Associação*” (Evanildo Oliveira, entrevista através de questionário, 2015). Com a experiência de ter estudado na Argentina, Evanildo Oliveira pôde trazer uma nova visão para dentro da Associação, foi uma semente que trouxe da Argentina para plantar em Tefé:

*O cinema tem grande importância na minha vida. Essa ferramenta transforma um adolescente tímido, leva um jovem sem perspectiva de vida a uma faculdade que sempre constrói sonhos. Entretanto, o cinema tem essa ferramenta que ajuda a mudar e formar críticos, e através dele me sinto um desses. O cinema continua me ajudando a progredir dia após dia. Dentro do projeto Cinema e Identidade tive a oportunidade de aprender a colocar as minhas ideias no papel escrevendo roteiros.*

*Quando pequei na câmera pela primeira vez para filmar o meu próprio trabalho, foi para fazer o documentário “O Agricultor do Amazonas”. Dirigir esse trabalho exigiu alguns conhecimentos que aprendi no projeto. Cada aluno tinha a oportunidade de filmar seu próprio trabalho. Tivemos a ideia de filmar os pais do Orange, que são agricultores. No início tive um grande nervosismo, mas a cada plano enquadrado, o nervosismo foi ficando em segundo plano. O “Agricultor do Amazonas” está mostrando diretamente uma das culturas da nossa cidade (Evanildo Oliveira, entrevista através de questionário, 2015).*

Sob a orientação de Orange Cavalcante e Ildelan dos Santos, Evanildo atuou no filme “O Amuleto”, realizado através do projeto “Cinema e Identidade” e produzido pelos alunos da escola Getúlio Vargas: Wankson Pinho, Marlon Silva, Janaína Ribeiro, José Ramos, Rodrigo Braga e Riney de Sousa. Atuou também no “Gritos na Selva”, dirigido por Orange Cavalcante, e na comédia “Cura na Selva”, dirigida por Vanessa Germano, que se trata de uma paródia de “Gritos na Selva”: *“foi uma experiência sensacional, onde eu não tinha confiança em atuar, mas [com] a confiança que a equipe depositou em mim, pude me sentir mais confiante e sobressair com uma boa atuação”* (Evanildo Oliveira, entrevista através de questionário, 2015).

O documentário “O Agricultor do Amazonas” é um trabalho de 10 minutos, realizado em 2013. Apresenta a rotina de trabalho de Teresa Cavalcante da Silva e Joaquim Quirino da Silva, pais do cineasta Orange Cavalcante. Teresa conta que trabalham há 50 anos com agricultura em seu sítio e diz ser feliz em seu trabalho, de modo que o documentário afirma o valor que a cultura ribeirinha tem aos olhos da população da floresta. O trabalho foca principalmente na preparação da farinha de mandioca, mostrando a plantação, a mandioca de molho na água, a massa sendo espremida em uma máquina, secada no tipiti<sup>3</sup> e, por fim, sendo torrada e peneirada. Leva, assim, para as telas, toda a sofisticação do saber ligado ao trabalho na floresta. Um saber e um trabalho que produzem riquezas sem destruir a natureza. O filme é educativo, pois ensina o modo de vida ribeirinho. Além disso, é o trabalhador rural que ensina ao mundo a sua sabedoria, ao contrário da maior parte dos filmes educativos, que partem das culturas dominantes. Como afirma Ivan Illich (1985, p. 51), “educação para todos é educação por todos”. Esse tipo de documentário ajuda a democratizar a educação.

---

3 Utensílio feito de palha, muito usado pelos povos indígenas e ribeirinhos para extrair o ácido hidrocianico da mandioca brava.

## Orange Cavalcante e seu filme “Meneruá”

O cineasta Orange Cavalcante da Silva nasceu em 1980 na comunidade de Nogueira, do município de Alvarães (AM), onde viveu até seus 15 anos. Seus pais se mudaram para a cidade de Tefé (AM) em 1995, a fim de que seus 11 filhos pudessem dar continuidade aos estudos. Orange terminou o ensino médio sem nenhuma expectativa de ingressar em uma faculdade, pois em 1998 não havia curso superior em Tefé. Após o término do 2<sup>a</sup> grau, o cineasta conheceu nesta cidade alguns missionários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, também conhecida como “Igreja dos Mórmons”:

*[...] então conheci esses norte americanos, construímos uma grande amizade e passei a frequentar a igreja deles. Um ano depois estava saindo como missionário dessa igreja. Passei dois anos como missionário mórmon no estado de São Paulo e Santa Catarina (Orange Cavalcante, entrevista por e-mail, 2015).*

Em 2001, Orange foi para Manaus fazer faculdade de biologia, onde continuou frequentando a Igreja dos Mórmons. Através de um membro da igreja, ele ganhou a oportunidade de fazer faculdade na Universidade Nacional de La Plata (UNLP). O objetivo seria dar continuidade ao curso de biologia que havia iniciado em Manaus mas em 2004, ao chegar a La Plata, decidiu mudar para o curso de cinema. Foi durante as férias desse curso que o estudante começou a trazer a produção cinematográfica para Tefé. Ele foi aluno de Adrian Garcia Bogliano, um diretor de cinema do gênero terror gore<sup>4</sup>, muito conhecido na Argentina, e que foi a principal inspiração para os filmes de terror que Orange começou a filmar com os jovens do Médio Solimões. O primeiro filme foi o média-metragem “Meneruá”:

*[...] escrevi um roteiro baseado em uma lenda regional do município de Tefé, com uma história que tinha muito a ver com o gênero e estilo desse diretor. Realizei esse trabalho durante o período de férias (2008) em Tefé, e na volta para a Argentina apresentei na faculdade esse média metragem “Meneruá” como trabalho de conclusão de curso (Orange Cavalcante, entrevista por e-mail, 2015).*

Bogliano gostou tanto do “Meneruá” que convidou Orange para trabalhar como assistente de produção, e eles trabalharam juntos por um

---

4 O “gore” é o subgênero do terror, em que as cenas de sangue e violência ganham mais destaque do que a história em si.

ano. Para além da influência do diretor argentino, uma das características das obras de Orange é que sempre há a presença de um ambiente natural. Ele relata que o motivo de filmar sempre na mata é ter crescido na floresta, da qual tem muito orgulho. Outra de suas características é a de trabalhar sempre com movimento de câmera, para que se possa notar no filme a presença da câmera “viva” e “ativa” dentro das cenas.

A necessidade de conseguir a ajuda de outras pessoas para poder produzir filmes em Tefé o levou a perceber o quanto seria rico se mais gente pudesse participar. Foi assim que teve a ideia tanto do projeto “Cinema e Identidade” como da Associação. Começou convidando parentes e amigos, e depois o grupo foi se abrindo e crescendo. Em 2009, Orange graduou-se em cinema, e depois cursou Mestrado em Comunicação com Especialização em Audiovisual e Multimídia na Fundación Universitaria Iberoamericana (FUNIBER), tendo concluído em 2016. Durante anos ele alternou temporadas de estudo e trabalho na Argentina com períodos de ensino e produção em Tefé, e sempre que voltava para a Argentina levava os filmes de Tefé para participar em vários festivais. Em 2017, o cineasta foi contratado pela Secretaria Municipal de Educação em Tefé, conquistando a oportunidade de se dedicar integralmente à elaboração de projetos de cinema e educação na Amazônia e, em 2018, tornou-se secretário municipal de cultura e de comunicação.



Figura 3: Capa do filme “Meneruá”. Fonte: Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor (2008).

O filme “Meneruá” foi baseado em uma história que Orange ouvia de sua avó quando criança: o nome faz referência a uma bela praia deserta de Nogueira, no Lago Tefé, onde acontecem fatos sobrenaturais. O filme começa com um grupo de amigos atravessando o lago de Tefé em uma canoa, a caminho da praia. Ao sair da canoa, eles seguem a pé e, no caminho, encontram uma senhora idosa (protagonizada por Alzira Anchieta) fazendo o sinal da cruz repetidamente, enquanto olha-os fixamente. O personagem Marcos (Ronildo Cavalcante) pergunta ao homem da vila (Marcos Azevedo) como chegar ao Meneruá, e este os aconselha a não irem ao local por ser mal-assombrado. Duas pessoas do grupo dão risadas, aparentando que não acreditam em assombração. O homem mostra o caminho, e eles seguem em frente.

Chegando ao local, eles se sentem perdidos na mata, ouvem barulhos muito estranhos na floresta e ficam assustados. Estranhamente, a idosa que fazia o sinal da cruz aparece no local sem ser vista por eles. A idosa estava com uma expressão séria e assustadora, olhando fixamente para eles. Em seguida, Marcos sente uma forte dor de cabeça e alega estar com essa dor desde o momento em que entrou na floresta. Tira de sua mochila um comprimido e, após tomar o remédio, fica com uma expressão muito estranha e passa a ter alucinações. Ele vê uma estranha mulher chamada Janaína (Andreza Alcântara) e corre atrás dela incompreensivelmente. No meio da confusão, a personagem Andrea (Amanda Sousa) cai no chão, machucando sua perna fortemente, a ponto de não poder andar. Carlos (Edy Cavalcante) vai atrás de Marcos, e Júlia (Rosilene Cavalcante) sai em busca de ajuda.

Júlia é perseguida por Janaína e tenta fugir desesperadamente, gritando e pedindo socorro, mas Janaína a ataca com violentas pauladas, levando-a à morte. Em seguida, aparece Marcos sujo de sangue, correndo como um louco, e encontra a idosa do sinal da cruz, inexplicavelmente ensanguentada: Marcos se assusta e sai correndo novamente. Em seguida é a vez de Carlos ser perseguido por Janaína. Fugindo dela, joga-se dentro de um igarapé e nada desesperado, sumindo misteriosamente no seu fundo. Depois, Janaína ataca a próxima vítima: Andrea, não podendo correr, se arrasta no chão tentando fugir, mas é inútil.

Neste momento, acontece algo estranho. Na ocasião em que Andrea está sendo agredida, aparece Marcos como Janaína e Janaína aparece

como Marcos. Andrea é morta estrangulada. Após a morte de Andrea, Marcos recupera a memória e lembra dos momentos vividos com seus amigos desde o início do passeio, inclusive a forma como matou-os e também o homem da vila e a idosa. Uma legenda final relata que Marcos foi condenado pelas mortes de seus amigos, mas jura que uma criatura mítica da Selva Amazônica, chamada Janaína, matou seus amigos, usando o seu corpo.

Podemos analisar que Marcos estava numa encruzilhada, pois, no momento em que chegou à praia, passou a não resistir às tentações que tomaram conta de seu corpo e, talvez, de seu espírito. Ele foi acometido pela loucura:

O louco vai mais longe que o homem normal, pois leva seu desejo a sério, tentando a todo custo fazê-lo triunfar, e é isso que o enlouquece. A loucura não é um estado de natureza de determinados indivíduos, é tão somente uma relação das estruturas do desejo em indivíduos a quem faltam filtros, que têm uma apreensão aproximativa das relações humanas. O louco é aquele que, em vez de se pautar por objetos, concentra-se nas relações sem dominar as regras das trocas (POURRIOL, 2012, p. 113-114).

Ser louco, segundo Girard (apud POURRIOL, 2012), é deixar-se dominar pelos desejos e entregar-se à ilusão, ainda que ela nos violente. Da mesma maneira que Pourriol (2012) usou o conceito de loucura de Girard para analisar uma história de amor no filme “Jornada da Alma”, de Roberto Faenza, o mesmo conceito pode ser usado para se pensar o terror. A loucura de Marcos é a libertação dos seus desejos: ele desejou passear na praia de Meneruá mesmo sabendo que era perigosa, e isso mostra que ele, inconscientemente, desejou ser dominado por Janaína. Entre o real e o imaginário, a “loucura não suporta a resistência do real, construindo, portanto, na definição da psicose, um mundo onde nada resiste” (POURRIOL, 2012, p. 116). Ou seja, quando temos um desejo, podemos decidir satisfazê-lo na imaginação ou na realidade. Marcos concentrou-se tão intensamente na realização imaginária do desejo, que acabou por se tornar escravo dele. O seu sonho tornou-se pesadelo, e este se impôs à realidade. Quando Marcos despertou da loucura, voltou a desejar, mas desejar que não tivesse acontecido a transformação em Janaína e o assassinato dos seus amigos. O desejo está sempre nascendo e morrendo.

## Manuel Ronildo Cavalcante e “Maria Sangrenta”

Manuel Ronildo Cavalcante nasceu em 1982, na comunidade de Nogueira, em Tefé (AM). Sua primeira experiência com o audiovisual foi em 2006, no curta-metragem “Terror na Selva”, um filme que foi feito apenas como trabalho de faculdade de seu irmão Orange, mas não foi exibido. Ele comenta que a participação na Associação melhorou muito sua comunicação, desenvoltura e o levou a vencer a timidez. Além disso, orgulha-se dos trabalhos que realiza: *“são experiências que irei contar para meus filhos e netos, como foi desenvolver um cinema na cidade de Tefé”* (Manuel Ronildo, entrevista gravada, 2015). Sobre sua primeira atuação, diz que ficou um pouco constrangido de ficar em frete à câmera, pois nunca havia tido contato com o teatro ou com o cinema. Atuou como protagonista no filme “Meneruá”, e também como um dos vilões no longa-metragem “Gritos na Selva”. Dirigiu, junto com Janderson Moraes<sup>5</sup>, o curta “Maria Sangrenta”.

“Maria Sangrenta” é um curta-metragem de seis minutos filmado em dois dias, no ano de 2013, como parte do projeto “Cinema e Identidade”. Todos os participantes do filme (elenco, equipe técnica, produção, texto, edição e direção) estavam no projeto. Mesmo sabendo que é apenas uma lenda urbana, os participantes ficaram realmente com medo de Maria Sangrenta aparecer. Ronildo conta que a razão do medo foi a caracterização da atriz que interpretava a Maria Sangrenta, pois era surpreendente e assustadora. Para completar no momento da atuação, eles filmaram em um banheiro muito pequeno, na frente de um espelho e num ambiente escuro, aumentando a sensação de medo.

De acordo com a legenda inicial do filme, Maria namorava Halley, um homem casado e pai de dois filhos. Ela não aturava mais viver dessa maneira e decidiu terminar o namoro. Halley não aceitou a separação e, como vingança, a agrediu dentro do banheiro. Maria morreu totalmente ensanguentada, em frente a um espelho, e Halley retirou seus olhos cuidadosamente e os levou com ele. O espírito de Maria se tornou vingativo e transformou-se em Maria Sangrenta: agora, se alguém repetir três vezes “Maria Sangrenta” na frente de um espelho de banheiro, ela aparece. Caso a pessoa tenha um segredo de morte ou se sinta culpada pela morte de alguém, ela arranca os seus olhos e a mata, assim como foi morta.

---

5 O filme também foi dirigido por Janderson Moraes. Sua história não foi incluída neste trabalho, pois ele preferiu manter a privacidade.

A ação do filme começa com três meninas conversando, sentadas em um colchão, dentro de um quarto com as paredes envelhecidas. Margarida (Janeide Lopes) pergunta para Roberta (Karina Araújo) e Juliana (Keuly Pessoa) se elas realmente querem evocar a lenda. Roberta, que está se maquiando, dá risadas irônicas e responde:

- Já vem você de novo, Margarida, com esse seu jeitinho, é claro que vamos, estamos aqui para isso.

Em seguida Juliana fala:

- E é você, Margarida, quem vai evocá-la, não tem como desistir agora.

Nesse momento Juliana levanta, alegando que voltará logo, e Margarida se preocupa por não saber o que Juliana foi fazer. Juliana retorna assustando as meninas, abrindo a janela do quarto com empurrões e com gritos. Juliana dá gargalhadas do susto que deu nas meninas e entrega uma vela e uma caixa de fósforos para Margarida, que diz:

- Para mim? O que é isso?

Juliana responde:

- É para acabar com o seu medo, você tem que evocá-la. Não tem como desistir agora.

Margarida contrapõe:

- Eu não quero fazer isso!

Juliana:

- Já disse para você parar com esse seu medo.

Roberta comenta:

- Você não tem como voltar atrás agora.

Margarida, com uma expressão muito triste por estar sendo forçada a invocar Maria Sangrenta, segue para o banheiro com a vela e o fósforo nas mãos. Enquanto isso, as outras duas amigas ficam rindo de Margarida. Ela se tranca no banheiro e, com as mãos trêmulas, acende a vela. Em seguida a tela escurece totalmente e lentamente volta a clarear: a moça, muito nervosa, fica entre a escuridão e a luz da vela, de frente para um espelho. Com a mão no peito, diz três vezes o nome “Maria Sangrenta”. Nesse momento a vela se apaga rapidamente, acompanhada por um barulho estranho e assustador. Margarida, desesperada, coloca as mãos no rosto e grita. Então, começa a repetir:

- Meu Deus, meu Deus, não devia fazer isso!

A tela do filme fica muito embaçada, deixando o público confuso e amedrontado, acompanhando os gritos da moça. Logo fica escura, e ao mesmo tempo ouvem-se barulhos curiosos e apavorantes. Ligeiramente a tela clareia com a presença temível de Maria Sangrenta no espelho, e o ambiente em torno dela treme. Margarida aparece ensanguentada, levantando-se lentamente do chão, com as mãos sobre o espelho. As duas ficam se olhando através do espelho, e Margarida, chorando e gritando, cai desacordada no chão. Em seguida, ela acorda e vira o rosto rapidamente com uma expressão assustadora. Margarida agora é Maria Sangrenta.



*Figura 4: Cena do filme “Maria Sangrenta”. Personagens Maria Sangrenta e Margarida se olhando através de um espelho. Fonte: Acervo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor (2013).*

Analisando este filme, podemos perceber que o cinema não tem um compromisso direto com a vida real, e sim com a transformação do real em nossa imaginação. Como explica Bernardet (2006, p. 12), “o cinema dá a impressão de que é a vida real que vemos na tela, até mesmo quando se trata de assunto que sabemos não ser verdade”. Isso acontece tanto para o público, como para atores e personagens. A personagem Margarida sentiu medo de que, ao repetir três vezes o nome “Maria Sangrenta”, ela poderia surgir realmente naquele momento, mesmo achando que isso era impossível. Mas o medo era também um desejo, o sentimento de que Maria poderia realmente surgir, e é por isso que ela apareceu. Com o público e o ator acontece a mesma coisa: passam a se sentir como se o personagem e suas histórias fossem verdadeiros, e é assim que a imaginação transforma os mundos reais. A “loucura” pode ter efeitos reais, e eles seriam desastrosos se o filme

de terror se tornasse realidade. Porém, graças ao processo de produzir o poder do desejo e da imaginação em filmes do terror, os realizadores do Fogo Consumidor têm também conquistado o seu protagonismo na sociedade.

### **A participação na tela mágica no Médio Solimões**

As experiências da Associação Fogo Consumidor demonstram que uma apropriação crítica e criativa do cinema e o trabalho em equipe permitem a superação de obstáculos. Especialmente quando se trata de jovens e adolescentes, que são muitas vezes tímidos e inseguros. Pessoas com as mais variadas dificuldades podem se tornar produtores de cultura, compartilhando e tendo a oportunidade de expressar sua subjetividade. A liberdade de expressão traz novos significados para as suas vidas, fortalece a autoestima, e a arte tem o poder de dar a autodisciplina que os jovens precisam para conduzir as suas vidas. Os jovens estão contribuindo com o desenvolvimento da cultura, da educação e da arte. É assim que estão se tornando protagonistas da sociedade.

Quando analisamos as narrativas orais e cinematográficas desses jovens, podemos notar que elas ligam entre si o fazer cinema, as culturas e a educação popular. A cultura é vivida no interior de cada ser humano: no lugar mais profundo dos medos, desejos e das ideias, um lugar íntimo onde o individual se mescla com tradições coletivas. Produzindo filmes, o jovem pode expressar essa cultura interior. E, ao valer-se da “impressão de realidade”, que é grande poder do cinema, pode também fortalecer e/ou transformar a cultura.

Afinal, se a “impressão de realidade” é utilizada nas estratégias de manipulação da indústria cultural (Bernardet, 2006), a democratização da comunicação ocorre justamente quando o povo passa a ter direito a ser sujeito desta “manipulação” (Enzensberger, 2003). Livre para manipular a “ilusão de verdade”, o jovem projeta nos filmes a sua cultura interior, escapando assim do individualismo e participando como sujeito das transformações sociais. A produção cinematográfica torna-se, então, uma estranha e poderosa arma para pôr sentimentos e pensamentos em movimento, de modo análogo ao que ocorre com os “temas geradores” de Paulo Freire (2005): quando produz os seus filmes, o jovem inventa a si mesmo enquanto sujeito da sociedade e da cultura.

As práticas coletivas e colaborativas do Fogo Consumidor revelam como são poderosos os resultados quando a juventude cria as suas

próprias experiências independentes de educação artística e popular, e cujo caráter educativo nem sempre é consciente ou intencional. É imprescindível que as políticas públicas voltadas para a juventude, para a cultura e a educação tenham em conta a necessidade de se oferecer as condições e o estímulo para que essas experiências autônomas possam florescer.

### REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jeans Claude. O que é cinema. São Paulo SP: Brasiliense, 2006.

COSTA, Flávia Cesarino. Primeiro cinema. In: MASCARELLO, Fernando (Org). História do cinema mundial. Capinas SP: Papyrus, 2006.

CARVALHO, Taísa. Literatura e cinema: um olhar sobre a identidade da mulher profissional nas perspectivas de Virginia Woolf e Sylvia Plath. Paraná: UNIOESTE/TOO. Revista Travessias. Vol.04. No. 02, 2010.

CICCO, Cláudio de. Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40. São Paulo SP: Convívio, 1979.

CABRAL, Trícia. Cinema rebelde. Manaus: Valer e Governo do Estado de Amazonas, 2003.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Elementos para uma teoria dos meios de comunicação. São Paulo: Conrad, 2003.

FANTIN, Mônica. Mídia-educação e cinema na escola. Trabalho apresentado no 1º colóquio de pesquisa educação e mídia: diálogos entre culturas, realizado pela UniRio. Rio de Janeiro RJ: 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. Petrópolis: Vozes, 1985.

POURRIOL, Ollivier. Filosofando no cinema: 25 filmes para entender o desejo. Rio de Janeiro RJ: Zahar, 2012.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 9ª edição. São Paulo SP: Brasiliense, 1983.

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnica e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WU, Tim. Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

#### Entrevistas:

OLIVEIRA, Evanildo Nogueira de. História de vida. [entrevista pessoal]. Entrevista com questionário direcionado em 15/07/2015.

SANTOS, Ildelan Almeida dos. História de Vida. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < e-mail> em 04/07/2015. SILVA, Manuel Ronildo Cavalcante da: depoimento. [27 Nov. 2014]. Entrevistadora: Eliane Góis da Silva. Tefé-Am, 2015. 1 gravador de voz (40 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a Associação Cinematográfica Fogo Consumidor.

SILVA, Orange Cavalcante da. História de Vida. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < e-mail> em 04/06/2015.

#### Filmes:

GRITOS na Selva. Cenas dirigidas por todos os participantes. Apresentação: Projeto Cinema e Identidade. Produção: recursos próprios dos participantes. Tefé (AM), 2013. (81 min.) Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Produções Filmes.

MARIA Sangrenta: Lenda Urbana. Direção: Ronildo Cavalcante e Jhander-son Moraes. Produção: Amanda Souza e Rose Cavalcante. Texto: Adonel Marreira. Apoio: Projeto Cinema e Identidade. Tefé (AM), 2013. (6 min. 39 seg.) Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Produções Filmes.

MENERUÁ: A Morada do Mal. Direção e roteiro Orange Cavalcante da Silva. Apresentação; Vindicta Films. Produção: Hector Tisera e Adriano Silva Campos. Tefé (AM), 2008. (13 min.) Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Produções Filmes.

O AGRICULTOR do Amazonas: Minha Terra, Meu Sustento. Direção: Ildelan Almeida dos Santos e Evanildo Nogueira de Oliveira. Projeto Cinema e Identidade. Tefé (AM), 2013. (13 min.) Arquivo da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Produções Filmes.



# Experiências de economia solidária e segurança alimentar pelos agricultores orgânicos do Amazonas<sup>1</sup>

*Maria Isabel de Araújo*

*Silas Garcia Aquino de Sousa*

*Michel Justamand*

## **Introdução**

Os seres humanos em seus primórdios, historicamente eram praticantes de caçadas a diversos animais e também eram coletores de uma série de alimentos. Nessas ações construíram a base da sua humanidade. Foi então com as suas relações socioculturais com a natureza, que desenvolveram, gradativamente, inúmeras ferramentas que facilitariam o acesso a suas necessidades de manutenção da vida. Mas também ampliariam a sua inteligência (GOSDEN, 2012), que a temos desde os primórdios da formação da espécie humana, há mais de 50 mil anos (LEAKEY e LEWIN, 1988), assim como novas reflexões, ações e atitudes humanas sobre a natureza, a partir de então passando a ter atitudes de dominação, mas nem sempre bem-sucedidas.

É nessa relação que a economia solidária tem importante papel na construção de uma consciência diferente para tratar das relações de mútua dependência existente na interação natureza-sociedade-economia. Desta forma, indivíduo e coletividade compõem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências pontuadas na preservação e conservação do meio ambiente, bem de uso comum, necessários a sustentabilidade ambiental e em busca de saudável qualidade de vida.

Objetiva-se, neste trabalho, compilar as experiências, embasada na práxis conceitual da economia solidária, da organização dos agricultores familiares na Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas (Apoam), fundamentada nos princípios da agroecologia, representados na reprodução econômica, social e ambiental com princípios solidários e de segurança alimentar pelos agricultores e as famílias engajadas em sua construção.

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial desse trabalho foi apresentada a VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC. "Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais". Manaus/AM. PPGSACA/UFAM. 29 nov. a 02 dez.2017. GT. 5. - 5.1.

Sendo explicitados também os principais dados que identificam os integrantes da Apoam como ação empreendedora de economia solidária, o que produzem e onde se localizam, através de uma perspectiva histórica, com o propósito de resgatar, as várias práticas solidárias dos agricultores orgânicos do estado do Amazonas, que vêm alcançando cada vez mais destaque no mercado local, não somente pela produção de alimentos orgânicos em si, mas a tudo a que ela esta associada, resultante de processos menos impactantes ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável, valorização do trabalho do produtor agricultor orgânico, saúde e segurança alimentar do produto e a responsabilidade ambiental.

Adotou-se como metodologia a pesquisa-ação, com observação participante e pesquisa bibliográfica.

A Apoam está organizada desde o processo de produção até a comercialização dos produtos agrícolas, agregando valores como exemplo de uma economia democrática, pautada na solidariedade. Como todo pequeno empreendimento, mesmo unidos, os produtores enfrentam as adversidades impostas pelo mercado, diversificando a produção agroflorestal, gerando várias fontes de renda para as famílias dos produtores associados, concernindo em um ciclo de produção e consumo mais sustentável, ofertando diversos tipos de produtos agrícolas para o consumo. Dessa forma, os associados da Apoam concebem o conceito de otimização da produção aliado a um novo sistema de produção e consumo saudável, com respeito à natureza, a valorização do trabalho coletivo do agricultor familiar, garantindo a sustentabilidade dos espaços agroambiental enquanto empreendimento e a incorporação de todos os participantes da associação os benefícios gerados.

Neste contexto, ao se pontuar como base norteadora o que se compreende ser a produção e o consumo de base ecológica apresentamos um estudo de caso da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas (Apoam) em particular, sobre a iniciativa de economia solidária.

A Apoam, constituída por 20 (vinte) agricultores orgânicos dos quais 13 (treze) são assentados nos Projetos de Assentamento (PA) Água Branca, Tarumã-Mirim, BR-174 e Iporá.

Desde 2007, os agricultores orgânicos da Apoam comercializam semanalmente uma variedade de produtos hortifrutigranjeiros na única feira de produtos orgânicos do estado do Amazonas, na área interna (Figura

1) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), situada à Rua Maceió, nº. 460, bairro Adrianópolis, Zona Centro-Sul, ocorrendo nos sábados, no horário de 7:00 às 12:00.



*Figura 1 – Feira da APOAM.  
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2015).*

A constituição da Apoam foi extremamente importante, por um lado, como campo de articulação econômica e social na construção da economia solidária, por outro, no engendramento de subsídios e implantação de políticas públicas. Porém, o comportamento do consumidor é complexo, visto que depende do contexto cultural e social dos consumidores. Neste segmento de mercado, a tendência de crescimento é devido ao grande fluxo de informações, tornando mais consciente o consumidor sobre a preservação e conservação da natureza, onde processa-se uma relação de confiança entre o consumidor com o agricultor ao adquirir os produtos, garantindo a origem, procedência e modo de produção dos alimentos ofertados nas feiras de comercialização de produtos de base ecológica.

Destaca Layrargues (2000) que o consumidor verde é alguém atento as adversidades ambientais, que ao fazer suas escolhas de compra leva em consideração não somente qualidade e preço, mas o fato de ser ambientalmente correto, ou seja,

para este consumidor o produto não pode ser prejudicial ao ambiente em nenhuma etapa do seu ciclo de vida, pois acredita-se que o simples ato da compra determina uma atitude de depreciação ou preservação. Assim, transfere-se o ônus da responsabilidade ambiental também para a sociedade (LAYRARGUES, 2000, p. 85).

Essa percepção na relação homem-natureza-homem teve início no século XIX, a partir do desenvolvimento da ciência e da técnica e

principalmente do pragmatismo político-social (CAMARGO, 2013). Foi importante também dos movimentos sociais provenientes da sociedade organizada, na qual através da pressão sobre a classe política resultaram em políticas públicas destinada a atender as demandas dos agricultores familiares, ressalta-se que grande parte dessas políticas foram incorporadas na Constituição Federal de 1988, popularmente denominada de Constituição Cidadã.

### **Empoderamento e meio ambiente**

Percebe-se que nas últimas cinco décadas tem-se marcado de forma significativa a história da humanidade, tendo como marca registrada a percepção da influência de ações locais e suas consequências globais, essas mudanças afetam o modo de viver, agir e posicionar-se das pessoas e organizações diante de problemas até então latentes. Até por volta dos anos de 1960, a temática ambiental, sustentabilidade e economia eram tratadas de forma pontuais e sem inter-relação por pequenos grupos de ativistas e de forma esporádica nas academias (CAMARGO, 2009).

Com isso, o grande público ficava a margem dessas discussões, preocupado simplesmente em consumir e fazer girar a roda da economia. Sobre esse período destaca José Carlos:

A virada da década de 1960 para de 1970 é considerada por muitos autores um ponto de inflexão da postura do ser humano frente o meio ambiente. Com a organização pela ONU da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) em 1972, Estocolmo, fica institucionalizada a relevância do tema para a sociedade (SILVA FILHO, 2010, p. 199).

Patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência de Estocolmo, como é mais conhecida, constitui-se um marco relacionado a iniciativas de redução da degradação do meio ambiente, motivada pela demanda de consumo e o fortalecimento do capitalismo que promoveu uma percepção de bem-estar e qualidade de vida em detrimento a população menos favorecida e ao meio ambiente (MEADOWS; RANDERS; MEADOWS, 2007).

A partir da 1ª CNUMAH, a humanidade começou de forma mais efetiva buscar alternativas num esforço global a fim de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente, surgindo pela primeira vez a ideia de sustentabilidade.

Assim, Granziera (2009) afirma que em consonância com os objetivos estabelecidos em Estocolmo, buscava-se entre outras iniciativas, estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento social e econômico e a redução da degradação ambiental (desmatamento, etc...).

A Declaração de Estocolmo, nos chama atenção sobre o alerta em forma de apelo, onde se alertam para a criticidade do momento histórico e a necessidade de repensar as relações de consumo e o uso racional dos recursos, sem com isso perder-se de foco as comunidades tradicionais produtoras.

Isso posto, a Conferência de Estocolmo, lançou as bases daquilo que posteriormente seria conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Caracterizava-se por propostas de ações ambientais em nível internacional através de princípios com objetivo de preservação e melhoria do ambiente natural, que envolve o apoio financeiro e assistência técnica a comunidades e países mais pobres por parte dos países mais ricos (MARQUES; CAMPOS, 2017).

Nesse sentido, percebe-se o início de um olhar mais crítico e social sobre a Amazônia, em vista a sua defesa e a melhoria na qualidade alimentar, bem como, melhores condições de vida dos seus habitantes. É nesse cenário, que o Brasil desponta na hegemonia mundial sob a perspectiva socioambiental. Reacendem-se as discussões relacionadas a sustentabilidade ambiental, social e econômica, em favor de um socioambiental envolvendo a agroecologia, e a valorização sociocultural dos povos da floresta e das minorias brasileiras.

Entre vários projetos e propostas implantados no Brasil, no contexto das Políticas Públicas com viés sustentável e participativo, destacam-se a economia solidária e a política de segurança alimentar, e dessa forma fomentando o empoderamento de pequenos produtores rurais a partir do modelo europeu.

### **Economia solidária: características e considerações**

Caracterizada pelo aspecto coletivista e a solidariedade, o conceito de economia solidária é revestido de um aspecto humanista e social em prol do desenvolvimento humano. Em contraponto ao capitalismo selvagem, cujas as relações conflitantes e exploratórias norteiam as sociedades capitalistas em detrimento aos trabalhadores à imanência e coisificação,

como afirma Nascimento (2016) “a economia solidária eleva a autoestima desses trabalhadores que se recriam e reinventam-se no processo de trabalho. O caráter democrático da economia solidária é fundamental para a funcionalidade dos empreendimentos”. (NASCIMENTO, 2016, p. 46).

Originária da Europa, do período da Primeira Revolução Industrial, a Economia Solidária surgiu como resposta dos artesãos excluídos dos novos processos produtivos decorrentes do advento da máquina a vapor.

Afirma Singer (2014) que, neste momento, alguns industriais mais esclarecidos após as iniciativas do britânico Robert Owen, proprietário em New Lanark, de um complexo têxtil também decidiram reduzir a jornada de trabalho e proibir o trabalho infantil. Destacam, no entanto, Hickenbick e Felácio (2014) que longe de estarem alinhados com a questão social, esses empresários tornaram suas empresas mais rentáveis e lucrativas.

As primeiras iniciativas não obtiveram êxito, principalmente a falta de apoio do Governo Britânico de 1817, ao mudar-se para os Estados Unidos, em 1825 Owen também fracassou na implantação das chamadas aldeias cooperativas pelos mesmos motivos.

Quatro anos depois, ao retornar a Inglaterra, Owen descobriu que seus seguidores haviam criado com sucesso empreendimentos na forma de cooperativas, que se espalharam País a fora. Do ponto de vista dialético - científico, conforme destaca Mendanha (2009) dois autores se destacam por seus estudos nessa área, no

plano internacional, o trabalho pioneiro de Laville, na França, em 1994, que ao tentar dar conta das emergências do fenômeno, sobretudo naquele país, insere uma abordagem antropológica e indica um novo olhar para as práticas e outras configurações para instituir o ato econômico (MENDANHA, 2009, p. 17).

Nesse mesmo período, em meio a efervescência político-social do Brasil pós processo de abertura política e incentivado pelos avanços decorrentes da Constituição Cidadã, o Prof. Paul Singer foi um dos pioneiros na introdução da ideia de economia solidária na realidade brasileira. Percebe-se assim, que esses conceitos chegaram de certa forma tardiamente e está envolto nos debates dobre o tema especificamente e associado a programas como a Política de Segurança Alimentar brasileiro que é alvo de estudos e reflexões em especial em países da América Latina.

A economia solidária, enquanto conceito embrionário no contexto brasileiro, tem sua base em empreendimentos coletivos (associações, grupos informais, cooperativas e sociedades mercantis).

Para Milton Santos (1973) apud Montenegro (2012), a economia solidária refere-se aos pequenos circuitos econômicos urbanos desenvolvidos em locais com algum grau de desenvolvimento em capital social caracterizada por um sistema econômico - ou modo de produção - diverso, onde se produzem, distribuem e consome-se riquezas de maneira diferente das do capitalismo.

Assim, Singer (2005) e Montenegro (2012) estabelecem algumas influências da Economia Popular Solidária, sob os aspectos:

- Cultural: na medida que leva o repensar o mundo e a forma de consumir, a valorização dos produtos locais sob a ótica de alimentos saudáveis, da agricultura orgânica que não afeta o meio-ambiente, livres de transgênicos fortalecendo e promovendo a cooperação, a inteligência coletiva, livre e partilhada. (MONTENEGRO, 2012).

- Econômico: constitui-se uma quebra de paradigmas do capitalismo, no jeito de desenvolver a atividade econômica, de produção, de oferta de serviços, na comercialização, nas finanças e no consumo, tendo como base a democracia e a cooperação, na forma de autogestão: onde não existe patrão nem empregados, em uma forma homóloga e ao mesmo tempo dicotômica de empreendimentos (associação, cooperativa ou grupo) onde todos são ao mesmo tempo patrão e empregado, trabalhador e dono.

- Político-Social: onde através de movimentos sociais e temáticos, como é o caso do uso da agricultura orgânica constituem-se lutas e bandeiras em prol da mudança da percepção da sociedade, em busca de uma forma diferente de desenvolvimento, longe de grandes latifúndios ou empresas e que desenvolvem e valorizam valores como solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos. (NASCI-MENTO, 2016).

Benini e companheiros fazem uma crítica, e esclarecem que alguns setores da Economia Solidária estão muito relacionados ao “terceiro setor”, “responsabilidade social das empresas éticas e cidadãs”, cooperativas “autogestionárias” e várias outras atividades desenvolvidas no “mercado solidário e competitivo” (BENINI et al, 2011, p. 61). Na percepção dos autores constituem-se essas qualificações uma reação da sociedade às novas expressões do pauperismo face a questões sociais não resolvidas.

Assim, a Economia Solidária ressurge no cenário sócio-político brasileiro como uma forma de resgate na forma de resistência de trabalhadores em face da exploração do trabalho humano, em contraponto a globalização apresentando-se dessa forma como alternativa a visão capitalista de organização socioeconômica e ambiental. Um exemplo dessa inter-relação sob os aspectos socioambiental e econômico destaca-se a segurança alimentar, em especial a produção e comercialização de produtos orgânicos tal como o trabalho desenvolvido através da Feira da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas - APOAM, "considerada feira de referência de produtos orgânicos" (NETA; SOUSA; ARÁUJO, 2016, p. 6).

Partindo-se do pressuposto da interrelação nos espaços de produção segundo Araújo et al (2016), revelam-se diferentes interações nos grupos sociais, sejam nas atividades sociais, econômicas e ambientais, como alternativas de participação comunitária e democrática como garantia dos direitos de cidadania,

no manejo, conservação e preservação da biodiversidade, na garantia de direitos da soberania e segurança alimentar, influenciados pelo multiculturalismo do "fazer coletivo". Todos esses processos advindos desta forma, a partir das necessidades de superação aos desafios locais, constituem uma nova forma de organização comunitária, objetivando o bem-estar social, econômico e ambiental, denominado de "Ajuri" (ARAÚJO et al, 2016, p. 2393).

A solidariedade na APOAM pode ser verificada nas ações coletivas realizadas em diversas comunidades, tais como no trabalho coletivo em ajuri, a partir da realidade local de cada núcleo familiar, associado da APOAM, firmados no compromisso da preservação e conservação ambiental, na cultura tradicional, na sustentabilidade da produção e consumo alimentar e no resgate da memória biocultural.

### **Feira da APOAM e a promoção da segurança alimentar**

Ao refletir sobre a relação homem-natureza na Amazônia, afirma Camargo (2013, p. 22) que "vive-se um momento em que os elementos ambientais são vistos como uma mercadoria, por meio do qual o sistema de produção tenta imperar sobre as relações de solidariedade, parentesco e o cotidiano das pessoas".

Disserta Peixoto (2009, p. 11) que “ao longo do tempo a Amazônia vem sofrendo com um modelo de desenvolvimento que a destrói e que ignora o homem que ali vive. Com a pressão internacional para a proteção da floresta”. Nesse sentido, percebe-se que o associativismo no âmbito da economia solidária desponta nesse cenário como estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo como uma possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade, representação política e etnicidade do trabalho em harmonia do homem com a natureza. Assim, dentro das alternativas de produção, comercialização e consumo, destacam-se iniciativas na forma de políticas públicas e metodologias voltadas a sustentabilidade, consumo responsável e segurança alimentar. Entre tais ações destacamos:

- Agricultura Familiar (AF) que conforme define a Lei Federal nº 11.326/06, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural de acordo com determinado limite de área, utilização de mão-de-obra da própria família, renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento (BRASIL, 2006).

- Agricultura Orgânica (AO) que é “um conjunto de sistemas de produção agrícola que, entre outras coisas, não permite o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde de consumidores e trabalhadores e o meio ambiente” (BADUE e GOMES, 2011, p. 6). Consubstanciado na Lei n. 10.381 de 23.12.2003.

- Comércio Justo e Solidário (CJS) - definida em legislação própria (Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010), como uma “prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários”. (BRASIL, 2010).

Assim, na perspectiva do consumo responsável (Cr) destaca-se em Manaus a feira de produtos orgânicos promovida pela APOAM. Criada em 2007, como parte dos esforços relativos à política setorial do pró-orgânico do Ministério da Agricultura e da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) e seus membros, chegou-se ao entendimento da necessidade de fortalecer a cadeia produtiva da produção orgânica, ainda muito incipiente no Amazonas.

Na 33ª Feira de Exposição Agropecuária do Amazonas (Expoagro) realizada em 2007, incluiu-se na programação um espaço expositivo e de discussão específico para a produção orgânica. Agricultores interessados na produção sustentável e na conservação de recursos naturais par-

ticiparam dessa 33ª Expoagro, onde houve uma integração e identificação de suas lutas, objetivos, problemas e expectativas para o setor. Liderados pelo agricultor agroecologista Raimundo Moura de Carvalho, os agricultores orgânicos passaram a participar de cursos e reuniões e a compartilhar conhecimentos agroecológicos.

A partir do esforço dos agricultores de diversas comunidades rurais, passaram a comercializar seus produtos orgânicos em uma feira quinzenal de produtos agroflorestais orgânicos no pátio do MAPA/AM com o apoio do Mapa, Embrapa, Sebrae, Sempab, INPA, UEA, MDA, INCRA, MUSA e IPÊ. Com o aumento da integração entre esses agricultores, amadureceu o embrião da Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas (APOAM). Em outubro de 2010 a APOAM conclui seu processo de formalização jurídica. Em maio de 2011 a APOAM credenciou-se junto ao Ministério da Agricultura/AM para como Organismo de Controle Social e tornou-se apta para venda direta de produtos orgânicos.

A feira da APOAM, única feira orgânica do Amazonas, em 2012 passa a ser semanal e é referência para os consumidores preocupados com a saúde e as questões ambientais. Entre os produtos orgânicos comercializados na Feira da APOAM destacam-se, tal como se relacionou no quadro 1:

*Quadro 1 - Produtos orgânicos comercializados na Feira da APOAM.*

<b>abacaxi</b> ( <i>Ananas comosus</i> )	<b>cocos</b> ( <i>Cocos nucifera</i> )
<b>abóbora</b> ( <i>Curcubita sp</i> )	<b>jambu</b> ( <i>Acmealla oleracea</i> )
<b>alface</b> ( <i>Lactuca sativa</i> )	<b>macaxeira</b> ( <i>Manhot esculenta</i> )
<b>banana</b> ( <i>Musa sp</i> )	<b>mamão</b> ( <i>Carica papaya</i> )
<b>batata-doce</b> ( <i>Ipomoea sp</i> )	<b>manjeriço</b> ( <i>Ocimum basilicum</i> )
<b>cheiro-verde</b> ( <i>Allium fistulosum</i> + <i>Coriandro sativum</i> + <i>Eryngium foetidum</i> )	<b>maracujá-do-mato</b> ( <i>Passiflora nitida</i> )
<b>couve</b> ( <i>Brassica oleracea</i> )	<b>mastruz</b> ( <i>Chenopodium ambrosioides</i> )
	<b>tucumã</b> ( <i>Astrocaryum acuelatum</i> )

*Fonte: Dados da pesquisa. (2016).*

Esses produtos fazem parte da culinária regional, são produzidos em sistema de produção orgânica e são encontrados nas feiras de Manaus



Figura 2 - Registro fotográfico da Feira do APOAM  
Fonte: Fotomontagem elaborado pelos autores. (2016).

Na feira, o consumidor também encontra plantas alimentícias, consideradas, não convencionais, denominada de PANC, com destaque como se relacionou no quadro 2 para:

Quadro 2 – PANC na feira da APOAM.

**ariá** (*Calathea allouia*)  
**beldroega** (*Portulaca marginata*)  
**bertália** (*Basella alba*)  
**espinafre-amazônico** (*Alternanthera sessilis*)  
**inhame** (*Colocasia esculenta*)  
**ora-por-nóbis** (*Pereskia bleo*)  
**taioaba** (*Xanthosoma taioba*)

Fonte: Dados da pesquisa. (2016).

Concluiu-se que, além dos produtos orgânicos ofertados na feira da APOAM, existem nas demais feiras da cidade, uma variedade de produtos provenientes da agricultura familiar, com potencial de serem comercializados como produtos orgânicos em Manaus/AM.

O trabalho de seus líderes para capacitar e fortalecer os agricultores e para garantir a conformidade da produção às legislações do MAPA e às ambientais torna-se mais intenso e surge a necessidade da criação da Rede de Agroecologia do Amazonas, com isso o reconhecimento da APOAM é destacada na mídia por meio de homenagens no âmbito da Assembleia Legislativa Estadual e da Vara de Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Amazonas, por exemplo. No que se refere aos produtos da agricultura orgânica, percebe-se o enfoque sustentável do trabalho coletivo e solidário que chancela os princípios da Economia Solidária em vários aspectos produtivos, tal como se relacionou no quadro 3.

Em um retrospecto socioantropológico, sabe-se que as feiras constituem-se um dos mais antigos espaços de comercialização, refletindo a cultura alimentar da população atendida e resiste ao tempo, mesmo em tempo de grandes organizações na forma de super e hipermercados tendo como cenário tanto vilarejos, pequenos municípios quanto em metrópoles, constituindo-se uma das identidades socioculturais dos Amazônidas, com destaque para as feiras de bairros que comercializam a produção dos agricultores familiares. Isso posto, ao estimular a produção e comercialização de produtos a APOAM contribui não só para a segurança alimentar, mas para a valorização da questão sustentável e a promoção da economia solidária. Passados dez anos da realização da primeira feira, percebe-se grandes avanços na mentalidade socioambiental dos associados, caracterizado no início de suas atividades pelas resistências a mudanças de hábitos tradicionais de produção e da forte influência do método tradicional de comercialização.

### **Considerações finais**

A necessidade de se repensar a relação homem-natureza sob os vários aspectos leva à necessidade de mudanças de paradigmas a partir de enfrentamentos sociais e ideológicos travados ao longo da história. Nesse sentido, a Feira de Produtos Orgânicos promovida pela APOAM, traz a luz embates sociais, políticos e ecológicos, que por sua vez representa um espaço de empoderamento e ao mesmo tempo de resistência.

Quadro 3 Sistema de Produção da Agricultura Orgânica x Agricultura convencional

	Etapas	Convencional	Orgânico
Produção	Preparação do solo	Intenso revolvimento do solo considerado apenas como suporte para as plantas.	Pouco revolvimento do solo que é visto como um organismo vivo.
	Adubação	Uso de adubos químicos altamente solúveis	Uso de adubos orgânicos. Não usa adubos químicos.
	Controle de pragas e doenças	Uso de produtos químicos (agrotóxicos).	À base de medidas preventivas e produtos naturais. Sem agrotóxicos.
	Controle do mato	Uso de herbicidas; o “mato” é considerado como uma erva daninha.	O controle é preventivo manual e mecânico.
	Consequências ao meio ambiente	Poluição das águas e degradação do solo.	Preservação do solo e das fontes de água.
Questão Socioambiental e econômica	Relação de Poder	Centralização do poder e controle de comercialização de grandes corporações e multinacionais, relação com base no poder de barganha.	Poder descentralizado, controle da população local, respeito as diversidades.
	Uso de recursos energéticos	Dependência de inúmeras fontes de energias externas e serviços provenientes do agronegócio, e o uso de linhas de créditos.	Baixa dependência de insumos de fora da propriedade e do agronegócio, inclusive crédito rural.
	Relação com o meio-ambiente	Estímulo a maior aumento de produção, baixa preocupação com os recursos naturais, baseado na especialização, redução da base genética de plantas e animais, monocultura. Percepção de inesgotabilidade de recursos naturais.	Utilização harmônica, racional dos recursos naturais, estimulando a conservação e o uso sustentável dos recursos. Priorização na diversidade biológica em todos os níveis produtivos. Estímulo a conservação dos recursos naturais com vista a gerações futuras.
	Relação de Mercado	Estímulo à competitividade e a produtividade, prevalecendo as forças do mercado em detrimento a pequenos produtores.	Estímulo ao consumo responsável, a associação e cooperação, ao preço justo, similaridade de tratamento entre produtores de diferentes faixas de produção.

Fonte: Adaptado de BADUE; GOMES (2011) e HICKENBICK (2014)

Sob a perspectiva do comércio justo, da segurança alimentar e economia solidária percebe-se a crescente importância da aplicação desses conceitos como forma de criação de valores socioculturais, econômicos e ambientais tendo como primícias o conhecimento local e priorizando-se essas demandas dos agricultores de produtos orgânicos participantes da APOAM.

Pretendeu este estudo dar visibilidade a esses atores sociais, não se buscou relacionar os modos de vida, dificuldades desse grupo, mas apresentou-se a sua contribuição na efetivação das políticas públicas enquanto forma de empoderamento que são fundamentais para a qualidade de vida da população e de desses atores sociais, sob a perspectiva econômica e solidária.

### **Referências**

ARAÚJO, Maria Isabel; MATOS, Gláucio Campos Gomes e SOUSA, Silas Garcia Aquino. Ajuri - processo e valorização do saber Tradicional amazônico. In: ESADR 2016. VIII congresso da APDEA, Coimbra. Atas Políticas Públicas para a Agricultura Pós 2020. S. 1.: APDEA, 2016. p. 2389-2406.

BADUE, Ana Flávia Borges e GOMES, Fernanda Freire Ferreira. Parceria entre Consumidores e Produtores na organização de feiras. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

BENINI, Édi A. NOVAES, Maurício Sardá de Faria Henrique T. DAGNINO, Renato (Organizadores). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, v. 2, 2011.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em 03 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 - Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7358.htm)> Acesso em: 04 set. 2017.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da. Amazônia em ontogenia: o caso da região metropolitana de Manaus. 2016. Disponível em <http://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/5577>. Acesso em 02 set. 2017.

CAMARGO, Ricardo Zagallo. Responsabilidade social das empresas: formações discursivas em confronto. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03122009-152336/en.php>. Acesso em 10 set. 2017.

CAMARGO, Laurisana Maria Branco. Agricultura familiar: uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual. 2013. Disponível em <http://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/4178>. Acesso em 10 set. 2017.

GOSDEN, Chris. Pré-história. Porto Alegre: LPM, 2012.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2009.

HICKENBICK, Claudia; FELÁCIO, Rafael Matos. Economia solidária e arranjos produtivos locais. Florianópolis: Editora IFSC, 2014.

LEAKEY, Richard E. e LEWIN, Roger. O povo do lago. O homem: suas origens, natureza e futuro. Brasília: Editora da UnB, 1988

MARQUES, Clarissa; CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade. Um desafio para os princípios ambientais internacionais: a proteção do futuro. Caderno de Relações Internacionais, v. 7, n. 13, 2017. Disponível em: [www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/409](http://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/409). Acesso em 12 set. 2017.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. Limites do crescimento: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MENDANHA, José Francisco. A economia solidária e a sustentabilidade socioambiental da agricultura familiar no município de Colinas do Tocantins. 2009. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2552>. Acesso em 02 set. 2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. Revista Geográfica Venezolana, v. 53, n. 1, 2012. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/3477/347730388009.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

NASCIMENTO, Celso Augusto Torres do. Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural : o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida. 2016. Disponível em <http://200.129.163.131:8080/bitstream/tede/5509/5/Tese%20%20Celso%20A.%20T.%20Nascimento.pdf>. Acesso em 01 set. 2017.

NETA, Naisa Lima de Sousa; SOUSA, Silas Garcia Aquino; ARAÚJO, Maria Isabel. A oferta da produção da agricultura familiar no mercado de Manaus/AM. In: Embrapa Amazônia Ocidental-Resumo em anais de congresso (ALICE). Manaus: Even3, 2016.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. O comércio justo e o turismo comunitário na amazônia: Ideais, práticas e nós do mercado. 2009. Disponível em <http://ppgss.ufpa.br/index.php/dissertacoes/dissertacoes-2007/251-kercia-priscilla-figueiredo-peixoto>. Acesso em 05 set. 2017.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos. GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 5, n. 2, 2010. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/37/32>. Acesso em 02 set. 2017.

SILVA, Elane Cristina Lima da. A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM. 2007. Disponível em <http://bdtd.ufam.edu.br/handle/tede/2273>. Acesso em 02 set. 2017.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. KRUPPA. S. M. P. (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: 2005. 104 p.

\_\_\_\_\_. Entrevista. Programa Roda Viva 2012. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=NI5L\\_oVltAE](http://www.youtube.com/watch?v=NI5L_oVltAE)> Acesso em: 02 set. 2017.

# Maués, integração sustentável: meio ambiente e economia

João Clovis de Oliveira Costa

## 1 Caracterização do município de Maués

O município brasileiro do interior do Estado do Amazonas, Maués, localizado no Baixo Amazonas, Mesorregião Centro Amazonense e microrregião de Parintins, fica entre o Rio Madeira e o Tapajós, banhado pelo Rio Maués-Açú, caracteriza-se por possuir uma área total de... “40.163 Km<sup>2</sup>, sendo área urbana 60 km<sup>2</sup> e a rural com 39.615 km<sup>2</sup>. Segundo o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem uma população de 52.236 habitantes e em crescimento, sendo 25.832 (49,5%) de população urbana e 26.404 (50,5%) de população rural.”

As principais atividades econômicas se encontram no setor primário com o extrativismo definido na exploração de madeira, óleo de copaíba e essência de pau-rosa, borracha e castanha. Na agricultura destacam-se as plantações de mandioca, batata-doce, juta, melancia, guaraná, banana, limão, tangerina e atualmente a cana-de-açúcar ganha destaque nesse cenário. A atividade pecuarista é exercida na região, é explorada a produção de carne e de leite bovino. Na pesca, a cidade conta com uma diversidade de peixes, sendo o Tucunaré e o jaraqui, os mais consumidos em época de produção. Há atividades industriais em pequena escala (madeira e cerâmica), usinas de extração de essências do pau-rosa, serrarias, beneficiamento do guaraná, olarias além do comércio e serviços. A cidade se destaca pela plantação e produção do guaraná (*Paullinia cupana* Kunth), que é reconhecida internacionalmente. Este fruto identifica-se como sua mais regular fonte de renda, através da exploração de mais de 6.000 hectares plantados, sendo uma das principais fontes da matéria-prima no município, tendo com isso uma participação de 0,51% do PIB no Estado segundo dados da Prefeitura Municipal de Maués. No âmbito ambiental, alguns recursos naturais ganham destaque na fauna e na flora da região, como a madeira, o pescado, e a água como fontes renováveis e de principal preocupação em relação ao que tange a preservação ambiental e a sustentabilidade.

A palavra sustentabilidade está em evidência nos últimos anos, e sua discussão tem-se intensificado diante do “desenvolvimento” predatório causado pelo sistema econômico vigente, o capitalismo. Por conta deste fato, hoje é empregada à palavra desenvolvimento ao termo - sustentável. Sendo assim o desenvolvimento sustentável, segundo (MOLINA, 2001, p. 182), “*se configura como vertente orientadora de esforços e da obtenção de resultados concretos com o intuito de melhorar o nível de bem-estar da população favorecendo a evolução ecológica para manter a vitalidade da biodiversidade e dos recursos disponibilizados no planeta.*” Contextualizando a Amazônia e sua região, sendo um território com muitas especificidades e que ainda preserva culturas e ambientes naturais intocados, como em Maués, que se configura como recursos a serem explorados, mas, de forma que haja a manutenção regular, a gestão desses recursos com a organização e administração das atividades econômicas e sociais, com políticas públicas, seja dos órgãos públicos, da iniciativa privada e da sociedade civil, visando principalmente a sustentabilidade ambiental e econômica no Estado e no município, a utilização de maneira racional dos recursos naturais, torna-se importante. Ken Wilber (2009) é claro em afirmar:

A sustentabilidade do ambiente exterior é obviamente necessária; mas sem crescimento e desenvolvimento nos domínios internos dos níveis de valores e de consciência centrados no mundo, o meio ambiente continua seriamente ameaçado. Quem busca apenas soluções externas está de fato contribuindo para o agravamento do problema. O eu, a cultura e a natureza precisam se libertar juntos ou não se libertam jamais.

Segundo Herckert (2003), “*o maior desafio, quando se trata de discutir a questão ambiental, é o de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.*” Organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental correto, por meios de controles dos impactos de suas atividades, produtos e serviços sobre o meio ambiente.

Em Maués, conhecimentos associados à gestão ambiental como técnicas para a recuperação de áreas degradadas, técnicas de reflorestamento, métodos para a exploração sustentável de recursos naturais, o reaproveitamento de materiais reutilizáveis (reciclagem) e o estudo de riscos e impactos ambientais são ferramentas disponíveis na avaliação de novos empreendimentos ou ampliação de atividades produtivas controladas pela

Prefeitura Municipal através da Secretaria do Meio Ambiente (SEDEMA) e Órgãos do Estado do Amazonas responsáveis por essas ações. Evidentemente que, mesmo com esse nível de salubridade, muito ainda se precisa fazer para coibir a entrada e proliferação de invasores que burlam tais normas e, destroem o meio ambiente em busca de “riquezas alternativas” que degradam o espaço natural urbano e rural.

### 1.1 Extrativismo em Maués

A Cepal – Organização das Nações Unidas (Colección Documentos de Proyectos) Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas, fez um estudo/levantamento voltado às atividades de comercialização da fauna e flora daquele município, momento em que os produtos extrativistas foram agrupados segundo características semelhantes. Desta forma, existem 11 grupos de produtos extrativistas: Castanha, Cipó, Frutas, Leite, Madeira, Óleo, Palha, Palmeiras Frutíferas, Pau-Rosa e Resinas. Segundo a Cepal (2007):

A população moradora e usuária da Floresta de Maués utiliza 131.952,2 ha para o extrativismo. Desta área extrativista, 69.059,5 ha (52,3%) estão localizados dentro da Unidade de Conservação, representado 15,8% da área da UC. Os outros 62.829,7 há (47,7%)... “de uso extrativista estão localizados no entorno da Floresta de Maués, principalmente na margem direita do Rio Parauarí.”

Destaca-se que muitas das áreas de uso extrativista são sobrepostas, ou seja, no mesmo lugar onde se encontra madeira existe cipó, por exemplo, formando em muitos casos áreas de uso múltiplo extrativista.

Um dos produtos extrativistas mais utilizados na Floresta de Maués é a madeira. Dados da Cepal (2007) indicam que são “79 regiões de exploração madeireira, com uma área total de 71.443,4 hectares.” O uso da madeira é principalmente doméstico, para reforma e construção de casas nas comunidades, móveis e construção de canoas e batelões. A prática da exploração florestal é realizada sem planos de manejo, apesar do mesmo ser um desejo comum pelos moradores daquela Unidade de Conservação. As principais madeiras extraídas são: itaúba, massaranduba, jatobá, angelim, muiracatiara, e espécies de madeira branca em geral.

O Pau-rosa, espécie característica da região, já foi bastante explorado, sendo diagnosticado em apenas 03 regiões. Importante produto

de geração de renda na Amazônia, “32 castanhais foram identificados com uma área de 16.892,20 hectares no total.” (CEPAL, 2007). Há outras espécies arbóreas que possuem uso tradicional na Floresta Estadual de Maués, embora pouco exploradas, foram agrupadas da seguinte forma: Resina, principalmente representadas pelo breu, segundo a (CEPAL, 2007) “... as regiões de resina somam-se 08 polígonos (área de 21.982,7 ha). Utilizado como medicamento e para calafetar embarcações, o breu possui pequeno comércio dos moradores da Floresta com o município de Maués, com valor de mercado girando entre R\$ 2,00 e R\$ 4,00 o quilo.” Óleo, neste grupo estão as espécies que produzem óleos essenciais, principalmente andiroba e copaíba. Informações da (CEPAL, 2007) detectaram... “35 polígonos<sup>1</sup>, sendo 13 no interior da Floresta e 22 fora. A área total de uso é de 65.438,7 hectares, sendo 41,7% dentro da Floresta Estadual e 58,3% no entorno.” Palhas, neste outro grupo estão as palmeiras que são utilizadas para a extração de palha, como babaçu e buçú. A palha é utilizada principalmente para a cobertura e construção de casas e objetos artesanais, como vassouras e paneiros. Existe comércio de palha na UC, principalmente entre comunidades e moradores locais. Segundo a (CEPAL, 2007) “... o preço médio do feixe de palha (com 10 guias) comercializado na região gira em torno de R\$3,00. Foram registrados 30 ‘palhais’, com uma área total de 22.291,0 ha. Desse total, 20 estão dentro da UC e 10 no entorno, sendo a área de manejo de palha muito maior no interior da floresta (87,3% de toda a área utilizada pela população).” Frutos, foram também mapeadas as áreas de coleta de frutos da Floresta Estadual. Foram incluídas neste grupo todas as frutas que são coletadas na floresta, como uixi, piquiá, cacaurana, uixirana, murici, bacuri, camu-camu, entre outros. Nesse sentido, a (CEPAL, 2007) mapeou 42 localidades de coleta de frutas, sendo a maioria delas no entorno da Unidade de Conservação (61,9%). Porém a área de coleta dessas frutas é ligeiramente maior dentro da floresta que no entorno: 20.267,6 ha dentro e 19.793,4 no entorno, totalizando uma área de uso de 40.061,0 ha.

Por fim, também procurou-se diferenciar estas áreas quanto a abundância dos produtos extrativistas presentes no local segundo os próprios moradores usuários desses recursos. Dessa forma, segundo classificação, as áreas foram divididas em 03 categorias: Alta, Média e Baixa abundância do recurso.

---

<sup>1</sup> Pontos de Extração/Atividade

Apresentados na sequência, estão os dados relativos à intensidade de exploração. No mapeamento, a Floresta de Maués é definida em áreas mais utilizadas para a extração dos recursos naturais. Os resultados foram divididos em 03 categorias: Alta, Média e Baixa intensidade de exploração.

Importante resultado desta análise aponta os produtos mais explorados pelos ribeirinhos: castanha, cipós, madeira e palmeiras frutíferas. Em compensação, pouco exploradas são as espécies que produzem leite, óleos e resinas. De uma forma geral, os produtos extrativistas da Floresta de Maués são utilizados para consumo próprio, havendo uma pequena quantidade de comércio entre os moradores das comunidades locais e venda no município de Maués.

### **1.2 O guaraná como fonte de renda no município de Maués e os impactos do cultivo na natureza**

O produto Guaraná é a principal fonte de renda dos produtores rurais no município de Maués e atua como uma das maiores potencialidades econômicas da cidade. Em Maués se concentram os maiores bancos genéticos de guaraná no mundo e algumas variedades desse fruto só existem no município. O cultivo do guaraná é realizado em solo com pouca profundidade com *“PH entre 3,6 a 4,5 e de textura pesada, o clima é fundamental para o desenvolvimento do fruto com temperatura entre 20 a 34 °C com mais de 2.000 mm de chuvas anuais”* (Fonte: Embrapa Maués). A época da colheita é de outubro a fevereiro e as características do fruto para ser colhido acontece quando as suas cascas estiverem abertas e o fruto visível, depois da colheita o fruto deve ser guardado por dois dias até alcançar a maturação necessária para a limpeza artesanal. O processo de limpeza tem uma segunda etapa que também é completamente artesanal semelhante as técnicas que os nativos usavam a mais ou menos um século.

A semente do guaraná é um produto regional que possui demanda, anualmente em período de colheita o Kg das sementes varia de acordo com a economia local e depende da oferta do produto, seguindo essas perspectivas é feita uma análise do potencial econômico que o cultivo do guaraná tem para o município de Maués considerando o retorno financeiro sem descartar a preservação ambiental.

Quando se fala em economia ambiental, refere-se ao segmento da economia que propõe um estudo sobre o uso da propriedade comum, isto é, a relação do processo econômico com os recursos ambientais. Nos

dias atuais um dos grandes desafios do processo de crescimento econômico é a promoção do desenvolvimento sem comprometer o bem-estar da sociedade e o meio ambiente, o que tem se mostrado uma tarefa um tanto difícil.

A preocupação com o meio ambiente tem dimensão mundial e a economia ambiental entra nesse cenário com inúmeras ferramentas para auxiliar profissionais de vários segmentos a formularem métodos e políticas públicas que possam garantir benefícios provenientes do ecossistema a serem valorados adequadamente no intuito de possibilitar a construção de uma estrutura de uso sustentável e de conservação do meio ambiente, mas que também, atenda a demanda real dos ribeirinhos e comunidades que tiram daquela região o seu sustento.

Seguindo essa linha de pensamento, são apontadas as externalidades negativas e as externalidades positivas referentes ao cultivo do guaraná. De um lado às externalidades negativas, são: o desmatamento e a queimada inicial para a abertura do roçado e a preparação da terra onde será feito o plantio. De outro as externalidades positivas tratam de que o cultivo não gera danos a terra onde é feito o plantio e dispensa o uso de agrotóxicos.

Ainda referente a preservação no município de Maués a EM-BRAPA<sup>2</sup> trabalha com iniciativas de preservação e rentabilidade voltadas ao cultivo do guaraná criando tecnologias e ações para que haja harmonia entre o produtor e o meio ambiente. Um exemplo prático do cultivo do guaraná é que dentro da área cultivada, existem outras possibilidades e técnicas de plantio de espécies diferentes, como: o feijão, a mandioca, a macaxeira, a melancia, o açaí, dentre outras, chamadas de cultivares que, podem ser manejadas e cultivadas, sem que haja degradação do meio ambiente, bem como a impossibilidade de produção do cultivo do guaraná.

Como já vimos, o guaraná é o principal produto agrícola do município de Maués, portanto com o fortalecimento das técnicas inovadoras o produto e suas variações podem despontar no mercado. Sua relevância compreende não só o aspecto agrícola como também o âmbito cultural no modo de vida da população mauesense.

## **2 Integração meio ambiente e economia**

Com o crescimento econômico, aliado à sadia qualidade de vida, equilíbrio entre produção, distribuição e consumo de riquezas, a preocupação com o desenvolvimento sustentável, que preconiza o progresso sem o esgotamento da fonte, assim, pode o Estado utilizar-se de alguns instru-

2 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

mentos para garantir a consecução desse objetivo maior e um deles é a tributação, na medida em que podem ser concedidos incentivos fiscais para atividades que busquem o crescimento da atividade econômica compatível com a utilização racional dos recursos ambientais. Pois a política ambiental no Brasil é fruto de inúmeros estudos nacionais e internacionais, mas o país não é penalizado pela falta de instrumentos ou legislações e sim pelos entraves políticos para a sua implementação. Com isso a política ambiental tem uma evolução gradativa morosa, para a (CEPAL, 2007), a partir de:

...1981, a Lei 6.938, do Governo Federal, reorganizou o quadro institucional e legislativo com a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Essa lei também definiu objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional. Entre os instrumentos criados encontram-se a avaliação de impactos ambientais (AIA) e o licenciamento para atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Esses procedimentos foram ratificados e assegurados na Constituição Federal de 1988. Ainda na segunda metade da década de 1980 iniciou-se a redefinição da política ambiental brasileira. Em 1985, a SEMA e o CONAMA foram incorporados ao novo Ministério de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Em 1989, uma reestruturação dos órgãos públicos encarregados da questão ambiental uniu a Sudepe (pesca), a Sudhevea (borracha), o IBDF (desenvolvimento florestal) e a SEMA (meio ambiente) em torno de um único órgão federal: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). (fonte: CEPAL - Colección Documentos de proyectos Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas, pág. 102).

Com isso, regulamenta-se o licenciamento prévio, as atividades de construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos que utilizem os recursos naturais.

Os programas atuais de desenvolvimento sustentável no Amazonas têm por objetivo a melhor qualidade de vida dos interioranos do estado, promoção da sustentabilidade a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária e de turismo com foco nas bases ecologicamente corretas. A economia entra nesse aspecto, para verificar a valoração do Meio e viabilizar a disseminação dos programas que integram esse universo incentivando a criação de oportunidade e gerando emprego e renda com a potencialidade da floresta diminuindo a migração preocupante dos ribeirinhos para a capital Manaus.

Podemos ver então, que cada setor que contribui para esta Integração Meio Ambiente/Economia, tende a comprometer-se com o resultado. As Empresas que estão alocadas no PIM<sup>3</sup> tem este comprometimento, é certo que não são elas efetivamente que viabilizam os projetos e apresentam os resultados, na verdade, quem tem esse papel é, a Esfera Governamental do Estado do Amazonas que como parte da Zona Franca Verde, promove mudança na política econômica do Estado estabelecendo incentivos fiscais para a organização que utiliza os produtos da floresta sem causar danos ao meio ambiente, também inclui atividades orientadas para a geração de mudanças estruturais no comportamento da sociedade e no tipo de formação de recursos para o desenvolvimento sustentável, por meio de programas articulados entre a SEDUC<sup>4</sup>, a UEA<sup>5</sup> e o CETAM<sup>6</sup>, pois na compra de produto aqui produzido, parte dos tributos arrecadados é investida no Programa.

A Zona Franca de Manaus foi criada para estimular o comércio e acelerar o desenvolvimento do Estado do Amazonas na Economia, em torno das Empresas que ali se instalam como é o caso das: Nokia, Samsung, Petrobras, Electrolux, Pioneer, Siemens, Honda, Yamaha, etc. Em contra partida a Zona Franca Verde para o Meio Ambiente tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária ecologicamente saudável, justa e economicamente viável, tudo aliado à proteção ambiental e ao manejo sustentável de unidades de conservação e terras indígenas, nesse caso aqui evidenciada, a Floresta Estadual de Maués, cujo principal objetivo é melhorar a qualidade de vida da população, gerar emprego e renda e promover a conservação da natureza.

### **3 Metodologia**

O dimensionamento contextual que foi utilizado no trabalho é o método dedutivo e exploratório/qualitativo bibliográfico e documental é também um estudo de caso, propondo o esclarecimento do tema e destacando uma discussão das questões apresentadas. Segundo Gil (1988, p.45) pode-se afirmar que:

[...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, seu planejamento é, portanto, bas-

3 Polo Industrial de Manaus.

4 Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino.

5 Universidade Estadual do Amazonas.

6 Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.

tante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; [...] c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63).

Os dados trabalhados neste artigo foram pesquisados através de revisões bibliográficas, artigos científicos, questionário direcionado e sites específicos dando ênfase de incondicional importância para a apresentação e o desenvolvimento do trabalho, buscando todos os enfoques na questão ambiental/econômica referentes ao Município de Maués.

Gil (1988, p. 48), ressalva ainda que, *“pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõe a análise das diversas posições a cerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas e constituídos de livros a artigos científicos”*.

Apresenta-se na modalidade de estudo de caso, visto que se trata de um estudo limitado a uma ou poucas unidades, que podem ser indivíduo ou indivíduos, produto, instituição, comunidade ou mesmo um país, sendo uma pesquisa detalhada e profunda. (YIN, 2010).

LAKATOS (2011) complementa explicando que o uso do estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato.

#### **4 Considerações finais**

Ao propor como objetivos principais a relação do meio ambiente/economia, no Município de Maués, a utilização eficiente de recursos naturais, sua distribuição e a geração de um Desenvolvimento Sustentável, bem como a preocupação com a escala finita destes, a Economia Ambiental evidencia a importância da preocupação com a Natureza e seus Recursos e, principalmente, a adoção de fatores éticos nos processos decisórios, que afetam diretamente nossos ecossistemas e degradam nosso planeta. Com base nestes aspectos, salientamos neste Artigo uma Produção Economicamente Viável à Reserva Natural Existente naquele Município.

Concluindo, assim, que o intuito de garantir a proteção da natureza, com valoração ambiental/econômica na realização de ações coordenadas por Manejos Sustentáveis para alcançar a eficácia na implementação das políticas públicas, maximiza a aplicação dos recursos, objetivando o

aproveitamento de matéria-prima regional para o setor primário, garantia de emprego e renda nas comunidades rurais ribeirinhas do município com o desenvolvimento da cadeia produtiva da Floresta de Maués, assim como, a extração responsável dos recursos oriundos daquele município.

### **5 Agradecimentos**

A Deus pelo dom da vida, Força e fé para transpor barreiras.

À UFAM, por proporcionar agregação de conhecimento e diversidade cultural.

Ao Professor Dr. Michel Justamand, pela didática inovadora e por proporcionar aos acadêmicos novos horizontes.

A meus Pais em especial meu Pai, Clovis Martins Costa, pelo amor, incentivo moral e financeiro.

À minha namorada Kamilla Loureiro, por apresentar-me aos cursos indiretos que futuramente poderão me trazer o título de Mestre..

### **Referências**

AMAZONAS. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Manaus-AM. 31 p., 2007. AMAZONAS. Governo do Estado. Plano de Gestão da Floresta de Maués / Malvino Salvador e Marcelo Marquesini (coordenação). Manaus: SDS/Agência de Florestas. 103p.: il.; mapas. AMAZONAS (2004). Governo do Estado. Plano de Gestão da Floresta de Maués / Malvino Salvador e Marcelo Marquesini (coordenação). Manaus: SDS/Agência de Florestas. 103p.: il.; mapas, 2004.

CEPAL, Organização das Nações Unidas. Colección Documentos de proyectos Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas. Publicação das Nações Unidas LC/W.126, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988.

IBENS. Instituto Brasileiro de Educação e Negócios Sustentáveis. Floresta Estadual de Maués – Diagnóstico Socioeconômico / Vera Lúcia Falcão de Oliveira - Cientista Social (responsável). Manaus-AM. 44 p., 2005.

IBGE.<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&cod-mun=130290&search=amazonas|maues>. Acesso em: 01 maio 2015

Universo e de Tudo Mais. Ano: 2009 / Páginas: 230. Editora: Cultrix, 2009

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica/Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

MOLINA E., Sergio. Turismo e ecologia; Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2001. página 182.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. <http://www.suframa.gov.br/> Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acesso em: 01 out 2017

HERCKERT, Werno. Patrimônio e o entorno meio ambiental natural. Três de Maio: Reas, 2003.

YIN, R.K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WILBER. A Visão Integral. Uma Introdução à Revolucionária Abordagem Integral da Vida, de Deus, do



# A infância e a leitura

Joaquim Onésimo F. Barbosa

*A sociedade, como sabemos, somos todos nós; uma porção de pessoas juntas. [...] Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (Norbert Elias)*

Começamos este texto com o pensamento acima de Norbert Elias sobre o que ele considera ser a sociedade. Essa sociedade que conjuga semelhanças e diferenças, encontros e desencontros, idas e vindas, chegadas e partidas, mistérios e descobertas. Entretanto, quando se olha essa mesma sociedade a partir das suas estruturas e dos seus indivíduos, ela parece fraturar-se numa cosmovisão fragmentária, num paradoxo que somente a própria sociedade, com seus intelectuais, são capazes de pensá-la e explicá-la nos seus contornos e desafios.

Viver numa sociedade moderna como a nossa, sem pensar sobre suas transformações que se processam de tal modo rápidas e sem nos darmos conta de que elas também nos transformam nos nossos modos de agir e pensar, parece fincar-nos numa miopia que só nos permite vermos o que os olhos conseguem alcançar, num viés sincrônico, local, reducionista, de curto prazo, que nos localiza em duas situações que o próprio Elias nos deixa ver: aquela em que abordamos as questões socialmente históricas, como se elas estivessem estabelecidas e moldadas no tempo em que o observador as vê e tal como as vê; como se as coisas que são vistas estivessem ali e tenham sido pensadas para o fim a que servem ou como funcionam. No outro eixo do pensamento, concorre a ideia do desprezo das formações históricas e sociais, baseada na prevalência das ciências da natureza, da biologia como cerne, em que se misturam ciência, crenças e costumes, num espaço em que a sociedade é concebida como orgânica, que caminha para o fim de um ciclo, porém perpassando pelas fases da vida que conhecemos: a infância, a juventude, a fase adulta e a velhice (ELIAS, 1994).

É no viés dessas duas proposições do pensamento de Elias que este trabalho pensa caminhar, quando se propõe a enveredar, mesmo que superficialmente, sobre a fase do indivíduo que parece passar despercebida quando se fala em cidadão. O jovem, o adulto e o velho parecem encapar-se bem no perfil de um cidadão, mas a criança descabe desse perfil. O olhar que se tem sobre a criança – a realidade social em que ela se contextualiza hoje – parece perder-se num emaranhado de não-ditos, o que impede, sem uma atenção mais acurada, de se pensar que essa criança hoje, sob os cuidados da família, com direitos que o Estado lhe resguarda, um dia foi pouco protegida, e até mesmo vista com os mesmos deveres dos adultos – ela era um adulto em miniatura, até mesmo nos modos de vestir e de portar-se, já que a infância contava de um curto período, acabava assim que chegava ao fim da amamentação, no máximo até os sete anos de idade. Quando já dominava as palavras, era, então, inserida na convivência com os adultos, havendo, portanto, a inexistência do conceito adolescência. Ou seja, a criança, em outros tempos, vivia numa sociedade que a via mal, que a enxergava como igual, para os afazeres domésticos e cotidianos de ajuda aos adultos e para as atividades físicas, como os jogos, por exemplo, é o que nos diz Philippe Áries (1986), o teórico historiador com cujas teorias também iremos dialogar no percurso deste texto.

### **1. Um breve olhar sobre a infância**

No percurso que a história nos permite captar, encontramos as marcas de uma época em que os homens riscavam os seus destinos e escreviam – as pinturas nas cavernas de alguns milhares de anos registram isso – os momentos do seu cotidiano, do seu lazer, e em algumas delas a criança aparece como um coadjuvante, ao lado dos adultos. Os rastros que encontramos nas paredes de rochas, nos gargalos de peças de cerâmicas ou em pedaços de pedras atestam que, ao longo da existência humana, passamos por um processo de transformação cultural, de seres “primitivos”, chegamos ao estágio do que podemos chamar “civilizados”, ou sociedade civilizada.

No viés do que consideramos o ser civilizado, o conceito *civilização*, segundo Norbert Elias, não carrega o mesmo entendimento na sua aceção do lado dos franceses e ingleses quanto para os alemães. Enquanto para os dois primeiros, civilização denota progresso do Ocidente da humanidade, para os últimos, os alemães, *Zivilisation* “compreende a aparência

*externa dos seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é Kultur”* (ELIAS, 1994, p. 24).

Para Elias, o conceito de civilização, de que se valem franceses e ingleses, pode referir-se a fatos políticos, econômicos, religiosos, morais ou sociais, sem excluir a ideia de realizações, atitudes ou comportamentos de pessoas sem se ater a realização de determinada ação, enquanto o termo cultura, na acepção alemã, conjuga fatos intelectuais, artísticos e religiosos, numa tênue linha divisória entre fatos políticos, econômicos e sociais, em segundo plano a referência a comportamentos, focando-se na ideia de caráter e o valor de determinados produtos humanos, que propõe o adjetivo *Kulturell*. É tendo em conta os conceitos de Cultura/Civilização que podemos entender um outro conceito, o de *infância* e seu processo de deslocamento e transformações por que passou ao longo dos tempos para o que entendemos hoje na contemporaneidade, como o de um ser humano em desenvolvimento.

A acepção de infância propõe atentarmos para a sua construção histórica: de um adulto em miniatura na Idade Média à criança cidadã na Contemporaneidade. Em latim “*infantia*”, “*infans*”, designa aquele que não pode falar – uma acepção que pode causar problemas de interpretação: o que não fala, ainda não possui a habilidade da fala, ou aquele que não pode falar por si mesmo? Ou, no conceito mais acertado dos estudos culturais, um sujeito subalterno, cuja voz é anulada, invisibilizada?

Platão considera a criança, uma “criatura selvagem”, possível de trato, indisciplinada, entre as outras criaturas selvagens: “E entre todas as criaturas selvagens a criança é a mais intratável; pelo próprio fato dessa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, [...] traíçoeira, astuciosa e sumamente insolente [...]” (PLATÃO, 2010, p. 302). O filósofo compara a criança como uma possibilidade do vir a ser, um ser em estado inferior, que apresenta um vazio das capacidades intelectuais, como um escravo, que deveria ser castigada para que suas potencialidades fossem aprimoradas no futuro como homens livres, capazes de viver em ordem e harmonia na sociedade, e para, se fosse do sexo masculino, exercer função política, e, para tal fim, “[...] deverão as crianças aprender e os professores ensinar [...]. Deverão se ocupar das letras o suficiente para se capacitarem a ler e escrever” (p. 303).

Na Antiguidade, a criança estava fadada ao destino imposto pelo seu soberano, o pai, a quem cabia a decisão da vida ou da morte do infantil, pois ela era considerada uma propriedade dos pais, mas dependente de Deus, uma espécie de objeto vivo, um pequeno selvagem que carecia de ser moldado à vida social. Se a acolhesse, teria a chance de participar dos rituais que a sociedade da época cultivava, até chegar à fase adulta e, então, fazer-se um entre outros tantos, lutar pela vida, numa época em que o que importava era ser servo, nobre ou religioso, quando fora disso fazia-se escravo. Se rejeitada, cabia à criança o destino do relento ou da morte. As meninas, quando escapavam da rejeição e do abandono, tinham como destino os prostíbulos, se quisessem sobreviver às intempéries da vida. Os contos de fada refletem a realidade da época, principalmente a conhecida história de João e Maria, que são abandonados pelos pais na floresta porque não têm como alimentar seus dois filhos, assim, acham melhor deixá-los entregues à sorte no meio da floresta. Outra história que ilustra a realidade da criança é a da Chapeuzinho vermelho, que é mandada ir levar doces à casa de sua avó, sozinha no meio da floresta, a correr o risco de ser devorada por animais ferozes – na história, Chapeuzinho é vista como adulta, portanto, pode andar sozinha no meio da floresta.

No decurso do processo de civilização, coube à Igreja, no papel dos monges, as raras primeiras “missões” de educar a criança, porém restritas aos meninos – não havia ainda o conceito de escola como o temos hoje –, e fazê-la entender a sociedade em que vivia e, assim, ser adestrada às etiquetas sociais vigentes, muitas vezes distante da sua família de origem, haja visto o costume de mandar a criança, no olhar dos pais o já homem/mulher adulto(a), para outros lugares, para viver com outras famílias, para aprender a cultura da vida social.

Philippe Áries (1986, p. 50) nos lembra de que a arte da Idade Média desconhecia a infância ou não tentava representá-la; é difícil acreditar, diz-nos Áries, que essa ausência se devesse à falta de habilidade ou de competência. Parece mais provável que a infância não tivesse lugar naquele mundo. As gravuras de crianças de que se tem conhecimento são aquelas de túmulos de filhos mortos de nobres, de famílias influentes da sociedade europeia medieval, entretanto, sem referência ao nome da criança, apenas o nome do pai e a data da morte. Era uma espécie do que mais tarde passou a ser conhecido como o álbum de família. E o fato de a criança constar de sua

imagem nessas pinturas, não significa que elas estivessem ali por cuidado ou por destaque, mas porque se misturavam aos adultos, seja em reuniões ou em atividades recreativas, lembra-nos Áries, que destaca o fato de hoje o afeto, o sentimento de proximidade e cuidado com a criança destoam do período medieval, quando não se exprimiam sentimentos algum por ela, quando muito a indiferença.

A infância do período medieval era, portanto, uma fase sem importância, os cuidados eram poucos e considerados até mesmo desnecessários, por isso a morte era um fato certo e não causava comoção nos familiares da criança que morria, pois era considerada até comum para a idade de quem morria, principalmente se fosse alguém sem importância social.

A partir do final do século xv e início do século xvi, portanto um pouco mais no amadurecimento da modernidade, passa-se a cobrar da sociedade os cuidados dos pais para com os seus filhos e o desenvolvimento das afetividades fraternas. No século xvii, na sociedade francesa, o termo infância desenha-se na ideia da que temos até hoje, diz-nos Áries (1986, p. 44). Mas é, nos séculos xviii e xix, mais especificamente com as ideias da filosofia do Iluminismo, notadamente com a obra de Jean-Jacques Rousseau, *Emílio ou da Educação* (1762), quando o homem passa a ser o centro das ideias e não mais o divino, Deus, é que se começa a pensar sobre o papel da criança dentro na família e, assim, intenta-se ao conceito de criança, um ser diferenciado, que precisava de cuidados necessários, diferentes daqueles que dispensavam aos adultos, e acima de tudo, que precisa de educação, embora, com a revolução industrial, elas também servissem de mão de obra junto com os adultos nas fábricas. E, no século xx, dá-se maior atenção às crianças, tal como hoje a vemos e com todas as prerrogativas que as leis exigem que lhes sejam direito, com destaque ao conceito de pedofilia, que não existia em outros tempos do processo de civilização humana.

No contexto contemporâneo, a infância pode ser entendida como a concepção ou a representação que nós, os adultos, fazemos sobre o período inicial da vida, ou o próprio período vivido pela criança, uma fase inicial de experiências no mundo. E, portanto, propõe ver criança numa acepção psicobiológica relacionada ao indivíduo da espécie humana na infância, com aptidões para o aprendizado social.

No caso brasileiro, com as discussões sobre as LDBs, o olhar para a infância foi focado para os cuidados e assistências governamentais

e, principalmente, da família, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera criança a pessoa até os 12 anos de idade (BRASIL, 2014, p. 11). A criança, na acepção do governo brasileiro, na reflexão do exercício da cidadania, *“é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele”* (BRASIL, 2006, p. 13).

No espaço amazônico, numa vastidão que se traduz entre os rios e as matas, naquilo que Djalma Batista chama de complexo, ainda há poucas pesquisas sobre a infância. As que se desenvolveram partem dos modelos das já feitas sobre as crianças brasileiras, de origem branca, poucas são as que se detiveram a pesquisar a infância nas comunidades indígenas ou quilombolas, por exemplo. Como se sabe, a Amazônia, antes mesmo de seu povoamento pelos portugueses, era habitada por povos indígenas, que viviam em sociedades organizadas e mesmo complexas, com costumes e tradições.

Há que se pensar que os povos indígenas têm um olhar diferente dos brancos sobre suas crianças e, por isso, conferem-lhes a educação pausada nos princípios que guardam de suas tradições. Embora, é certo, com as constantes intromissões dos brancos na cultura e na educação indígena, muito da sua cultura, dos seus costumes e dos seus modos de ver a vida foram abandonados, quando modos de vida de uma cultura invasora e opressora tenta, a custos danosos à sociedade indígena, impor outras formas de ver e pensar a sociedade e a realidade que a circunda. Entretanto, é preciso entender que os modos de ver, de pensar e de agir humano, nas sociedades, mudam e fazem parte desse processo de longa duração, que Elias chama de processo civilizador de longa duração, pelo qual ainda estamos passando.

## **2. A leitura como processo civilizador**

Entender a criança como parte da sociedade e, portanto, com direitos dos que se dedicam aos adultos, é reconhecer que a infância é parte da vida de uma pessoa. É reconhecer, também, a criança como sujeito social e histórico que faz parte de uma sociedade e, como parte da sociedade, carece de receber a atenção devida para que seja um cidadão ativo e consciente. Tanto quanto a mulher, ao longo da história, a criança é pouco narrada, ou relegada como ser inferior. Seus passos restringem-se a poucas cenas, a

escassos horizontes familiares, aqueles de retrato em branco e preto, ou a cenas rurais. Paul Veyne (2009)<sup>1</sup>, ao destacar a infância na Antiguidade romana, informa que, além da grande incidência de mortalidade infantil, havia o infanticídio, o rejeitamento, as condições precárias de muitas famílias que colocavam a criança em situação deplorável, de risco. É a modernidade que traz o olhar mais atento para as crianças, com a delegação dos cuidados, com a atenção que merecem. Foi um longo processo civilizatório, para que fossem vistas como hoje as vemos, embora, nos nossos dias, muitas delas ainda se encontrem desassistidas, em condições indignas, longe da escola, outras tantas em trabalhos forçados.

De acordo com Kramer (1995), somente a partir da segunda metade do século XIX (1874) é que a criança passa a vista pelo Estado brasileiro como cidadão que precisava dos cuidados e, por conta dos cuidados, medidas respaldadas em documentos oficiais. “[...] faltava, de maneira geral, interesse da administração pública pelas condições da criança brasileira, principalmente a pobre”<sup>2</sup>, destaca a pesquisadora.

Norbert Elias, no seu *Processo civilizador* (1993, 1994), é quem melhor nos esclarece sobre esse processo de longa duração pelo qual as sociedades passam. Quando olhamos para a história das ideias, encontramos o mosaico das histórias em que a criança aparece como coadjuvante de um processo em retalhos. Isso confirma a teoria de Elias, para quem nenhuma realidade do presente é um começo, muito menos a consequência de um estado final do desenvolvimento social, mas, é certo, o ponto de um processo histórico que não tem objetivo marcado, nem fim – as coisas não foram feitas para determinado fim. Os acontecimentos perfazem toda a trama pela qual passam as gerações – numa teia de interdependência – tendo seus comportamentos moldados ou redefinidos de acordo com etiquetas sociais, nas relações humanas – muitas vezes impostas, culminando naquilo que o sociólogo chama de refinamento dos comportamentos, que começa do privado – na contenção dos impulsos – para o público – nas maneiras de ser do homem na sua relação com o outro. Nesse longo processo, é que a criança passa a fazer parte dos acontecimentos sociais.

Phillipe Áries nos lembra de que o sentimento da infância se relaciona a um tempo-espço, quando do abandono de certas práticas e aper-

---

1 VEYNE, Paul. *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

2 KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 50.

feiçãoamento de outras, num lento processo de modernização dos modos de produção e de adequação da vida dos homens. Para o historiador francês, a descoberta da infância acontece, de forma mais evidente, por volta do século XIII, desenrolando-se até o raio do século XV, com registros iconográficos, mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII quando se registram, em grande quantidade, pinturas em cenas de crianças e, principalmente, a atenção ao que significava ser criança (ÁRIES, 1986, p. 54-55).

A consciência das particularidades sobre a infância e o que cabia à criança, ao seu processo de educação e amadurecimento intelectual, principalmente ao padrão de boa conduta, além daqueles vistos em instrumentos de entretenimento de classes, encontram-se nos livros, lembra-nos Norbert Elias, já que por meio da circulação dos livros proporcionava-se também a circulação do conhecimento. *“O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los como para lê-los”* (KRAMER, 1995, p. 50).

Assim como as civilizações passaram por todo um processo de transformação e “refinamento” social, o livro, enquanto instrumento de registro e transmissão cultural, percorreu um longo caminho – da sua produção/reprodução, das pedras, das tábuas de madeiras, dos rolos de pergaminhos, dos altos custos, à sua circulação, desde 1450, século XV – com a invenção de Gutenberg, passando de mão em mão, por revisões demoradas e minuciosas, da voz do autor às mãos do copista, à era tecnológica, da celulose, do papel fino, dos livros finos e fáceis de manipulação e leitura, dos meios cibernéticos, visuais e virtuais, do século XXI. *“Trata-se de um corte, uma fratura. Desde logo, porque o objeto escapa à apreensão da história material tal como ela sabia, outrora, abordar e definir o livro”*, lembra-nos Roger Chartier (CHARTIER, 1998, p. 12).

Se as facilidades proporcionaram a divulgação e a inserção dos livros na sociedade e, conseqüentemente, as variedades de formatos para os seus diversos públicos, entre eles o infantil, não perdemos o contato com o livro do formato usado pelos antigos, dos rolos de papiro ou daquele após a prensa de Gutenberg: *“o leitor da tela assemelha-se ao leitor da Antiguidade:*

*o texto que ele lê corre diante de seus olhos; é claro, ele não flui tal como o texto de um livro em rolo, que era preciso desdobrar horizontalmente, já que agora ele corre verticalmente”*(CHATIER, 1998, p. 13).

O retrospecto sobre a produção e circulação do livro serve-nos para entender que as crianças começaram a ter contato com os livros a partir da sua circulação de forma mais plural, quando os livreiros e divulgadores começam a ter a consciência de que além da propagação da informação e da leitura, os livros, para o público infantil, também poderiam render lucro, desde que diferenciados, com uma linguagem que fosse acessível aos infantis: *“Quem difunde livros difunde ideias e valores, decide o que é permitido e o que é proibido existir, intervém na íntima estrutura das emoções formando sensibilidades”* (LEÃO, 2007, p. 63).

É nesse contexto que a difusão do livro, a partir do século XVIII, principalmente, começa a ser pensado visando à educação dos infantis. Embora, é certo, conforme Leão (2007), os livros, por um longo tempo, tivessem função mais de instrução, de adestramento, ou como dispositivos de controle, para tornar os corpos dóceis, nas ideias de Michel Foucault (1987), do que de diversão ou entretenimento, principalmente aqueles que serviam de manuais de instrução religiosas, como os que eram lidos no Brasil a partir do século XIX, que além de catequisar, também impunham regras de condutas ou de etiquetas.

Os livros, na visão de Norbert Elias, num conjunto de funções e de possibilidades que permitem – o de informar, entreter, educar e assimilação de códigos de etiquetas sociais – contribuem para estabelecer laços sociais, no momento da leitura, constituindo-se, de modo efetivo, no ver de Leão, *“utensílios culturais que melhor fazem o elo entre as estruturas mentais e as figurações sociais, entre a psicogênese e a sociogênese”* (LEÃO, 2007, p. 62). Entretanto, para Elias, a razão última do livro é a leitura, uma vez que da sua produção (escrita e editoração) à comercialização, segue um longo caminho até chegar às mãos do leitor, que dá ao livro o significado do bem simbólico cultural que é.

No contexto do que o livro representa como instrumento de intercâmbio de conhecimento, agindo entre o psicológico e o sociológico, a leitura, no ver de Elias, é apropriação, identificação e criação. O espaço de recepção dos livros também pode instaurar práticas criativas. Os leitores, quando leem, além de pôr em representação esquemas do mundo social,

os quais, internalizados e expressos nas condutas e práticas, criam os instrumentos capazes de atribuir sentido ao mundo que o rodeia (LEÃO, p. 62-63).

Segundo Marisa Lajolo (2007), os livros infantis, no território europeu, começaram a circular efetivamente no século XVIII, embora já circulassem no século XVII, com a organização de histórias e fábulas, muitas delas apropriadas às crianças, como as *Fábulas* de La Fontaine e os *Contos de mamãe gansa*, de Charles Perrout, este o responsável pelo surto de literatura infantil, segundo Lajolo, mas com acesso restrito apenas aos adultos, pois, como nos informa Robert Darnton (1986), muitos dos contos reunidos refletiam modos de pensar, como as pessoas comuns pensavam e como interpretavam o mundo; narravam modo francês de pensar e interpretar a cultura popular, a sociedade da época, a da Idade Moderna principalmente. Juntamente com escritores franceses, que pensavam aristocrática sociedade do classicismo francês, os ingleses também despontaram no tipo de literatura infantil. É nesse período que as crianças passam a ter um papel importante na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro), assim como novos ramos da ciência, como a psicologia infantil, a pediatria e a pedagogia, mais tarde a escolarização converte-se na atividade compulsória das crianças, bem como a frequência às salas de aula seu destino natural, quando a escola é convocada, a priori, a colaborar para a solidificação política e ideológica da burguesia francesa ou europeia, assumindo o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, com fins de equipar os pequenos para o enfrentamento maduro do mundo, é o que nos informa Lajolo.

Os brinquedos, em outros tempos, eram privilégio dos adultos, bem pouco das crianças. Sobre isso, Áries informa-nos: “*a partir do século xv, quando os putti surgiram na iconografia, os artistas multiplicaram as representações de criancinhas brincando. Reconhecemos nessas pinturas o cavalo de pau, o cata-vento, o pássaro preso a um cordão... e às vezes, embora raramente, os bonecos [...]*” (ÁRIES, 1986, p. 88). E lança-nos uma nesga para a reflexão: “*No entanto, podemos nos perguntar se tinha sempre sido assim e se esses brinquedos não haviam pertencido antes ao mundo dos adultos*” (p. 88). Ainda, segundo Áries,

Alguns brinquedos nasceram do espírito de emulação das crianças, que as leva a imitar as atitudes dos adultos, reduzindo-os à sua escala: foi

o caso do cavalo de pau, numa época em que o cavalo era o principal meio de transporte e de tração. Da mesma forma, as pás que giravam na ponta de uma vareta só podiam ser a imitação feita pelas crianças de uma técnica que, contrariamente ao cavalo, não era antiga: a técnica dos moinhos de vento, introduzida na Idade Média. Mas, enquanto os moinhos de vento há muito desapareceram de nossos campos, os cata-ventos continuam a serem vendidos nas lojas de brinquedos, nos quiosques dos jardins públicos ou nas feiras. As crianças constituem as sociedades humanas mais conservadoras. (ARIÈS, 1986, p. 89)

A leitura, por sua vez, é uma ação que principalmente se efetiva a partir de convenções sociais que derivam das formas particulares a cada texto e a cada comunidade de interpretação. A leitura contribui para o que se pode chamar de desvelamento do mundo, a leitura do mundo, que precede a leitura da palavra, como nos lembra Paulo Freire(1985); esse mundo que cerca a criança – o mundo das possibilidades que a leitura permite conhecer. Também a leitura se assume como suporte da civilidade, autocontrole e aprendizado social.

A leitura que frui pelo prazer de adentrar um mundo imaginário e torná-lo real, ou mesmo ler o mundo real, aquele visto nos jornais, nas revistas, nos editoriais. A leitura que toca, que conta, que instrui, que permite conhecer, desfazer mitos, fantasiar, aguçar a imaginação e suscitar, na memória, um mundo por vez adormecido. Ela que possibilita, no indivíduo, a mudança de atitude, de compreender as razões por detrás das coisas, de achar soluções; ela que permite ao homem entender-se não apenas como “ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo” (FREIRE, 1999, p. 47 – os destaques são do autor). Também pode fazer dele um cidadão crítico e capaz de questionar a seu favor, ler a sua própria realidade e ser, também, o autor da sua própria história; histórias de vida, histórias da vida, lembradas por Tzvetan Todorov (2006).

A leitura configura uma experiência única e inigualável, um signo de diferenciação, ou de distinção, entre os que têm o capital cultural simbólico que a escola proporciona e os que não o têm, no ver de Pierre Bourdieu (2007), ou como lembra Ezequiel Theodoro da Silva (2013), “*o ato de ler é, fundamentalmente, um ato de conhecimento. E conhecer significa conhecer mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, explicando-as*” (SILVA, 2013, p. 16).

Quantos, através da leitura, construíram mundos e descobriram outros mundos possíveis? Certamente, inúmeros são eles. Proust (2003), em um texto sobre a leitura, relata o prazer das viagens através das leituras de sua infância, o prazer que o livro suscita naqueles que se deixam levar pelo mundo da leitura: “Talvez não haja na nossa infância dias que tenhamos vivido tão plenamente como aqueles que pensamos ter deixado passar sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido” (PROUST, 2003, p. 9).

A leitura do livro para, depois, a leitura do mundo, fora dos livros: dos *outdoors*, das placas, das etiquetas de supermercados. Aquela primeira leitura, que é concebida pela sociedade como arcabouço de conscientização e formação intelectual do cidadão, escudo contra a marginalização, capaz de tornar o homem menos dependente dos discursos paternalistas, carregados de ideologias de poder elitistas.

Quando se concebe a leitura como a ponte para o conhecimento, cria-se um viés no qual a leitura aparece como intermediária entre o conhecimento e a realidade, entre o indivíduo e a sociedade, entre o cidadão e os poderes legalmente constituídos e, também, que direciona a escola como o espaço a quem cabe promover e estimular o hábito de ler – pensamento talvez vago, se levarmos em conta que tal prática não se pauta apenas ao espaço escolar, porém, tal ideia se deve ao forte poder que a escola ainda exerce na sociedade, também pela carência de bibliotecas públicas na maioria das cidades brasileiras e, certamente, nas escolas, consequência de políticas que revistam a sociedade e a escola de espaços de leitura; os que existem são pequenos e com acervos parcos. Mas se é na escola que acontece o intercâmbio de experiências, onde as crianças, principalmente as das séries iniciais, passam a ter acesso aos vários tipos textuais, é preciso que se busquem meios para que o acesso à leitura seja facilitado.

No Brasil, como nos informa Brandão, a literatura infantil que circulava no país entre os séculos XIX e XX, no gênero contos de fadas e teatro infantil, tinha como intuito a divulgação dos modelos de civilidade, ia na contramão dos livros que se denominavam pedagógicos, impondo regras de comportamento: “*com seus suaves conselhos e disfarçadas maneiras de correção, dedicava-se à disseminação das artes de bem conduzir-se no mundo*” (BRANDÃO, 2007, p. 73).

A boa leitura dos manuais de “bons costumes” pedagogizavam a assimilação das histórias e, de certo modo, induziam ao domínio das emoções e o amadurecimento das estruturas de autocontrole, e é através desses mecanismos de controle – a leitura de contos infantis é um deles – que os costumes e modelos sociais vão se transformando também em modos de proibição e em modos de civilidade, mediados entre os produtores de livros, a escola e a família, na vida das crianças:

A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão a nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto os pais são apenas os instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários do condicionamento” (ELIAS, 1994, p. 45).

Leão nos diz que os modelos de leitura – dos livros infantis, dos contos de fadas, das etiquetas – que seguimos no Brasil, mesmo antes da chegada da Família Real, tem como exemplo o europeu, o francês principalmente, tido como o modelo da sociedade de corte, também objeto de estudos de Norbert Elias. Da voz à letra – as mães, as avós, as tias, as avós eram as responsáveis por divulgar as histórias, principalmente por meio da oralidade (VERNAT, 2006), uma tradição desde a Antiguidade – as normas difundiam-se de maneiras diversas, nas leituras de escritos às oralituras (ZUMTHOR, 1993), histórias em rodas de conversas. Assim as literaturas assumiam sua função de educar, ensinar e, ao mesmo tempo, civilizar as crianças, como pães de espírito: “*Com o espírito bem nutrido, as crianças declamavam com desembaraço. E a declamação não era possível sem antes a memorização e a incorporação dos protocolos e das lições adquiridos com a leitura*” (LEÃO, 2007, p. 77 – os grifos são meus.).

### 3. Considerações finais

Para Philippe Áries, a arte, após o século XII, tem um papel importante a dar sobre a visibilidade das crianças. Antes disso, apenas os adultos tinham suas imagens estampadas em quadros – sejam eles de poses oficiais, sejam de cenas do cotidiano. É, a partir das pinturas, que os infantis passam a ser representados, mesmo que como meros coadjuvantes, de forma mais constante – antes disso pairavam em certa invisibilidade os menores. A partir do século XV, passa-se não só a retratar as crianças em telas como também a olhá-las como alguém que tem sentimentos e precisa ser

educado para agir na sociedade. Embora seus direitos e espaços lhes sejam assegurados somente no século XIX e legislados no século XX, do século XII ao século XVIII, percorreu-se um longo caminho que levou ao entendimento do que é ser criança e quais deveriam ser as habilidades que lhes podiam ser desenvolvidas. Entre as habilidades, a leitura é uma delas.

Elias (2012), nos lembra de que mesmo que se tenha passado por um longo processo, o pensamento sobre as crianças, sua educação, sua identidade e seus cuidados ainda continuam em processo, e é preciso entender que isso faz parte dos quadros do processo civilizador:

nós mesmos nos encontramos ainda no meio dele e isso não ocorre somente porque as crianças representam, individualmente, com muita frequência, todo um mistério para os pais, [...] mas, antes de tudo, porque o estado social do conhecimento acerca dos problemas da infância, ainda hoje, é bastante fragmentado (ELIAS, 2012, p. 469).

Numa sociedade em que as coisas acontecem de tal modo rápidas, refletir sobre os espaços que demandam à criança parece ser um desafio tanto quanto o que se move em direção da leitura que a elas pode caber. No mundo das tecnologias de ponta, das redes sociais, a leitura pode parecer uma atividade mais fácil, porém duvidosa em qualidade. Os livros, objetos de outrora usados como mecanismos de entretenimento, instrução, educação ou disfarçados instrumentos de autocontrole, parecem perder espaços entre os outros tantos meios mais sofisticados e atrativos da nossa era tecnológica. Apesar do seu modo solitário de entreter e informar – além de propagar ideologias de uma época – continua a ser a forma mais segura de guardar informações e transmitir conhecimentos. Somente quem experimentou momentos de deleite na leitura de livros pode dar a eles o real valor que têm para o homem, o de fazê-lo não apenas piedoso – como é da sua natureza – mas também tornar a criança boa e sociável, através da leitura de livros que camuflam suas admoestações moralistas através dos catecismos, lembra-nos Walter Benjamin (2012, p. 255), ao recordar sobre o papel dos livros infantis antigos esquecidos no início de uma sociedade que vive os prenúncios da era tecnológica.

#### 4. Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e arte, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

- BOURDIEU, Pierre. In. NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Org. *Escritos sobre educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília/DF, 2006.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata* [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.
- DANRTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 27 Número 3 - Set/Dez, 2012.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Vol. 1.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. Vol. 2.
- ELIAS, Norbert. *A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. In\_\_\_\_\_ Col. Polêmicas do Nosso tempo, Editora Cortez, São Paulo, 1985.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- LEÃO, Andréa Borges. *Norbert Elias & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- PLATÃO. *As leis, ou da legislação*. 2. ed. Bauru/SP: Edipro, 2010.
- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. 4. ed. Tradução de Carlos Vogt. Campi-

nas, SP: Pontes, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na escola e na biblioteca*. 12. Ed. Campinas/SP: Edições Leituras Críticas, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006. Coleção Debates 14.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VEYNE, Paul. *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

# **Contar História, Hábito e Tradição: O Caminho Para Manter Vivas na Cultura as Histórias do Amazonas**

*José Lino do Nascimento Marinho*

A arte de contar histórias é uma tradição muito antiga, nascida com a sociedade humana e apresentada como manifestação cultural entre vários povos. Contar histórias é, também, um recurso didático para o professor conservar viva a cultura de sua localidade.

Considerando que a cultura local é importante para a formação da cidadania e que a tradição preserva a memória, valoriza o passado e deixa compreender o futuro, a contação de história não pode desaparecer. Mas, como desaparecem os contadores de histórias na região de Tefé, sente-se a necessidade de perguntar: que procedimentos priorizar para não deixar morrer as histórias do Amazonas, reconhecidas como recursos para a cidadania?

Certamente, os professores respondem perguntando: contar história na escola supriria essa carência, manteria a tradição e formaria para a cidadania? Não é a mesma situação, mas seria alguma providência se os professores se dispusessem a contar histórias a seus alunos.

O contador de histórias foi, em tempos remotos, um indivíduo especial, com um dom natural, advindo dos deuses. Depois, foi o portador de uma habilidade nascida com ele e privilégio de poucos. Agora, é uma pessoa que se aplica e é capaz de apreender os princípios e as habilidades dessa arte, buscando resultados educacionais, o professor.

Reafirmando que a cultura de um povo se reflete nas histórias que a sua sociedade tem para contar, quer em horas vagas, quer com a didática nas escolas, acredita-se que o contexto brasileiro precisa de incentivo à contação de história pelo docente, pois os professores gostam de contar história.

Fugindo ao empirismo da afirmativa, consultou-se, em breve pesquisa, docentes na “Escola Estadual Santa Teresa”, em Tefé, no Ama-

zonas, sobre o seu interesse por contar histórias com o objetivo de levar a riquíssima cultura da região ao conhecimento das novas gerações. O recurso adotado para chegar ao conhecimento proposto foi um questionário fechado, respondido pelos professores e, aqui, brevemente analisado.

Assim, perguntados se tinham o costume de contar histórias a seus filhos e a seus alunos, constatou-se que 45% contavam-lhes histórias com frequência, e os 55% restantes, faziam-no raramente. Aos alunos, entretanto, 100% dos professores contavam histórias, sendo que 85% têm essa medida como prática frequente e 15%, raramente. No universo consultado, 15% se consideravam ótimos contadores de histórias, contavam-nas a todo mundo e, justamente esses 15% raramente, colocam a contação de história em prática na sala de aula.

Foi afirmado, respondendo a determinado quesito, que as histórias podem trazer aos alunos algumas contribuições positivas relacionadas a habilidades, conhecimentos e atitudes. Consultados sobre as condições que contribuem para tornar verdadeira essa afirmativa, 46% dos respondentes consideraram que a história, interessando ao aluno, pode contribuir para a formação de uma atitude mais atenta à atuação do professor.

O incentivo ao conhecimento de conteúdos curriculares, por meio das histórias contadas, foi considerado possível por 60% dos professores. Em relação à criatividade, 39% consideraram possível conseguir o desenvolvimento dessa habilidade com as histórias contadas. A possibilidade de despertar para atitudes positivas, na vida diária, foi considerada por 80% dos respondentes e, por 15% do grupo, como recurso que apenas distrai os ouvintes.

Solicitados a citarem histórias de que costumam se lembrar, entre as existentes na região de Tefé, 15% dos professores se abstiveram de citar, os demais se lembraram de lendas comuns na região e algumas pouco consideradas e muito antigas. Todos já ouviram histórias.

Como a utilidade relacionada à aquisição de atitudes, habilidades e conhecimentos na contação de histórias em sala de aula foi 100% reconhecida pelos professores, à conveniência de incentivo à atividade ficou confirmada, vê-se que os professores de Tefé contam histórias. A partir daí, pode-se questionar sobre o desenvolvimento de projetos contando, ensinando ou aprendendo a contar histórias que signifiquem conhecimentos e mensagens para as novas gerações.

### **Foi Assim Que Aconteceu...**

A atividade que se apresenta é resultado de um projeto sobre o interesse, o valor didático e pedagógico da contação de história em sala de aula, realizado pelo pesquisador e desenvolvida como forma de, convivendo com os avanços tecnológicos que se impõem às novas gerações e à sociedade como um todo, incentivar a manter vivas as histórias e a tradição, no município de Tefé. “O processo de coleta de dados, a formulação de hipóteses e a análise de dados, seguem juntas em uma *interação permanente* caracterizada por um processo permanente de *ação reflexão*” (ALVARENGA, 2010, p. 52).

A eleição dessa escola para o desenvolvimento do projeto deveu-se à flexibilidade da Gestora Maria das Graças Freitas, que tem uma visão avançada sobre as necessidades da comunidade e se interessa pela motivação e participação dos alunos em situações que possam enriquecer a educação para a cidadania, com o desenvolvimento dos temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A população alvo da atividade foi constituída pelos alunos de 7º e 8º anos, turno matutino, com idade entre 12 e 17 anos. O tempo de aplicação da atividade foi de 1 (uma) hora aula para cada sessão desde o contato inicial, a narração do conto e a resposta dos alunos.

Os professores das turmas foram convidados a participar do movimento, que não ocupou nenhum período de suas aulas, mas poderia, posteriormente, ser aproveitado de forma interdisciplinar, enriquecedora do seu trabalho, conforme a criatividade, se participassem.

O trabalho de campo resultou em dois movimentos:

O primeiro movimento foi a narrativa de um conto, pelo autor da pesquisa e de sua autoria, em cada turma de alunos da educação básica. Os contos foram selecionados, destacando temas presentes no imaginário popular da região de Tefé, recolhidos da oralidade para a forma escrita. Essa medida, já utilizada pelo contador há muito tempo, espera enriquecer o trabalho de outros contadores e professores. As histórias são fáceis e devem ser narradas, não requerendo a adaptação de linguagem ou de conteúdo, como recomenda Gillig (1999) quando os contos provêm de literatura destinada à leitura.

Reunindo e promovendo histórias ligadas à sociedade local, foi possível, ao autor/narrador, mostrar costumes e crenças correntes na loca-

lidade e seu entorno, situação que contribuiu para melhor compreender a reação dos ouvintes.

O segundo movimento, precedido, aqui de um resumo, constou de uma breve manifestação dos alunos sobre a história ouvida, representando, no contexto, dados concretos. Criou-se, então, uma forma de trabalho que sistematizou a resposta dos ouvintes, tornando-a mais clara e compreensiva, numa redação aberta.

A reação de cada ouvinte foi avaliada quanto ao interesse em ouvir e à posição assumida diante do enredo, situações presentes nos comentários que se situam além da simples reprodução da sequência da história. Para a apresentação dessa fase, criou-se uma organização, procurando sistematizar as apresentações dos ouvintes, tornando-as mais claras e compreensivas, como resultados.

Assim, de cada sessão, obteve-se um retorno escrito que permitiu a análise das atitudes e reações gerais do grupo. Dos comentários, selecionou-se de forma subjetiva, de três a oito, destacando as aproximações ou afastamentos da realidade sobre o tema. Como aproximações ou afastamentos da realidade, foram considerados os detalhes não ressaltados na contação, mas que apareceram como produto da criatividade, das experiências ou das vivências dos ouvintes.

Para a apresentação do resultado, os ouvintes estão numerados de forma que o número mais alto indique a quantidade de destaques efetuada em cada conto. Ainda que os números se repitam, os sujeitos são diferentes, pois os contos foram narrados em várias turmas e considerados individualmente.

### **A Narrativa**

Selecionar, entre as muitas histórias disponíveis, as melhores para a ocasião e os objetivos específicos, não é uma tarefa simples ou fácil. Como as histórias foram escritas para serem contadas sem o apoio da leitura ou de recursos ilustrativos, já eram conhecidas de cor, foram bem estudadas, sem muita possibilidade de o contador ser pego de surpresa em alguma armadilha dos ouvintes pré ou adolescentes.

Atendendo a Gillig (1999), ainda que se trate de contos populares, as expressões usadas foram corretas, de gosto simples, sem rebuscamento ou expressões vulgares. O vocabulário foi o corrente na região em

que vivem os destinatários das histórias; existem termos particulares, mas bastante conhecidos, compreende-se que em outros locais do Brasil algumas falas soariam estranhas e o próprio tema seria considerado fora de contexto. Mas, para as crianças e adolescentes de Tefé, os vocábulos e o texto, como expressão verbal, encaixam-se no contexto dos ouvintes.

Em todas as narrativas, o pesquisador, transformado em contador das histórias que escreve, valeu-se de recursos corporais, expressões faciais e de voz, bem estudados e aperfeiçoados para transmitir as mensagens contidas nos contos selecionados. Como sugere Coelho (1999), o contador mostrou-se bem preparado e capaz de explorar todas as nuances da expressão oral, para o alcance dos objetivos da contação eficiente de uma história.

Os contos, em relação à sua localização espacial, acontecem em Tefé e seus arredores próximos, como a Igreja de São Francisco, palco das peripécias do Garotinho do São Francisco; na Capelinha de Nossa Senhora de Fátima, nas proximidades do antigo Instituto Agrônomo do Norte, na estrada do aeroporto, com uma noiva frustrada, abordando os transeuntes, num tempo provável, às quintas-feiras; na comunidade do Bacuri, onde os moradores pescam ou não à noite; na Vila Pescoço, um refúgio para o medroso, não só da chacota dos vizinhos, como da Cobra Grande. Todos representando os fantasmas soltos numa realidade imaginária que transcende a ciência.

Cada conto reflete a realidade social local ao mostrar o trabalho voluntário de limpeza da igreja assombrada; a exploração do trabalhador, com o borrador nunca fechando em zero, desde o tempo da borracha, restando sempre um saldo a favor do patrão, como no caso do Sebastião que, de forma sutil, transfere o *status* de jegue ao patrão irreverente e gera a dúvida: Quem é o Jegue?

Os costumes regionais estão presentes nos contos trazidos pelo contador, como acontece na afirmação sobre a tradição rural do caboclo queimar o seu roçado e plantar a maniva, em outubro, antes dos festejos de Santa Teresa, a padroeira de Tefé; no fato de o lavrador hospedar bem a quem quer que chegue à sua casa pela única via de acesso, o rio-mar; na referência ao banho no igarapé e aos alimentos esperados para o jantar; no hábito de pescar com vara, à noite, correndo o risco de encontrar perigos reais, personificados na Cobra Grande.

O aspecto psicológico do caboclo amazonense aparece na sua lealdade, sinceridade, ingenuidade, submissão à imposição do patrão opressor, debochado diante da dura realidade do trabalho exaustivo do lavrador, sob o sol escaldante da única região que os dois conhecem bem, a Amazônia, imensa e molhada; na atitude de contar vantagens pessoais de coragem e valentia ao ponto de não ser acreditado quando fala a verdade, ou pelo menos a sua verdade.

### **O Conto de Hoje Será... Aquela da Minha Terra**

A – O garotinho de São Francisco

Essa lenda foi narrada numa turma de 7º ano, do turno matutino, formada de adolescentes de ambos os sexos, com idade de 13 a 15 anos. Como ouvintes, os alunos permaneceram atentos e interessados, sem manifestarem qualquer conhecimento anterior do conteúdo, podendo o conto ser considerado uma novidade para aqueles adolescentes.

A introdução aos contos não deve ser longa, entre os contos estudados, este é o que tem a mais longa introdução, pois o narrador vale-se da oportunidade para falar diretamente de um problema social. Mesmo assim, não precisa ser considerada capaz de cansar o ouvinte ou afastá-lo da proposta existente, mas não foi bastante percebida, uma vez que a referência a ela aconteceu, apenas, brevemente no trabalho de apreciação.

Aproveitando as peripécias do menino mal educado, presente no conto, “O garotinho do São Francisco”, o narrador valeu-se, de comentários ao problema da gravidez na adolescência dizendo:

São milhares de crianças com outras crianças nos braços, anualmente, comprometendo a sua adolescência e juventude. Esses pequenos, se não forem tratados e acompanhados devidamente, poderão no futuro agravar ainda mais o problema social.

Chegando ao conto propriamente, o professor mudou de atitude, acalmou-se e buscou o clima misterioso, conveniente ao tema, fazendo a proposta de que “fantasmas podem mesmo existir”.

A proposta de existência de um fantasma foi reforçada na conclusão do conto, com a descrição do propósito do menino não pretender fazer mal a ninguém, mas citando as providências já tomadas, sem sucesso, pela comunidade local, para enviar o tal garotinho para o outro mundo. Fi-

nalmente, apareceu o desafio aos ouvintes incrédulos para verificarem por si mesmos, com a recomendação “é uma prova para quem não tem medo e possui coração bom e forte”.

B – Quem é o jegue?

Esse conto foi narrado numa turma de 8º ano, reunindo alunos em um auditório com idade em torno de 15 a 17 anos.

Inicialmente, o professor narrador do conto demonstrou que ouvir ou contar aquela história não comprometia ninguém como fofoqueiro, pois o conto não determina quem presenciou os acontecimentos e passa para frente. Aqueles fatos que chegaram aos ouvidos organizados pela sabedoria popular, é de domínio público. Assim, Demóstenes não poderá zangar-se ou buscar vingança de quem espalha o seu vexame.

Demóstenes é um regatão, aquele homem que entra no seu barco e vai fazendo negócios de troca ou barganha com a população ribeirinha, ao longo do Amazonas e seus afluentes menores: gêneros de primeira necessidade por aquilo que os agricultores e pescadores conseguem produzir nas suas terras. Nessa hora, valendo-se do borrador, vai enriquecendo de forma pouco lícita, prendendo o produtor com uma dívida jamais saldada. Com essa façanha em mente, navega o dia todo e, ao cair da tarde, encosta o barco no porto de algum de seus fregueses e tira uma noite de sono tranquilo.

Naquele dia, em especial, Demóstenes navegou o dia todo e, à noitinha, encostou o barco no porto de seu freguês Sebastião. Subiu à casa do lavrador e vendo o seu freguês chegar da labuta do dia, com os sinais físicos que o tornavam uma figura grotesca naquele momento, mas, ainda assim, solícito e humilde, achou por bem exercer o seu poder de patrão, além de homem vaidoso em relação a posições preconceituosas na escala social: o comerciante sentindo-se superior ao lavrador, foi logo dizendo sem mesmo se levantar:

- Sebastião, você está parecendo um jegue, meus parabéns.

Sebastião recebeu aquela frase como um elogio e, do alto de sua humildade, protestou com sincera convicção:

Seu Demóstenes, eu agradeço muito mesmo, de coração as suas belas palavras a meu respeito, mas quero dizer ao senhor que não as mereço, pois sou simples como a Natureza. Jegue é assim como o senhor, sua mulher seus filhos, seu pai, sua mãe, pois tenho certeza de que jamais poderei ser um jegue, obrigado, agradeço, mas não mereço.

Depois dessa, lá se foi o comerciante com um ‘boa noite’ de cabeça baixa passar a noite toda acordado na rede, em seu barco, remoendo o troco diplomático e assimilando a lição.

O burro, também apelidado de ‘jegue’, animal bravo e resistente, introduzido no nordeste brasileiro no período histórico do Brasil Império, como forma de vencer as intempéries e peculiaridades do instigante sertão, ainda resiste. O comerciante também desenvolveu a atividade ainda por vários anos, mas, brincar com alguém de forma grosseira e preconceituosa, nunca mais. Ficou a lição e também o medo do “Jegue” não ser o outro, mas você mesmo e quem sabe toda a sua família.

### C – A noiva da capelinha

A apresentação desse conto aconteceu numa turma de 8º ano, com ouvintes de 14 a 16 anos. A introdução do conto descreveu que o sonho de quase toda menina que cresceu e se tornou mulher, é noivar e casar-se. Desejo de uma família sólida, fetiche de endeusamento e curiosidades em relação à lua-de-mel. Às vezes, o sonho não se realiza e a frustração, angústia e penúria os acompanham ao cemitério.

Esse parece ser o destino de um fantasma que ronda as noites de quinta-feira na estrada do aeroporto em Tefé, atravessando da direita para a esquerda, onde funcionava o antigo Instituto Agrônômico do Norte, responsável pela exploração do látex e comercialização da borracha, onde está localizada a singela e pacata Igreja de Fátima, conhecida como capelinha.

As pessoas, que ousaram, passar por aquele local, à meia noite, às quintas-feiras, viram algo de estranho, instigante e amedrontador.

Uma noiva que passa na frente do carro ou da moto em alta velocidade e quando os motoristas se espantam e freiam bruscamente, evitando o acidente fatal, a noiva olha e só então, percebem que atrás do vestido branco, véu e grinalda, não existe gente e sim uma caveira. Os mais corajosos desligam os veículos para ouvir o sacolejo dos ossos, da noiva fantasma deslocando-se.

Todavia, parece presunção, o fantasma, aqui denominado de a “noiva da capelinha”, faz sua aparição por trinta segundos no máximo, e desaparece ao chegar à porta da Igreja de Fátima. Tudo isso ocorre num piscar de olhos. Seus admiradores, atônitos e boquiabertos, apelidaram-na de ‘A noiva da capelinha’.

E a contação termina com um desafio:

Meu caro, se você é um desses incrédulos com relação a fantasmas, cuidado ao trafegar a noite na estrada do aeroporto em Tefé, você pode ser a próxima vítima e quem sabe tornar-se o noivo que aquela criatura procura. A decisão é sua.

#### *D – Waldir e a Cobra Grande*

A Cobra Grande aparece em qualquer lugar para assombrar os pescadores, principalmente aqueles que contam muita vantagem e que dizem não ter medo de nada. Era o caso do Waldir, que desafiava todas as lendas e ia pescar à noite, lá no Bacuri. Certa noite de pesca farta, de repente, ouviu um barulho não muito longe, outro mais perto e um terceiro bem pertinho, sem temer por nada jogou a luz da lanterna e só deu tempo de correr, e trepar numa árvore... Depois, agarrado num galho fino de árvore alta, teve de olhar a Cobra Grande durante toda a noite, pois ela só desapareceu quando o sol chegou.

Waldir correu, então, para a cidade e mal chegou à venda, desmaiou. O pessoal acudiu, jogou água em seu rosto e, quando ele voltou a si, contou a visão da Cobra Grande, e ninguém acreditou. Mas, agora, só Waldir sabe, pela própria experiência que a Cobra Grande existe mesmo e o medo ficou tão grande que ele se mudou para a Vila Pescoço e nunca mais foi pescar de noite.

#### **Aproximações e Afastamentos**

Nesse item, foram destacados os pontos referenciados pelos ouvintes dos contos, usando a criatividade, inventando detalhes ou fantasiando o que foi narrado, acreditando, duvidando e até desafiando o santo. Essa situação representa bem a posição de Gillig (1999) quando considera que, como alimento da imaginação, o conto é assimilado de acordo com as experiências, os conhecimentos e as emoções dominadas pelos ouvintes.

#### *A – O Garotinho de São Francisco*

Em O Garotinho de São Francisco, um ouvinte iniciou a sua apreciação com dúvidas: Ouvinte 1: *“segundo as pessoas que creem no conto, na igreja de São Francisco, quando as pessoas estão sozinhas, ou em duas, o fantasma aparece (...)”*

A descrição do garotinho, feita pelos ouvintes da história, mostrou o menino de São Francisco como muitos meninos, conforme, talvez, a experiência de cada um sobre as travessuras na infância, ainda próxima:

Ouvinte 2: “um capetinha”, “um fantasmilha” “um menino que não foi batizado”, “que poderia virar um drogado, maconheiro, vagabundo [se vivesse], mas ele não foi para o outro mundo quando morreu (...)”.

A foto encontrada, pelas mocinhas que estiveram na igreja, foi também um ponto bastante discordante, mas bem oportuno para invenções. A descrição da imagem na fotografia encontrada aproximou a fisionomia do garotinho muito mais da figura de um cadáver ou de uma caveira que da expressão de uma pessoa irada ou diabólica. A presença da foto no chão ficou mais complicada, quando os ouvintes disseram coisas que o narrador jamais cogitou. Ouvinte 2 “os álbuns estavam trancados em um armário, com cadeados que só podiam abrir com chaves”.

Explicando o aparecimento da foto, surgiram motivos relacionados aos sentimentos contraditórios do garotinho e as opiniões, também discordante das pessoas, com afirmações e levantamento de hipóteses, ao mesmo tempo:

Ouvinte 3: “Muito assustador, esse garoto deve ficar feliz por ser um menino muito brincalhão, mas muitas vezes deve se sentir um menino solitário, talvez ele não se sinta culpado de fazer tudo isso”, “ele só queria brincar”.

Ouvinte 4: “ele parece ser uma criança comum, apenas fazendo travessuras e gozando da cara das pessoas”; “um horripilante espírito que vive para a agoniação das pessoas que vão ao São Francisco”, ou “um coroiha que foi morto na igreja”.

Somente um ouvinte citou as referências introdutórias do narrador, mas não fez a ligação entre a fala sobre uma “criança carregando outra” e a dificuldade em educar os filhos, considerou que: Ouvinte 5: “O conto diz sobre a gravidez na adolescência de muitas jovens. E também sobre o garotinho de São Francisco”.

Alguns comentários terminaram pretendendo também amedrontar, demonstrando a compreensão de narrar arrepiando e provocando suspense:

Ouvinte 6: “(...) eu não sei, porque eu nunca fui visitar a igreja São Francisco, mas um dia eu vou lá”. “Muito cuidado, pode ser que ele não esteja sozinho. Há... há... há.... uh... uh... muito medo”.

Outra forma de terminar, mostrando compreensão do processo, foi à crença nos fatos transcendentais ou mostrando coragem, diz:

Ouvinte 7: ou então “eu entendi, parece que morreu um garotinho que não foi batizado e ficou assombrando a igreja”. Ainda uma recomendação: “(...) não duvide, porque certas pessoas mais corajosas, que já passaram por lá, dizem que já viram o fantasma”.

Finalmente, vale destacar, aquele mais corajoso de todos que desafiou o fantasma e o próprio São Francisco, considerando, talvez, que a culpa de um menino endiabrado no recinto sob sua responsabilidade seja culpa pessoal do Santo. Ouvinte 8: “HÁ, HÁ, HÁ! Me espere na igreja, São de Francisco”!.

#### B – Quem é o Jegue?

O segundo conto generaliza um desafio ao comerciante que se julga melhor que o agricultor e o pescador, explorando-os descaradamente, ao longo do rio Amazonas. Esta situação é bem conhecida e, desde o início da narrativa, despertou interesse, expectativa e até torcida entre ouvidores. A comprovação disso está em frases como:

Ouvinte 1 – “Tem patrão que não respeita os caboclos da beira do rio Amazonas”.

Ouvinte 2 – “Os patrões pensam que os caboclos não têm voz e vez (...)”.

Ouvinte 3 – “Devemos pensar antes de falar qualquer coisa. Respeitando as pessoas antes e acima de qualquer coisa”.

Ouvinte 4 – “Sebastião comprava mercadoria e pagava com o suor do seu trabalho na roça”.

Ouvinte 5 – “São pessoas que não têm nada de burro”.

O contexto ficou bem entendido e gerou muita discussão sobre a ingenuidade do Sebastião, muitos ouvintes não admitiram o seu desconhecimento do sentido da fala de Demóstenes, desejavam mesmo que o agricultor fosse esperto e se fizesse de tolo, para poder dizer verdades que estão na alma da vítima de preconceitos.

Observa-se que o conhecimento, por parte do narrador do campo sobre o qual transita, garante o sucesso da narrativa. Gillig (1999) destaca que a seleção de um conto deve se preocupar, também, com as condições sociais e econômicas dos ouvintes. No conto em questão, existiu a referência social aos acontecimentos que envolvem a realidade bastante conhecida e até mesmo vivida por grande parte dos ouvintes, que é a exploração do homem pelo homem na troca de trabalho por dinheiro.

Esse foi o conto com o mais significativo clímax, destacando o poder da narrativa quando, como observa Busatto (2003), há doação da própria experiência de vida do narrador, que compactua com aquilo que a narrativa mostra. No contexto abordado, transpareceu uma identificação integral entre o narrador e o conto narrado, uma vez que o sentido social ali presente preocupa o narrador e é fator dominante de luta por justiça social. A realidade do conto favoreceu o sucesso da narração. A possibilidade do envolvimento do narrador com o conto está referido por Busatto (2003, p. 32) quando diz que “(...) se acreditarmos que ele [o conto] poderá ser uma pequena luz lançada no nosso caminho, ele será ouvido como tal”.

A narrativa aconteceu em ritmo acelerado ou lento, conforme o significado de cada momento, colorindo a narrativa. Na verdade, durante e após o desfecho dos fatos, os ouvintes se sentiam satisfeitos ou talvez vingados, o que, embora não seja muito nobre, na visão da classe dominante, oferece a oportunidade de uma catarse capaz de impedir violências físicas. Ao final, houve aplausos.

### C – A noiva da Capelinha

O terceiro conto traz um mistério, uma assombração. Como o conto “Garotinho de São Francisco”, este também, envolve igreja, um ser desconhecido, misterioso e que pretende assombrar os vivos. A diferença está por conta da relação que este estabelece com os vivos. Aqui, o personagem misterioso está entregue ao público em geral, podendo ser visto por qualquer pessoa que vá em busca de emoções ou passe pela Capelinha de forma desavisada, cruzando o caminho da noiva no dia e hora coincidente. Vê-la, não depende de olhar para dentro, entrar ou prestar serviços à igreja, pede somente que o corajoso tenha carro e disposição para lidar com fantasmas indo ao lugar certo. A contação apresentou um ritmo ágil.

Entre os detalhes, acrescentados pelos ouvintes ao texto narrado, estão:

Ouvinte 1: “quinta-feira santa, faltando 15 para a meia noite (...)”.

Ouvinte 2: “de quinta para sexta, às 11 horas, só podemos vê-la se formos de dois, se formos de muitos ela não aparece (...)”.

Ouvinte 3: “aquela noiva busca um homem solteiro, pois deseja se casar (...)”.

Ouvinte 3: “Essa história é realmente uma lenda, mas fica na mente das pessoas”.

Ouvinte 4: “O bom de tudo é que ela não faz mal a ninguém”.

Ouvinte 5: “É claro que isso é um conto, uma história meio assustadora, mas no final, meio engraçada, os rapazes têm que tomar cuidado com ela, porque ela é vista até hoje à procura de seu príncipe encantado para casar”.

Observa-se que não aconteceram desafios ao mistério ou ao fantasma. Não houve dúvidas definitivas, pois o ouvinte 3 ainda que considere o conto uma lenda, no sentido de irrealidade, declara que as pessoas ficam com ela na mente, preocupados, portanto com a possibilidade de existência da noiva; o ouvinte 5 se sente assustado, mas chega a achar engraçado, mesmo assim, recomenda aos rapazes cuidado e justifica sua posição.

#### D – Waldir e a Cobra Grande

A Cobra Grande é uma lenda conhecida e respeitada por toda a extensão Amazônica. Entretanto, seus desafiantes ou incrédulos confessos, são criaturas que não faltam em Tefé e estão sempre contando vantagens a favor próprio, Waldir era um desses, por isso quase ninguém acreditava mais nele.

Uma noite, encontrou-se com a tal de Cobra Grande e a única coisa que aconteceu foi desmaiar em presença de toda a comunidade de Bacuri, tentando contar o fato. Mesmo assim, ninguém acreditou nele. O colorido do conhecimento da lenda contribuiu para o sucesso da narrativa. A presença de pessoas contadoras de vantagens e lorotas na comunidade incentivou os ouvintes e os comentários.

Na opinião dos ouvintes, Waldir reconheceu a sua situação de contador de vantagens e, na hora em que os fatos seriam reais, duvidava de si mesmo. Para um dos ouvintes do conto, ele disse ao se salvar da Cobra Grande: Ouvinte 1: “(...) não vou contar para ninguém, porque eles não vão

acreditar (...).”

Mas, enquanto estava no alto da árvore em grande aperto, vendo aquela cobra, Waldir pensou e comparou o bicho ao que tinha em casa, grande suficiente para fazer medo, pensou também na sua família: Ouvinte 2: “(...) do tamanho de um tambor de água (...). (...) a família lá, com fome e ele aqui, sem pescar com medo de ser devorado (...).”

Quando Waldir voltou do desmaio, ficou agoniado pensando que a cobra ainda estava lá, enquanto todos riam dele. Ouvinte 3: “(...) Não duvide, a Cobra Grande existe”. Ouvinte 4: “(...) eu pensava que isso era apenas uma lenda e não uma realidade (...).”

Mais que o medo ou a dúvida sobre a existência da Cobra Grande, os ouvintes frisaram a falta de credibilidade do Waldir. Ouvinte 5: “Ninguém acredita nele, mas ele sabe que viu a Cobra Grande. (...) podem acreditar, é um conto e só quem viu acredita (...)”

Certo ouvinte se colocou na história como conhecendo Bacuri e deu o seu testemunho:

Ouvinte 6: “(...) a comunidade de Bacuri, no lago de Tefé. Ele saiu de lá e foi morar na Vila Pescoço, onde eu moro”.

Ouvinte 6: “Eu sei que existe Cobra Grande, porque minha avó, meu pai e seus irmãos passaram por uma situação como essa e eu acredito”.

Todos os contos obtiveram sucesso, considerando o interesse refletido e na espontaneidade que se conseguiu na participação das atividades desenvolvidas.

### **Algumas Considerações**

Encerrado o estudo, pode-se registrar que, na realidade, este trabalho não comportou um ponto final, pois toda vez que os procedimentos aqui realizados forem aplicados ou desenvolvidos, os resultados serão diferentes, conforme o público, o contador e as condições locais, mas sempre fornecerão material para a reflexão que se propôs com o questionamento inicial.

Sem o apoio da cultura de seu grupo, compreende-se que as mudanças na vida individual ou coletiva da juventude, que deveriam ser uma rampa suave como as ondulações amazônicas, tornam-se degraus altos e irregulares. No contexto globalizado do mundo, na sociedade da comuni-

cação, é difícil reconhecer as coisas que não precisam desaparecer, pois não afetam o crescimento da economia, a evolução da sociedade, o desenvolvimento do país.

Observando a participação dos alunos, pode-se afirmar que material levantado na cultura local contribui, positivamente, para a formação intelectual e social dos alunos adolescentes. Percebe-se, também, pelas manifestações sobre credences locais, que elas são conhecidas e discutidas nos lares, com os membros da família como atores dos acontecimentos. Pode-se dizer que a cultura local ainda é importante para a formação intelectual e social do amazonense e, particularmente, do tefeense.

Conhecendo e vivenciando as tradições, as novas gerações podem aderir a tecnologias e usufruírem de todas as suas vantagens, sem que isso as impeça de participarem dos recursos utilizados pela comunidade para a formação social, familiar e religiosa, presentes nas manifestações culturais e em diferentes movimentos sociais. Isso significa que conhecer os exemplos de valor nas histórias contadas por seu povo, certamente levará uma criança ou um adolescente a comparar e decidir sobre suas atitudes diante dos fatos ou das oportunidades da vida; isso significa valorizar o passado e compreender o futuro para a formulação de esperanças e reconhecimento de perspectivas ou oportunidades que se apresentem.

Em relação aos conhecimentos tradicionais que se deseja conservar como parte da cultura local, pode-se dizer que todos aqueles trazidos para discussão merecem ser mantidos como memória histórica. Alguns devem ser explorados como lenda no seu sentido de criação da imaginação e desligado da realidade, pois não cabem no futuro científico que se deseja e a que têm direito todas as crianças e jovens das escolas tefeenses. Ouvir a lenda, sim, mas, derrubar o mito, exige cuidado e comprovação que não desvalorize os antepassados por suas crenças ou recursos empíricos como explicação de uma realidade primitiva.

Estudar os elementos de uma cultura tão especial quanto à amazonense, exige inteligência voltada para a compreensão do simbolismo que perpassa todas as histórias deste povo. Este meio, vivendo e criticando a realidade, até as crianças compreendem o quanto as histórias divertem e ensinam. Também, por isso, as histórias devem ser contadas e o professor incentivado a usá-las como recurso didático e formativo de cidadãos conscientes do valor de sua cultura e da importância de sua própria existência.

### Referências

ALVARENGA, Estalbina Miranda de. Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa. Assunção: A4Diseños, 2010.

BUSATTO, Cleo. Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

COELHO, Maria Betty Silva. Contar Histórias: uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1999.

GILLIG, Jean-Marie. O Mito na Psicologia. Trad. Vanise Drech. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MARINHO, Jose Lino do Nascimento. Folclore tefeense: evolução no tempo e no espaço. Tefé: PM, 2009.

\_\_\_\_\_. As Histórias. Tefé: PM, 2009.

\_\_\_\_\_. Contar Histórias, Habito e Tradição: uma ferramenta pedagógica eficaz no processo ensino aprendizagem. Manaus: EDUA, 2015.

# A Universidade Estadual do Amazonas e a civilização no município de Manicoré

*Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

## **Introdução**

A educação é algo essencial ao homem, além de obter conhecimento, traz ao ser humano a capacidade de se relacionar com o meio em que vive. Atualmente, é difundida a imagem do ensino como forma de ascensão social e econômica, pois o indivíduo precisa de um bom currículo para ter um diferencial no mercado de trabalho, por isso a população procura, de modo geral, garantir mais conhecimento como forma de crescimento profissional.

Esse discurso sobre investimento na formação profissional, como forma de garantir capital intelectual, incentiva várias pessoas a procurar as instituições de ensino, já que o Brasil apresenta diversas desigualdades regionais no que tange oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Ao se deparar com essa necessidade, antigamente, recorria-se às grandes capitais na busca dessa capacitação. O que de alguns para cá anos vem mudando, quando houve a expansão das universidades para vários lugares do país, inclusive para o interior do Amazonas.

Pretende-se, com este artigo, compreender a representação social da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no município de Manicoré. O município de Manicoré que está localizado na mesorregião Sul Amazonense e na microrregião 13 do Madeira, com Sede à margem direita do Rio Madeira. De acordo com o último CENSO – IBGE de 2010 a população total do município é de 47.017 mil habitantes, sendo que 26.668 mil habitantes na zona rural, e 20.349 mil habitantes na zona urbana. Para isso, o trabalho foi estruturado em duas seções, além da introdução: contexto histórico da Universidade do Estado do Amazonas, Ensino superior como forma de processo civilizador do município de Manicoré, considerações finais e referências bibliográficas.

## **1 Contexto histórico da Universidade do Estado do Amazonas**

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída pela lei 2.637 de 12 de janeiro de 2001 e está presente nos 62 municípios do estado do Amazonas. Foi criada com o objetivo de promover a educação, priorizando pelo conhecimento científico centrado na região Amazônica, juntamente com valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e, também, aprimorar as qualidades dos recursos humanos.

Quando foi criada, a Universidade do Estado instalou na capital suas primeiras unidades acadêmicas: a Escola Normal Superior, Escola superior de Ciências da Saúde, Escola Superior de Ciências Sociais, Escola de Artes e Turismo e a Escola Superior de Tecnologia. Esta última sucedeu do antigo Instituto de Tecnologia da Amazônia – UTAM (AMAZONAS, 2017).

Além das Unidades acadêmicas da capital, ainda foram construídas duas unidades acadêmicas, em 2001, nos municípios do interior: o Centro de Estudos Superiores em Parintins e em Tefé. Sendo que em outros municípios como em Manicoré, a universidade funcionava em escolas da rede pública estadual e municipal.

Desde a sua construção, a universidade tem sido apontada como referência no crescimento regional, por ter o foco na interiorização da educação ao levar aos municípios do interior do Amazonas e pela produção de projetos desenvolvimento social.

Na opinião de Telles (2010)

A Universidade do Estado do Amazonas se insere, portanto, no contexto das ações do governo estadual, empreendidas com o propósito de reparar uma injustiça secular: possibilitar o acesso dos estudantes do interior ao ensino universitário. Sabe-se que Manaus, por força de certas circunstâncias históricas e econômicas, concentrou, durante décadas, os benefícios gerados pelo processo econômico regional. Os jovens que desejassem dar prosseguimento aos seus estudos tinham como alternativa migrar para a capital amazonense, onde estavam concentradas todas as oportunidades em termos de ascensão social, econômica e cultural.

Telles (2010), também acredita que a criação da

Universidade do Estado do Amazonas corresponde, portanto, a um anseio legítimo do povo amazonense, especialmente dos cidadãos que vivem e trabalham nas vilas e cidades interioranas, sem acesso aos bens culturais e benefícios oferecidos nos grandes centros urbanos. Trata-se

de uma ação do Governo do Estado, realizada com recursos do povo amazonense, e empreendida com o propósito de qualificar intelectualmente os estudantes, dotando-os de capacidade técnica e profissional para sanar a carência de mão-de-obra especializada no interior.

Em 2002, foram construídas outras unidades acadêmicas no interior do Amazonas, dentre essas o núcleo do município de Manicoré. O terreno onde foi construído pertencia a um empreendedor local e era parte de uma fazenda de gado, que também já havia sido antes uma área de cultivo de seringa. O prédio começou suas atividades no ano seguinte e nunca foi inaugurado a ele foi dado o nome de Núcleo de Ensino Superior de Manicoré.

A Universidade do Estado do Amazonas, no município de Manicoré, iniciou suas atividades em 2003, mas antes funcionava no prédio da escola municipal Marta Ferreira.

Desde o início de suas atividades no município, vem beneficiando os moradores locais com cursos das mais diversas áreas: Ciência Política, Licenciatura em Geografia e Matemática, Pedagogia Indígena, Tecnologia em Gestão Pública, Logística e Saúde Coletiva, Ciências Econômicas e os cursos do Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação – PROFORMAR.

Atualmente o núcleo funciona com três cursos tecnológicos: Gestão Comercial, Agroecologia pelo sistema mediado por tecnologia (IPTV) e o curso de Agrimensura pelo sistema modular.

## **2 Ensino superior como forma de processo civilizador no município de Manicoré: na visão de Norbert Elias**

Ao pensar em um homem do interior do Amazonas, remonta-se ao sujeito oriundo do campesinato, onde há a predominância da agricultura, extrativismo, pecuária e pesca, com pouca evolução do tecnicismo do campo, um estilo de vida mais pacato e uma visão política conservadora, aonde uma parte da produção seria destinada ao consumo e a outra destinada à venda para terceiros.

Conforme a opinião de Batista (2007)

As cidades do interior, tanto as que se encontram em fase de desenvolvimento ou são sedes municipais, muitas delas apenas com o rótulo de cidades, como por exemplo, Gurupá, com os traços característicos de

uma sede municipal, com o título de cidade, pois carecem de funções administrativas, religiosas, infraestrutura básica, escolas, universidades, ginásios esportivos, aeroporto para pouso de avião, serviços permanentemente de energia elétrica, unidades sanitárias (hospitais, postos de saúde), água encanada em todos os domicílios, ou pelo menos torneiras públicas, estação telefônica intermunicipal, agências de correios, bancárias, portos fluviais.

Segundo a ideia de Elias (1994) *estamos em constante processo de evolução na medida dos comportamentos aprendidos*. A partir da inserção do ensino superior nos municípios do interior, o homem aprende a adotar uma nova postura centralizada na visão do coletivo não somente com foco da educação primitiva.

Como afirma Morin (2011)

Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevida da humanidade. A consciência de nossa humanidade, nesta era planetária, deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca, de indivíduo para indivíduo de todos para todos.

As instituições de ensino superior, que até então eram exclusivas de poucos, foram se ampliando através de um acesso massificado trazendo ao sujeito a esperança de uma vida melhor. Essa esperança trouxe as pessoas uma visão de que a educação é um agente transformador social, passando a ser vista como forma de melhoria das condições de vida e até como uma forma de desenvolvimento econômico de um país. Outra relação com a busca da elevada educação, faz com o sujeito procure a educação como forma de almejar novas posições sociais, um meio de adquirir dignidade.

Partindo de um ponto de vista elisiano, observamos como o contexto no qual o indivíduo está inserido transforma-se em um fator até certo ponto determinante para o seu crescimento e desenvolvimento como um todo, enquanto ser social.

O indivíduo através do ensino superior tende a ter perspectiva diferenciada dos demais que estão aquém do conhecimento, a universidade traz ao sujeito a tendência de buscar novas perspectivas através da pesquisa científica, inserindo na sociedade novas maneiras de como interagir no meio em que vivem.

### **Considerações finais**

Numa reflexão preliminar, com base no referencial consultado, pode-se dizer que a presença da universidade nos municípios do interior principalmente no município de Manicoré tem gerado um novo processo civilizador. A mudança de comportamento visto desde o período de ingresso da universidade e o desenvolvimento de atividades que gerem a preocupação com o coletivo tem demonstrado essa reestruturação dos habitantes do município.

A chegada da Universidade do Estado do Amazonas, no ano de 2001, em Manicoré, trouxe ao município uma nova perspectiva seja na evolução pensamento social, seja na absorção de profissionais mais qualificados no mercado local principalmente no setor educacional. Nos seus quase 17 anos de existência no município, ela já formou mais 1000 profissionais, em destaque o PROFORMAR I e II que formou aproximadamente 400 professores que estão atuando seja nas comunidades, ou na cidade nas redes municipais e estaduais.

Outra questão importante é o acúmulo de graduações. Os moradores do município optam por fazer mais de uma graduação, ou seja, a busca de conhecimento visando as mais diversas oportunidades. Muitos desses que acumulam cursos universitários sem ter um objetivo na profissão, fazendo vários cursos por “status”.

As atividades desenvolvidas durante o ensino superior criam no aluno a visão empreendedora em ação do coletivo. Por exemplo, o curso de economia durante os anos de 2010 a 2015 desenvolveu atividades como I a IV semana do economista e I e II Dia da responsabilidade social, onde os alunos ministravam palestras, coletas de alimentos não perecíveis, atividades sociais e recebiam professores da capital que ministravam sobre temas da atualidade.

Após processo de educação muitos dos alunos quando já profissionais utilizam os seus conhecimentos em prol do município. Na verdade, a Universidade ao demandar certos cursos tem a intenção de evitar o êxodo dos municípios para capital e aproveitar os profissionais para que desenvolvessem atividades com mais competência.

Muitos dos profissionais formados pela Universidade, ou foram absorvidos pelo mercado local, ou criaram seu próprio negócio se tornando empregador. Observa-se também uma saída de profissionais após a forma-

ção, muitos indo a capital atrás de oportunidades que não conseguiram no interior. Por exemplo, o curso de economia que finalizou em 2015, dos 38 alunos que formaram: 30% deles migraram para a capital em busca de melhoria curricular (outra graduação, especialização, mestrado, doutorado), ou de oportunidades de trabalho. A maioria desses profissionais que vieram para capital em busca de emprego está trabalhando em lugares que demandam conhecimento abaixo da qualificação que se formaram.

Desse modo é visível à evolução do pensamento social que a universidade traz ao município, seja no desenvolvimento econômico-social, ou na diminuição da saída dos habitantes, afinal através da educação profissional oferecida, os indivíduos passam a enxergar oportunidades no meio onde vivem.

### **Agradecimentos**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona. Ao professor Michel Justamand, pela orientação, apoio e confiança.

A minha mãe, meus irmãos e meu namorado pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha formação, o meu muito obrigado.

### **Referências**

AMAZONAS. Constituição do Estado do Amazonas. Disponível em: [http://www.cmm.am.gov.br/pdf/CE\\_AM.pdf](http://www.cmm.am.gov.br/pdf/CE_AM.pdf) Acesso em: 11 de julho de 2017.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: VALER, EDUA e INPA, 2007.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. Rio de Janeiro: Forense- Universitaria, 1970.

ELIAS. NORBERT. Introdução a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ELIAS. NORBERT. O Processo civilizador vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS. NORBERT. O Processo civilizador vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS NORBERT. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTACIO, Marcos André Ferreira. Universidade do Estado do Amazonas: Uma década de História. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.55.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.55.pdf). Acesso em: 15 de julho de 2017.

Lei n.º 2.637, de 12 de janeiro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade do Estado e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, n. 29.570, p. 1, 12 jan. 2001b. Ano CVII.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TELLES, Tenório. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2005.000255-9 – Parecer – “Amicus Curiae”. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM). Ação Direta de Inconstitucionalidade – Processo nº 2005.000255-9. Manaus: [S.n.], 2010.



# **A construção de uma identidade: do nome social para retificação do Registro Civil no Brasil**

*Keliene Ferreira dos Santos  
Iraildes Caldas Torres*

O Brasil é considerado um país emergente que está em processo de desenvolvimento, os índices que refletem a ascensão social destacam que a escolaridade na sociedade brasileira precisa evoluir em comparação aos países de primeiro mundo. Essa realidade é reflexo da falta de políticas públicas que busquem investimentos para uma educação com qualidade proporcionando a fundamentação de um senso crítico, rompendo assim com a superficialidade dos conhecimentos transmitidos pelas mídias sociais.

No campo da sexualidade o desconhecimento é notório, principalmente quando nos deparamos com uma variante diferente do “normal”, que seria mulher-feminina e homem-masculino conhecidos por cisgênero, em relação a orientação sexual encontram-se no campo da heterossexualidade. Já representações no contexto da homossexualidade, transexualidade, travestilidade entre outros, geram uma repulsa na sociedade, pois fogem do que é estabelecido pela heteronormatividade.

É preciso compreender que não existe um lineamento entre gênero e sexo, apesar que durante todo o contexto histórico eles foram relacionados e interligados. Ser homem ou ser mulher estava diretamente fixado ao órgão genital. É nítido que ainda somos oprimidos por uma cultura resistente as mudanças.

Em contraposição Weeks (2016) ressalta que o sexo é compreendido como as diferenças anatômicas internas e externas do corpo de acordo com as distinções entre homens e mulheres geralmente atribuídas no nascimento e o termo gênero refere-se à distinção social existente entre homens e mulheres. Butler (2016, p. 25) complementa que *a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em ter-*

*mos biológicos, o gênero é culturalmente construído [...], apesar de ser uma construção social o gênero não se apresentará da mesma forma dentro da evolução da sociedade, pois ele será adequado de acordo com o período histórico- cultural.*

Já a orientação sexual é atração afetiva e o desejo do sujeito, ela pode ser assexual com nenhuma atração sexual, bissexual caso aconteça a atração por pessoas de qualquer sexo, heterossexual quando se sente atração por pessoas do sexo oposto, homossexual quando existe atração por pessoas do mesmo sexo e pansexual que se sente atraído/a por todos os gênero (JESUS, 2012).

Ela possui um objeto amplo, o de garantir que ocorra um ato prazeroso e responsável no âmbito da sexualidade, não moralizando ou normatizando comportamentos. É imprescindível compreender que o fato de um sujeito se sentir homem ou mulher, não se encontra vinculado ao sexo biológico e nem tampouco irá determinar sua orientação sexual.

Com isso é possível perceber que nas relações sociais, ser identificado como homem ou mulher, não deve focar apenas nas características sexuais, pois existe algo mais abrangente que determinará a identidade de gênero.

Vivemos em um mundo onde meninas e meninos são normatizados ao gênero que foi determinado ao nascer, essa pedagogia de gênero cria amarras e dificulta o reconhecimento da identidade do sujeito, Louro (2016, 11) salienta que *as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.* Essa pedagogia deveria preparar essa criança para viver livre, sem determinações de padrões heteronormativos afirmando que apenas o sexo biológico é o correto.

Como é de conhecimento a sexualidade foi construída com base na existência de apenas dois sexos masculino e feminino, determinando assim que homem deverá ser masculino e a mulher feminina. Diante disso, as relações sociais são fundamentadas pelas diferenças determinadas entre os sexos, construindo assim seus papéis sociais. De acordo com Butler

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta ‘menino ou menina?’ é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do mundo humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do objeto, em contraposição ao qual próprio humano se estabelece (BUTLER, 2016. p. 162).

O sujeito que apresenta correspondência com o sexo e gênero é reconhecido como cisgênero, pois encontra-se de acordo com as normas de conduta de gênero que são fixas pela sociedade, essas normas exigem que o sujeito esteja vestido e se comporte com o gênero e sexo dentro das regras e que cumpram os papéis sociais (LANZ,2014).

Para Butler (2016) a cultura exige práticas femininas e masculinas, sendo denominado por ela como performatividade, afirmar que gênero é performativo significa dizer que estamos apenas repetindo normas de gênero que foram impostas e que se encontram cristalizadas. Para autora Judith Butler

essa repetição é a um só tempo reencenação e a nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação, a autora complementa ainda que a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária (BUTLER, 2016, p. 242).

Ressalta-se que nem sempre a identidade de gênero de um sujeito terá correspondência com a identidade sexual, podendo nascer com um sexo biológico, porém sentir e pensar como oposto, ou seja, nascer biologicamente homem, mas sentir mulher ou nascer biologicamente mulher e se sentir homem.

Butler (2016) explica que quando o gênero é radicalmente oposto ao sexo permite que haja um processo de flutuação, quer dizer que é possível transitar entre os gêneros, afirmando que é possível [...] *um homem e masculino podem, com facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino* (BUTLER, 2016, p. 26).

A transexualidade precisa ser observada em todas as nuances no que tange aos desdobramentos de gênero, sexualidade e identidade de gênero. Sendo um campo que ainda gera dúvidas na sociedade, primeiramente por não ser possível compreender os conflitos vivenciados por esse segmento.

Na atualidade emerge uma proposta de abordagem pós-estruturalista no âmbito das relações de gênero com o debate é traçado uma abordagem voltada para a desconstrução dos padrões normativos. Trata-se de Judith Butler e a Teoria Queer<sup>1</sup>. Para Miskolci (2012, p. 26), “o queer busca

<sup>1</sup> Queer é um xingamento, um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente

tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’”. Ou seja, o queer é a nova política de gênero. Estamos falando de

gênero como algo cultural, assim, o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, nos dois. Cada um de nós- homem ou mulher – tem gestuais, formas de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos e femininos independentemente do nosso sexo biológico (MISKOLCI, 2012, p. 31).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º diz que *todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*. Ou seja, de religião, raça, sexo ou cor, diante disso, é vetado na sociedade brasileira qualquer tipo de preconceito e/ou discriminação. Mas, o processo de concretização do princípio da igualdade ainda é um desafio, isso é visível quando Diniz (2014, p. 10) afirma que *a travesti, a mulher transexual e o homem transexual, historicamente, são cidadãos incompreendidos pela sociedade, vítimas de todo tipo de humilhação e preconceito, inclusive de crimes de intolerância, que nem ao menos são tipificados desta forma [...]*.

Há uma crescente mobilização na busca pelo reconhecimento dos direitos dos/as transexuais e das travestis. Bento (2014) afirma que em vários países como a Espanha, Argentina, Uruguai e Inglaterra existem exemplos de conquistas de direitos para os/as transexuais, destacando sobretudo o processo de transgenitalização e a mudança dos documentos, já no Brasil surge um diferencial que é a utilização do nome social para pessoas Trans. Trata-se de normas que estabelecem a igualdade de gênero no âmbito de repartições públicas, universidade federais e bancos. O professor Ademir Ramos ativista destaca que

A luta pelo direito à identidade de gênero é muito importante, pois isso impacta no jurídico, o impacto jurídico muda as concepções. Impacta no legislativo e mudam as concepções e as normas gerais, essa questão do preconceito não é uma questão de cor, de biótipo. Não é simplesmente uma questão de sexualidade, implica no direito a propriedade (Entrevista,2017).

---

responsável, mas é importante compreender que é um palavrão, um xingamento uma injúria. Ver Miskolci (2012).

A Constituição Federal de 1988 assegura os direitos individuais e coletivos disponíveis no Capítulo I e alicerçado no Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Estão elencados no artigo 5º os Direitos Individuais e Coletivos com destaque para os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. De acordo com nosso entrevistado,

Nós estamos conquistando isso para criar uma sociedade emancipada criando uma sociedade não mais em cima da propriedade, mas em cima do direito coletivo, porque o direito anterior é um direito individual e agora nós estamos trabalhando o direito coletivo, direito social, isso é importante (Ademir Ramos, entrevista, 2017).

Frente a isso, destaca-se que os direitos sociais constituem-se um marco frente às conquistas dos movimentos sociais no contexto histórico e contemporâneo, possuindo o reconhecimento no âmbito internacional e nacional criando e formalizando diversos documentos. Conforme Paulo e Alexandrino (2012, p. 244), *os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por seu objeto a melhoria das condições de vida hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.*

Todo/a transexual e/ou travestis tem o direito de mover uma ação judicial para adequação do nome civil e o sexo, com o foco de superar os entraves e os desafios que são impostos no cotidiano e que impossibilitam transexuais de utilizar sua identidade de gênero. É importante frisar que o processo é longo e árduo. De acordo com Diniz (2014:38) é deveras humilhante conviver diariamente com situações constrangedoras, que ferem a dignidade de uma pessoa e a faz querer viver despercebida, já que o simples ato de apresentar um documento poderá gerar situação de preconceito.

Para normatizar esse processo e diminuir os transtornos nesse percurso, que em 28 de abril de 2016 a presidente Dilma Rousseff assinou o decreto Nº 8.727 que dispõe do uso do nome social para travestis e transexuais no âmbito de instituições públicas federais buscando o reconhecimento da identidade de gênero.

Frente a um processo de lutas transexuais conseguiram conquistas como a inclusão do nome social no CPF, obedecendo o decreto Nº 8.727/16 e no dia 05 de fevereiro de 2018 a carteira de identidade a partir do decreto Nº 9.278 inclui o nome social sem a exigência de documentação comprobatória, podendo ser solicitado apenas por requerimento por escrito.

Hoje além da portaria do Ministério de Planejamento que contempla a esfera federal, o uso do nome social encontra-se previsto na portaria Nº1.820 de 13 de agosto de 2009 do Ministério da Saúde, essa portaria assegura a utilização do nome de sua preferência, a portaria Nº1.612 de 18 de novembro de 2011 do Ministério da Educação também assegura o direito ao uso do nome social.

O uso de um nome que não corresponde a identidade física de um sujeito é um entrave para inclusão em nossa sociedade. O nome social nem sempre é respeitado nos espaços sociais, causando situações de constrangimento e desrespeito, tal situação pode ser evidências nos campos da educação, saúde, no mercado de trabalho e outros.

Para garantir um direito efetivo, é necessário faz a solicitação para retificação do registro civil que poderá ser feita a qualquer tempo, conforme destaca Tereza Vieira no livro Nome e Sexo: mudanças no registro civil:

Para que se pleiteie a mudança, no que se refere ao ridículo, entendemos não ser necessário que o motivo preexista ao registro, podendo demandar a qualquer tempo, pois não expõe à chacota hoje poderá amanhã sujeitar a isso. Prescreve o art. 5º da Lei de Introdução a Código Civil Brasileiro que: 'Na aplicabilidade da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige às exigências do bem comum'. Não deve a imutabilidade do prenome ser compreendida em caráter absoluto, pois injusto seria se, em homenagem ao texto da lei, se forçasse um indivíduo a usar um prenome capaz de expô-lo ao sarcasmo. As pessoas hão de se conscientizar que a lei é necessária para servir ao homem e não para oprimi-lo. (VIEIRA, 2008, p.129)

A identidade de uma pessoa seja ela transexual e/ou travesti deve ir além dos documentos civis, a sociedade precisa aprender a respeitar a identidade de gênero e é justamente frente a esse processo instigante que ocorre a necessidade de ampliar o debate em torno da temática da transexualidade, buscando quebrar os paradigmas conservadoras que foram estabelecidos dentro da construção histórica da sociedade.

A construção da identidade de gênero pelo/a transexual e pela travesti deve obrigatoriamente ser reconhecida no âmbito do direito, tem por objetivo garantir o direito ao seu nome de acordo com sua fisionomia. O sujeito precisa ter autonomia para autoconstruir-se e autodeterminar-se esses conceitos encontram-se estabelecidos na personalidade. Que para Moureira(2009)

A personalidade é uma construção interdependente ao Direito, uma vez que a partir da relação entre o eu e o não-eu, o Direito desempenha papel constitutivo da personalidade, pois o seu propósito neste particular é garantir a efetividade da liberdade na qual se centra a construção da personalidade. (MOUREIRA, 2009, p. 142).

O nome civil é adquirido no ato que ocorre o Registro de Nascimento seja do menino ou da menina. Miranda (2000, p. 97) enfatiza que impor o prenome *só se opera com o registro do nascimento. Quaisquer outros prenomes, que se tenha usado, ou em participações de nascimento, ou matrículas em escolas, ou passaportes, ou (irregulares) carteiras de identidade, não entram no mundo jurídico e nenhuma eficácia têm.*

Recebemos um nome no nascimento e o levamos até o fim de nossas vidas, pois faz parte da identidade que possuímos, ele não é uma escolha individual, em razão que não é uma escolha pertinente da criança, mas uma deliberação dos pais, isso independe da identidade de gênero da criança. Butler (2016) destaca que ao anunciar para família que é um menino ou uma menina o gênero passa a ser compulsoriamente determinado pelo sexo.

O nome é o identificador de cada pessoa dentro da sociedade, sendo a forma pelo qual homens e mulheres são diferenciados e personalizados, seja em casa, no trabalho, na escola entre outros. Diniz (2014, p. 73) afirma que *o nome da pessoa natural é um sinal exterior mais visível de sua individualidade, sendo através dele que identificamos no seu âmbito familiar e meio social.*

Nenhum cidadão ou cidadã será plenamente completo/a para exercer funções caso seu reconhecimento civil e social sejam negados, pois *quando se nega o direito à identidade de uma pessoa por motivos que trazem conceitos discriminatórios, estamos negando a essência da Constituição do próprio Estado, que é a busca do bem de todos, preconizado no artigo 3º da Constituição Federal (DINIZ, 2014, p. 32).*

No contexto brasileiro tramita na Câmara dos Deputados desde 2013 a PL 5002/2013 (Lei João Nery) que busca garantir à população Trans o reconhecimento da identidade de gênero, assegurando o direito a retificação do registro civil, a liberdade de modificar o corpo e principalmente o direito a defesa à vida. O direito a uma identidade digna é um dos maiores obstáculos vivenciados pela população Trans.

É nítido que até o contexto para retificação do registro civil a pessoa Trans não possui o pleno direito da personalidade, uma vez que seu nome civil atual não representa e nem corresponde a sua identidade real física e emocional. Diante da invisibilidade desse segmento populacional surge a necessidade de criar estratégias de políticas públicas para a retificação do registro civil, garantido assim a integração social, uma vez que a Constituição Federal de 1988 não estabelece requalificação de sexo e gênero.

Na atualidade a jurisprudência e a doutrina passaram a possibilitar a retificação do registro civil tanto para nome quanto para sexo, a facilidade de conseguir um retorno positivo quanto a esse processo é maior quando ocorre a realização da cirurgia de mudança de sexo ou redesignação sexual, ou seja, a adequação entre sexo e gênero. No livro “Direito ao nome da pessoa física”, Amorim afirma que:

a lei deve evoluir com a sociedade, porque é dela que partem os anseios de seus membros, transformando as realidades trazendo na evolução, de modo a dar ao cidadão seus padrões e parâmetros de comportamento, sempre voltados para o bem comum da maioria. (...) No caso do transexualismo, não há norma vigente que regule os comportamentos humanos, a legalidade dos atos cirúrgicos e a mudança de sexo e nome nos documentos pessoais, pelo que o bom senso do julgador, formador da jurisprudência, é de extrema importância para aqueles que tenham pretensão de sofrer modificações físicas e pessoais (AMORIN,2003, p. 62).

Tomando como base o princípio da dignidade da pessoa humana com foco na inviolabilidade da intimidade, a retificação de nome e adequação do sexo na certidão de nascimento do/a transexual e da travesti deveria ser efetivada de forma rápida, porém é notório o conservadorismo que perpassa pela justiça. Ressalta-se que

Alguns Tribunais de Justiça Brasileiros já trataram da retificação do registro civil do transexual, contudo as decisões prolatadas ainda divergem a depender do aspecto regional e cultural. A matéria sobre a retificação do registro civil do transexual muito nitidamente está formando precedentes nos Tribunais de Justiça do Brasil, uns consentido com a alteração, enquanto outros ainda negam, a possibilidade da retificação (DINIZ, 2014, p. 32).

Percebe-se a necessidade de ter uma lei específica que proporcione um embasamento legislativo e jurídico para as retificações dos registros, reconhecendo dessa maneira a identidade Trans, e que possa garantir cidadania a esses sujeitos.

O projeto de Lei N° 5002/13 Lei de Identidade de gênero, conhecido popularmente como Lei João W. Nery, o qual foi apresentado pelos Deputados Federais Jean Willy e Erika Kokay, possui base na Lei de Gênero da Argentina e garante à pessoa transexual e a travestis os seguintes direitos o reconhecimento da identidade de gênero, não necessita de cirurgia, terapia hormonal, diagnóstico médico e psicológico entre outros, tudo ocorrerá no cartório de registro civil.<sup>2</sup>

O Supremo Tribunal Federal- STF decidiu no dia 01 de março de 2018 que pessoas transexuais e transgêneros poderão alterar nome e sexo no registro civil sem a realização de cirurgia para mudança de sexo e sem a necessidade de apresentação de laudo médico. O trâmite ocorrerá por via administrativa não sendo preciso uma autorização judicial. Tal decisão ocorreu frente ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275. Ainda é necessária a publicação no Diário da Justiça Eletrônica.

É evidente que o STF encontra-se assumindo o papel do Legislativo, uma vez que o Poder Legislativo está amarrado em valores conservadores e patriarcais, mostrando-se assim constantemente contrário as reivindicações do direito a retificação do registro civil para população Trans, isso fica evidenciado frente a não efetiva do Projeto de Lei João Nery.

A retificação do nome civil para Trans busca identificar o sujeito dentro da sociedade, garantindo a inclusão e buscando romper todo e qualquer tipo de preconceito. O acesso à cidadania para população Trans no Brasil encontra-se em processo de construção, paulatinamente os direitos começam a ser efetivados, é preciso compreender que transexuais são igualmente sujeitos de direitos que buscam serem reconhecidos como cidadãos.

### **Referências**

AMORIN, José Roberto Neves. Direito ao nome da pessoa física. São Paulo: Saraiva, 2003.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Traduzido por Mateus S. Soares Azevedo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de

---

<sup>2</sup> Ver PL N° 5002/2013.

Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 291 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 1).

BRASIL. Ministério da Saúde de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília; 1ed. Ministério da Saúde, 2013.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DINIZ, Máira Coraci. Direito à não discriminação: Travestilidade e Trasexualidade. São Paulo: Estúdio Editores, 2011.

JESUS, Jaqueline. Orientações sobre Identidade de gênero: Conceitos e termos. Publicação online sem tiragem impressa. Brasília: Autor, 2012.

LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

LOURO, Guacira Lopes et al. (Coord.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pondes de. Tratado de direito privado: vol. VII. Campinas: Bookseller, 2000.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica/Editora: UFOP, 2012.

MOUREIRA, Diogo Luna Pessoas: a co-relação entre as coordenadas da pessoalidade e as coordenadas da personalidade jurídica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo descomplicado. São Paulo: Método, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria Útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino dabat, Maria Betânia Avila. Recife: SOS corpo, 1991. Original 1989.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Nome e sexo: Mudança no Registro civil. São Paulo: Atlas, 2008.

WEEKS, Jeffrey. *Invented moralities: sexual vacues in na age ofuncertainty*.  
Nova York: Columbia University Press, 2016.



# Valor econômico da floresta da Universidade Federal do Amazonas em Manaus (AM) pelo método contingente

*Matheus de Oliveira Dutra*

*Elias Simão Assayag*

*João Bosco Ladislau de Andrade*

## **1. Introdução**

As alterações compelidas pelo homem ao meio ambiente transcendem desde os primórdios da humanidade. No entanto, constatou-se no cenário atual a influência dessas mutações sobre o panorama econômico, despertando assim o limiar das discussões em torno das questões ambientais dentro da perspectiva econômica. Em verdade, o tema instalou-se em uma posição de destaque desde a imposição à sociedade de um padrão de produção/consumo intenso e respectivos impactos ambientais.

A notoriedade e a relevância que tomaram as especulações sobre as questões ambientais, principalmente no que tange ao uso consciente dos recursos naturais, têm concebido uma perspectiva diferente sobre o uso das florestas. As florestas deixam, então, de serem vistas como meios de obtenção de renda por meio da extração de recursos naturais, e passam a garantir o bem-estar dos indivíduos, ou seja, passam para a esfera dos recursos ambientais. Portanto, os benefícios indiretos que as florestas oferecem ao homem são de grande valor, pois têm forte influência sobre a qualidade da água, do ar, do solo e das paisagens, permitindo que as comunidades, por exemplo, desenvolvam saudáveis momentos de recreação e lazer (SCHUMACHER e HOPPE, 1997).

Na Amazônia, o lar da maior floresta tropical do mundo que é a Floresta Amazônica, outra floresta também se destaca: ela é a floresta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), situada em Manaus (no estado do Amazonas – AM) e se constitui no terceiro maior fragmento florestal em perímetro urbano do mundo.

A floresta da UFAM presta serviços ambientais importantes, especialmente para os habitantes da cidade de Manaus. Contudo, para assegurar os serviços e as funções econômicas, ecossistêmicas e sociais dessa floresta é necessário que haja o manejo sustentado. Uma possível forma de viabilizar, e efetivar, tal processo é utilizando métodos de valoração ambiental como instrumento de gerenciamento e estabelecimento de políticas de ação para esse ativo ambiental. Em vista disso, levantou-se a seguinte questão: A estimação de um valor econômico para a floresta da UFAM, por intermédio do Método de Valoração Contingente (MVC), auxilia nas tomadas de decisões e na formulação de políticas de manejo, servindo de instrumento de gestão pública desse ativo ambiental?

Por pressuposição, partiu-se da concepção que tal avaliação, embora viesse a apresentar algumas incertezas (derivadas do método elegido e/ou do momento financeiro vivenciado pela população manauara), ainda assim, poderá ser útil para a elaboração de futuras políticas ambientais, além de contribuir com futuras pesquisas acadêmicas. Por conseguinte, o presente artigo tem como objetivo geral prospectar um valor econômico para a floresta da UFAM e estimar a função de disposição a pagar pela preservação do referido ativo.

## **2. Valoração Econômica de Recursos Ambientais**

Sustentar um recurso natural significa fazê-lo perpetuar, persistir, manter sua existência e fazer com que resista sob a restrição de um dado padrão de vida desejado, menciona Pearce e Turner (1990). Ademais, a partir de Romeiro e Maia (2011) extrai-se que para a economia ambiental todo o meio ambiente é passível de valoração monetária, incluindo as estruturas ou funções ecossistêmicas que não são geradoras de bens e serviços ecossistêmicos, ou seja, que não possuem um valor de uso.

Nesse contexto, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual se baseia na interrelação do tripé meio ambiente, atividades econômicas e bem-estar social, beneficiando não somente as gerações presentes, mas também as gerações futuras. Diante dessa ótica de desenvolvimento, alerta-se à importância da gestão dos ativos ambientais e, para isso, é necessário a determinação do valor econômico destes ativos e das funções que estes desempenham visando a promoção do bem-estar da sociedade (SOUZA e MOTA, 2006). A sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico

ao longo prazo depende da capacidade humana de entender esse contexto e preservar o equilíbrio dos sistemas naturais e sociais dos quais todos dependemos (BOECHAT, 2007). Sendo assim, primeiro deve-se perceber que o valor econômico dos bens ambientais é derivado de todos os seus atributos e, segundo, que estes atributos podem estar ou não associados a um uso. Dessa forma, o consumo de um recurso ambiental se realiza via uso e não-uso. Já no que compreende a determinação do valor econômico de um recurso ambiental, pode ser feita a partir comparação do valor deste em relação a outros bens ou serviços disponíveis na economia (MOTTA, 1997).

O processo de valoração econômica de recursos ambientais deriva de dados e informações precisas que fomentam um conjunto de técnicas e métodos que têm o propósito de mensurar o valor econômico de bens e serviços ambientais. O ativo ambiental, dentro dessa conjuntura de ideias, pode ter seu valor mensurado pela disposição dos agentes econômicos a pagar pela existência desse bem e pelos demais serviços provenientes da sua preservação e manutenção.

A valoração econômica de recursos ambientais fundamenta-se pela aferição dos valores dos benefícios socioeconômicos provenientes da utilização ou da existência dos recursos naturais. Sua análise é tida como uma metodologia interdisciplinar, onde estudiosos de diversas áreas têm se empenhado em aplicar metodologias com a finalidade de se estimar o valor de recursos naturais (TAFURI, 2008). Por meio dela são desenvolvidos diversos parâmetros para políticas públicas ambientais, para processos relativos aos danos causados a bens naturais e para a inclusão de contas ambientais no sistema de contabilidade de uma nação (GORI, 2002; OLIVEIRA FILHO, 2004).

### **2.1 Valor Econômico Total (VET)**

O Valor Econômico Total (VET) de um recurso ambiental é aquele que compreende a soma dos Valores de Uso e do Valor de Existência do recurso ambiental, este último algumas vezes também chamado de Valor de Não-Usado. Valores de Uso compreendem a soma dos Valores de Uso Direto, Valores de Uso Indireto e Valores de Opção (ORTIZ, 2003).

Merico (1996) defende que o Valor Econômico Total (VET) de um recurso consiste em seu Valor de Uso (VU) e em seu Valor de Não-Usado (VNU), de forma que o Valor de Uso pode ser decomposto em Valor de Uso

Direto (VUD), Valor de Uso Indireto (VUI) e Valor de Opção (VO), já o Valor de Existência (VE) está agregado ao Valor de Não-Uso.

Assim uma expressão para o Valor Econômico Total (VET) de um recurso ambiental pode ser representada da seguinte forma (Equação 1):

$$VET = (VU + VNU) \quad (1)$$

De modo, que a Equação 1 também possa ser expressada pela (Equação 2):

$$VET = (VUD + VUI + VO) + VE \quad (2)$$

Todos os valores que compõem o VET são perceptíveis no meio ambiente. Entretanto, os valores de existência devem ser apurados e tratados com cautela, visto que derivam da percepção de agentes econômicos.

O Valor de Uso Direto (VUD) é determinado pela contribuição direta que um recurso natural faz para o processo de produção e consumo. São exemplos de recursos naturais com que possuem preço observável no mercado: madeira, minerais, peixes, entre outros (MÉRICO, 1996). O Valor de Uso Indireto (VUI) engloba os benefícios derivados dos serviços que o ambiente proporciona para suportar o processo de produção. Neste caso, não há preços observáveis no mercado, embora sua existência seja imprescindível para o funcionamento da economia. Integra-se como exemplos a regularização climática, o ciclo hidrológico, as funções da diversidade etc. (MÉRICO, 1996). O Valor de Opção (VO) de um recurso ambiental é a disposição a pagar de um indivíduo pela opção de usar ou não o recurso no futuro. Os usos futuros podem ser diretos ou indiretos, como, por exemplo, o benefício advindo de fármacos desenvolvidos com base em propriedades medicinais ainda não descobertas de plantas existentes nas florestas (MOTTA, 2006). Por fim, o Valor de Existência provém da satisfação provocada pelo mero conhecimento de que dado recurso ou ecossistema existe, embora não haja intenção, nem potencial, de utilizá-lo (MÉRICO, 1996).

## 2.2 Método de Valoração Contingente

O Método de Valoração Contingente (MVC) busca estimar monetariamente o impacto no nível de bem-estar dos indivíduos decorrente de uma variação quantitativa ou qualitativa dos bens ambientais (MOTTA, 2006). A aplicabilidade do Método de Valoração Contingente (MVC) tem crescido bastante no decurso da última década, visto que é a única técnica capaz de captar o valor de existência (MOTTA, 1997). O Método de Valoração Contingente possibilita o pesquisador a criar um novo mercado, onde é possível incluir variáveis julgadas relevantes. Por meio de um mercado hipotético é possível avaliar diretamente a disposição a pagar (DAP) dos agentes econômicos, a partir do questionamento feito diretamente a estes, ao invés de se observar dados de mercados correlatos com o bem ambiental analisado.

Conforme explica Ortiz (2003), o método de valoração contingente consiste na utilização de pesquisas amostrais junto aos indivíduos para mensurar suas preferências em relação a bens não negociados mercadologicamente. Nesse sentido, no caso da valoração ambiental, aplica-se este método estruturando uma pesquisa de campo por meio de questionário direto em que se apresenta aos agentes econômicos um cenário hipotético de variação em um recurso ambiental específico, questionando-os a respeito do valor que estes estariam dispostos a pagar (DAP) para evitar tal variação ou da compensação que estariam dispostas a aceitar (DAA) em face de tal alteração. Ao obter tais preferências de disposição a pagar ou a aceitar, o MVC, com as amostras pesquisadas, consegue estimar estatisticamente o valor que as pessoas imprimem ao um dado recurso ambiental, ainda que não o utilizem direta ou indiretamente, ou sequer venham algum dia a fazê-lo (ORTIZ, 2003).

Motta (1997) afirma que se busca simular cenários cujas características estejam as mais próximas possíveis das existentes no mundo real, de modo que as preferências reveladas nas pesquisas reflitam decisões que os agentes tomariam, de fato, caso existisse um mercado para o bem ambiental descrito no cenário hipotético.

Entretanto, assim como toda metodologia, o MVC conduz pontos fortes e pontos fracos. A crítica em torno da técnica consiste na sua limitação em captar aspectos de valor ambiental que os indivíduos pesquisados não compreendam, ou que desconheçam. Fato que interfere nas respostas

obtidas por meio quer seja das entrevistas, dos formulários ou de questionários que venham a ser aplicados, de forma que podem não expressar a verdadeira DAP ou DAA caso estejam viesadas para alguma direção específica. Isso ocorre quando os entrevistados não relatam sua verdadeira DAP/DAA, ou quando o questionário/formulário induz a determinadas respostas e quando há compreensão equivocada dos cenários apresentados (MOTTA, 1997). É possível evitar tal viés por meio do desenho do formulário/questionário e da amostra e, desse modo, obter aproximações confiáveis da DAP da população por um dado recurso ambiental.

### **3. Materiais e Métodos**

O presente estudo realizado classifica-se, quanto aos objetivos, como descritivo e explicativo e, quanto aos procedimentos para coleta dos dados, estes foram derivados de fonte primária, obtidos a partir de formulários aplicados aos indivíduos, nos meses de agosto e setembro de 2017, no local da pesquisa.

#### **3.1. Local da pesquisa**

O Campus Senador Arthur Virgílio Filho, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que fica na cidade de Manaus é o terceiro maior fragmento nativo de floresta do mundo e o maior do Brasil, perfazendo uma área total de 6,7 milhões de metros quadrados. A área do campus pertence à Área de Proteção Ambiental - APA UFAM. A APA foi criada pelo Decreto N.º 1.503 de 27/3/2012, totalizando 759,15ha, englobando fragmentos florestais do INPA, UFAM, Parque Lagoa do Japiim e área verde do Conjunto Acariquara.

O acesso ao Campus se dá apenas pela Avenida General Rodrigo Otávio. Possui aproximadamente 7,0 km de extensão de estrada (Prefeitura do Campus, 2017), sendo 800 metros à distância da Avenida General Rodrigo Otávio até o Setor Sul (Mini Campus) e 3,6 km até o Setor Norte, utilizando as paradas internas do Campus como marcação desses intervalos de distância.

Os serviços ambientais desempenhados pela floresta da UFAM afetam direta e indiretamente a população humana, uma vez esta área pode minimizar os impactos do clima, conservar energia, reduzir a emissão de carbono, facilitar o escoamento das águas da chuva, reduzir a poluição so-

nora, além de proteger a fauna silvestre. Quando se trata de atividades, a área permite o turismo ecológico, atividades de educação ambiental e recreação, caminhadas e trilhas, prática esportiva, entre outras.

### **3.2. Amostragem**

Tendo em vista que neste estudo busca-se prospectar um valor econômico de um bem natural por meio da DAP dos usuários, ressalta-se a importância de delimitar uma população representativa, empregando-se técnicas de amostragem, para desta forma evitar erros nos resultados obtidos do método de valoração ambiental.

Para falar sobre as técnicas de amostragem, precisa-se do entendimento dos conceitos de população e amostra. Amostragem se dá através da especificação da população a ser estudada que pode ser precisa evitando erros (MALHOTRA, 2012).

Quando se faz um estudo, na maioria das vezes, é difícil de abranger todos os elementos da população, assim utilizamos uma amostra dela. A estatística fornece meios que generalizam de forma segura a inferência de uma amostra para a população (CORREA, 2003). Ainda segundo este mesmo autor, e na mesma obra, é importante que os dados partam de fontes confiáveis e que as coletas sejam através de métodos adequados, obtendo assim uma amostra representativa da população.

Encontram-se diversos métodos de amostra de probabilidade, dentre as principais: Amostragem Aleatória Simples, Amostragem Estratificada e Amostragem Sistemática.

A Amostragem Aleatória Simples consiste inicialmente na delimitação de uma população-alvo, a partir disto avaliam-se alguns pontos, tais como: cobertura excessiva, cobertura de agrupação, e falta de cobertura. Em caso de identificação desses itens, fazem-se os ajustes necessários para que não se tenha dados insatisfatórios e, assim, é possível determinar o tamanho da amostra, bem como selecionar aleatoriamente elementos da população.

No trabalho utilizou-se a Amostragem Aleatória Simples, haja vista que é um processo onde cada elemento da população tem probabilidade conhecida, diferente de zero e idêntica à dos outros elementos de ser selecionado para fazer parte da amostra (MALHOTRA, 2012).

### 3.3. Determinação da amostra e Coleta de dados

A fim de conhecer o comportamento dos indivíduos com 95% de confiabilidade e 10% de erro para suas estimativas, e por exigir a presença do aplicador, foram elaborados dois formulários, identificados como Valoração Econômica da Floresta da UFAM – Disposição a Pagar Induzida e Valoração Econômica da Floresta da UFAM – Disposição a Pagar Espontânea, respectivamente, cada um deles com seis (6) questões as quais foram aplicadas a dois grupos de amostras com 101 pessoas cada, perfazendo assim uma população total de 202 indivíduos efetivamente pesquisados. Para estimar um valor para a floresta da UFAM, para o qual se optou pela utilização do Método de Valoração Contingente (MVC), mediante o mecanismo Disposição a Pagar (DAP), a disposição na forma induzida foi identificada na pesquisa como DAP 1 e a espontânea foi denominada de DAP 2.

Para se chegar ao número da amostra mínima partiu-se de uma amostragem aleatória simples descrita pela (Equação 3) :

$$n = \frac{N(z\alpha s)^2}{\left(\frac{z\alpha s}{2}\right)^2 + N\epsilon^2} \quad (3)$$

Onde:

n = Número de indivíduos na amostra;

N = Tamanho da população;

Z $\alpha$ /2 = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

S = Desvio-padrão populacional da variável estudada;

$\epsilon$  = Erro de estimação.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) dispõe de 80 cursos de graduação e 39 de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado. Nestes cursos encontra-se o registro de aproximadamente 17.816 usuários diretos, dentre alunos e servidores, apenas no campus Senador Arthur Virgílio Filho, situado em Manaus (AM).

A partir da população ( n ) que foi estimada em 17.816 indivíduos, que é o número de usuários diretos da Universidade, e consequentemente da Floresta da UFAM, segundo dados da Pró-reitora de Gestão de Pessoas – PROGESP/UFAM. Adotou-se o valor crítico de 1,96 e o des-

vio-padrão de 0,5, obtido a partir da variância máxima, associados ao grau de confiança na amostra, e o erro de estimação foi definido 10%, com base em estudos que utilizaram valor semelhante. Substituindo esses valores na Equação 3, obteve-se uma amostra mínima correspondente a 96 pessoas.

Contudo, realizou-se um total de 202 entrevistas, uma vez que se optou por utilizar dois modelos de formulário, de forma que o cenário que continha o ativo natural fosse o mesmo, entretanto de modo que a DAP utilizada diferísse em DAP 1 e DAP 2, originadas a partir de valores induzidos e espontâneos, respectivamente, fornecidos pelos usuários, em função das variáveis socioeconômicas.

Para cada modelo de formulário realizaram-se 101 entrevistas, onde o formulário que elenca a Disposição a Pagar de forma induzida obteve aceitação de 97 entrevistados, e quatro (4) indivíduos abstiveram-se de participar. Já através do formulário que atesta a DAP espontânea foram obtidos 99 adeptos, no qual dois (2) indivíduos recusaram-se a ser submetidos ao formulário, entretanto, a abstenção dos membros não comprometeu a consistência metodológica da análise, visto que o número mínimo da amostra para obtenção de um resultado considerado admissível consistia em 96 indivíduos.

Através da aplicação dos formulários pode-se obter, com análises estatísticas, a porcentagem dos usuários que estariam dispostos a pagar pela Floresta da UFAM, e o valor da contribuição média. Conforme Ortiz (2003) a aplicação do MVC pode ser sintetizado em três etapas: a primeira consiste na formação do cenário ou do mercado hipotético que será proposto ao entrevistado, por meio de um formulário, descrevendo o ativo natural a ser mensurado; a segunda etapa é a realização da pesquisa de campo através da aplicação do formulário, para a coleta das disposições individuais a pagar (DAP); e por fim, o tratamento dos dados coletados pelo cálculo da disposição média a pagar, multiplicando-a pela população alvo da pesquisa.

Para o cálculo das DAPs médias, utilizou-se a (Equação 4) aplicada por Tafuri (2008) em sua pesquisa, a qual valorou o Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), em Minas Gerais:

$$DAP_m = [i=1 \sum^y DAP * (ni/N)] \quad (4)$$

Sendo:

$DAP_m$  = Disposição a pagar média;

DAP = Disposição a pagar;

$ni$  = Número de entrevistados dispostos a pagar;

$N$  = Número total de pessoas entrevistada;

$y$  = Número de intervalos relativo às respostas quanto as DAPs;

$i$  = Um dos intervalos relativos às respostas quanto as DAPs.

Por fim, foram analisados estatisticamente, no *software* R e Excel, os dados obtidos com os formulários, a fim de verificar variáveis e informações para o decurso do estudo.

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1 Determinação da Disposição a Pagar média de forma induzida (DAP 1)

Analisando-se os formulários aplicados do tipo 1, que exprimem a DAP média induzida dos entrevistados, confirmaram a disposição a pagar pela preservação da Floresta da UFAM em um total de 57 alunos, o que representa 58,76% dos entrevistados.

A tabela 1 expõe a tabulação dos dados obtidos a partir da aplicação do formulário 1, de onde se obteve a Disposição a Pagar média (DAP<sub>m</sub>), sendo:

DAP = Disposição a pagar;

$ni$  = Número de entrevistados dispostos a pagar;

$N$  = Número total de pessoas entrevistadas.

<b>CÁLCULO DA DISPOSIÇÃO A PAGAR MÉDIA (DAPm) – DAP 1</b>			
<b>DAP em (R\$)</b>	<b>ni</b>	<b>ni/N</b>	<b>DAP*ni/N (DAPm)</b>
0,00	40	0,4124	0
5,00	4	0,0412	0,21
10,00	12	0,1237	1,24
15,00	6	0,0619	0,93
20,00	16	0,1649	3,30
35,00	7	0,0722	2,53
50,00	12	0,1237	6,19
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>1,0000</b>	<b>R\$ 14,38</b>

**Tabela 1:** *Cálculo da Disposição a Pagar Média de forma induzida.*

**Fonte:** *Elaborada pelo autor (2017).*

A aplicação do formulário que elenca a DAP de forma induzida permitiu constatar a Disposição a Pagar média dos usuários diretos, pelas funções ambientais da Floresta da UFAM, como sendo de R\$ 14,38/indivíduo, ao ano, partindo de uma amostra de 97 indivíduos. Destaca-se que, ao considerar somente os valores diferentes de zero e desconsiderar os valores iguais a zero, ou seja, desconsiderar a não disposição a pagar por parte dos usuários, o valor da Disposição a Pagar média subiria para R\$ 24,47, elevando o valor econômico total da floresta de R\$ 256.219,79 para R\$ 436.023,16.

Para obtenção do Valor Econômico Total (VET), utilizou-se a multiplicação da DAP média pelo número total de usuários diretos do campus pois, conforme a UFAM, esta classe representa um contingente de 17.816 pessoas e dentre esses estão: docentes, discentes e funcionários.

Dos 57 entrevistados que apresentaram disposição a pagar, o valor de R\$ 20,00 foi escolhido por 16 entrevistados, o equivalente a 16,49%, o que o revelou como o valor de preferência pelos indivíduos. Em seguida os valores de R\$ 10,00 e R\$ 50,00 se mostraram os mais recorrentes, com uma preferência de 12 entrevistados cada, o que representa uma frequência de cada um dos valores de 12,37%. Já os valores de R\$ 5,00, R\$ 15,00 e R\$ 35,00 se apresentaram com uma recorrência menor, representados pelas frequências relativas de 4,12%, 6,19%, e 7,22%, respectivamente.

Os 40 entrevistados que não apresentaram Disposição a Pagar pela manutenção das funções, apresentaram justificativas para não-DAP. Avaliando-se os dados coletados, percebe-se que a maior parte dos usuários que não está disposta a pagar, cerca de 70%, declarou que a indisposição parte do motivo pelo qual afirma que é de competência do governo a manutenção das funções ambientais da Floresta da Universidade Federal do Amazonas. Levando-se em consideração que uma grande quantidade de impostos já é paga pela sociedade, a implantação de mais uma tributação desenvolve um sentimento de rejeito por parte dos usuários, os quais reconhecem as funções desenvolvidas pela floresta, no entanto não veem acréscimos de benefícios com o pagamento de algum valor. Dentre o restante dos indivíduos que não se apresentaram dispostos a pagar 20% externou como motivo a dificuldade financeira pessoal, e os outros 10%, não têm interesse.

#### **4.2 Determinação da Disposição a Pagar média de forma espontânea (DAP 2)**

Corroborando com as diretrizes teóricas, o questionário 2, que apresenta a DAP média dos usuários de forma espontânea, apresentou um número menor de entrevistados dispostos a pagar pela manutenção da Floresta da UFAM do que os entrevistados do questionário 1, haja vista que de um total de 99 entrevistados, 44 (o equivalente a 44, 44% da amostra) afirmaram estar Dispostos a Pagar.

Para uma análise mais sucinta dos questionários aplicados do tipo 2, que evidenciam a Disposição a Pagar de forma espontânea, montou-se a tabela 2, que demonstra o cálculo da DAP média sob esta forma.

CÁLCULO DA DISPOSIÇÃO A PAGAR MÉDIA (DAPm) – DAP 2			
DAP em (R\$)	ni	ni/N	DAP*ni/N (DAPm)
0,00	55	0,5670	0,00
5,00	1	0,0103	0,05
10,00	6	0,0619	0,62
15,00	3	0,0309	0,46
20,00	6	0,0619	1,24
25,00	1	0,0103	0,26
30,00	4	0,0412	1,24
50,00	5	0,0515	2,58
70,00	1	0,0103	0,72
83,33	1	0,0103	0,86
100,00	11	0,1134	11,34
120,00	1	0,0103	1,24
200,00	1	0,0103	2,06
299,00	1	0,0103	3,08
400,00	1	0,0103	4,12
600,00	1	0,0103	6,19
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>1,0000</b>	<b>R\$ 36,05</b>

**Tabela 2:** *Cálculo da Disposição a Pagar Média de forma espontânea.*

**Fonte:** *Elaborada pelo autor (2017).*

Constata-se que a Disposição a Pagar média dos usuários da Floresta da Universidade, é de R\$ 36,05/indivíduo, ao ano, considerando uma amostra de 99 indivíduos. Ao desconsiderar os valores iguais a zero, que remetem a não-Disposição a Pagar por parte dos usuários, o valor da DAP média passa a ser de R\$ 79,48. Assim, o Valor Econômico Total (VET) da Floresta da UFAM, a partir da multiplicação da DAPm encontrada no questionário 2 pelo número de usuários estimados, passa a ser de R\$ 642.354,96 quando levado em conta a não-Disposição a Pagar dos usuários, e R\$ 1.416.100,71 quando desconsiderada a não DAP dos entrevistados.

Em complemento a análise da DAPm foram analisados os motivos externados pelos 55 usuários que apresentaram a não-Disposição a

Pagar pela preservação ambiental do fragmento Florestal da Floresta da UFAM. Cerca de trinta e seis (36) entrevistados, equivalentes a 65,45% do grupo que não apresentou Disposição a Pagar para preservar a Floresta da UFAM, apontaram como principal motivo para o não pagamento de um valor, a justificativa que externa como competência do governo tal responsabilidade. Em seguida, a justificativa mais citada se trata dos motivos financeiros, com 14 adeptos, equivalente a 25,45% da amostra. E por consequente, o motivo menos evidenciado foi o que não se teria interesse, com apenas 5 entrevistados, o que corresponde a 9,09% dos indivíduos.

#### **4.3 Cruzamento de dados da DAP 1 e DAP 2**

Associando-se os valores obtidos da DAP induzida e da DAP espontânea, nota-se que os usuários apresentaram R\$ 5,00 como sendo o valor mínimo e R\$ 600,00 como sendo o valor máximo a serem pagos anualmente. Quanto a quantidade de usuários que manifestaram estarem dispostos a pagar, a DAP 1 apresentou melhores indicadores em relação a DAP 2, aproximadamente 14,32% a mais de indivíduos. Quanto aqueles usuários que manifestaram valores de uma DAP nula, a DAP 2 apresentou um valor 13,82% maior que a DAP 1 .

Percebe-se que, o número de entrevistados que afirmaram a Disposição a Pagar pela manutenção do ativo ambiental é maior quando o formulário aborda a questão induzindo valores a serem pagos. Assim, nota-se que em ambos os casos os indivíduos estão dispostos a pagar, entretanto quando já existe um valor proposto, os usuários tendem a aceitar mais facilmente.

Comparando-se o valor da DAP média obtida no formulário 2 com o valor alcançado no formulário 1, nota-se um aumento de mais de 100% no valor da Disposição a Pagar média, portanto uma disparidade equivalente a R\$ 55,01 quando desconsiderada a DAP nula, e R\$ 21,67 quando levada em consideração a DAP nula dos entrevistados. Vale ressaltar que no formulário 1, que elenca a DAP de forma induzida, foram obtidas mais respostas positivas do que negativas. No entanto fica evidenciado que quando não há indução a valores, apesar da menor aceitação, os usuários com interesse e disposição a pagar optam a pagar valores mais altos.

#### 4.4 Análise dos aspectos socioeconômicos

No que tange às variáveis socioeconômicas dos usuários, analisou-se a idade, escolaridade e o gênero (Tabela 3).

INDICADORES	DAP 1		DAP 2	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
IDADE MÉDIA (ANOS)	21,8	23,8	22,9	24,9
ESCOLARIDADE	Ensino Médio e Ensino Superior	Ensino Fundamental e Ensino Médio	Ensino Médio e Ensino Superior	Ensino Fundamental e Ensino Médio
SEXO MASCULINO (%)	52,63	52,50	45,45	50,91
SEXO FEMININO (%)	49,12	47,50	54,55	49,09

**Tabela 3:** Indicadores socioeconômicos dos usuários.

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2017).

Pode-se observar na Tabela 3 que os indicadores socioeconômicos são variáveis que influenciam na Disposição a Pagar dos usuários. Deduz-se também, pela Tabela 3, que o grau de escolaridade influencia diretamente na DAP média, ou seja, quanto maior o nível de instrução do entrevistado, maior sua Disposição a Pagar. O indicador escolaridade (Tabela 4) obedece a uma escala que varia de 1 a 3, sendo: 1-Ensino Fundamental, 2-Ensino Médio, 3-Ensino Superior.

ESCALA	N.º DE ENTREVISTADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	DAP 1		DAP 2		
		(%)	DAPm	(%)	DAPm	
1	4	4,12	R\$ 5,00	4	4,04	R\$ 5,00
2	74	76,29	R\$ 15,41	76	76,77	R\$ 37,88
3	19	19,59	R\$ 12,37	19	19,19	R\$ 31,49

**Tabela 4:** Variável socioeconômico Escolaridade.

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2017).

A tabela 4 relaciona os valores de DAPm quanto ao grau de escolaridade, e nela percebe-se em ambas as formas de DAP que os entrevistados com Ensino Médio e Ensino Superior ofertam valores maiores do que os entrevistados que só possuem o Ensino Fundamental, confirmando a tese de (TAFURI, 2008), onde tratou a escolaridade como o indicador causador da maior disparidade da DAP entre os indivíduos.

Quanto a idade dos usuários, para fins de análise elaborou-se a Tabela 5, em faixa etária de 10 em 10 anos, de forma que evidencia-se a faixa etária com maior DAP média.

CLASSE	DAP 1			DAP 2			
	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	N.º DE ENTREVISTADOS POR FAIXA ETÁRIA	(%)	DAPm (R\$)	N.º DE ENTREVISTADOS POR FAIXA ETÁRIA	(%)	DAPm (R\$)
1	ATÉ 20	41	42,27	17,44	37	37,37	26,08
2	21 -30	49	50,52	13,37	50	50,51	48,05
3	31-40	3	3,09	0,00	5	5,05	24,00
4	41-50	2	2,06	2,50	2	2,02	0,00
5	51-60	2	2,06	10,00	5	5,05	2,00
<b>TOTAL</b>		<b>97</b>	<b>100</b>		<b>99</b>	<b>100</b>	

**Tabela 5:** Variável socioeconômico Idade.

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2017).

Observa-se na Tabela 5 que quando a DAP foi induzida, a faixa etária com maior Disposição a Pagar média foi a que agrupou os usuários com até 20 anos. Quando a DAP é espontânea, a faixa etária que revelou a maior DAP média foi a de 21-30, seguida dos jovens de até 20 anos. O que contempla o estudo realizado por Gori (2002), onde a tendência pela Disposição a Pagar é percebida pelos mais novos, os quais, normalmente, são iniciantes na universidade e, conseqüentemente, mais propícios a participar de novos projetos.

Salientam-se as circunstâncias em que a pesquisa foi desenvolvida, onde se procurou utilizar como população os usuários diretos da Universidade Federal do Amazonas (Tabela 6), sendo as entrevistas realizadas

somente nas dependências do campus, o qual conta principalmente com alunos com idade média abaixo dos 30 anos em seu contingente, fato vinculado aos dados coletados e que fica evidenciado nos resultados.

VOCÊ ESTUDA OU TRABALHA NA UFAM?	DAP 1		DAP 2	
	N.º DE ENTREVISTADOS POR USO DA UFAM	PERCENTUAL (%)	N.º DE ENTREVISTADOS POR USO DA UFAM	PERCENTUAL (%)
SIM	83	85,57	85	85,86
NÃO	14	14,43	14	14,14
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>100,00</b>	<b>99</b>	<b>100,00</b>

*Tabela 6: Classificação de usuários quanto ao uso direto da Floresta da UFAM.*

*Fonte: Elaborada pelo autor (2017).*

Os dados da tabela 6 revelam que a maior parte dos entrevistados tanto na DAP 1, quanto na DAP 2, ou estuda ou trabalha na UFAM, sendo classificados como usuários diretos. Os demais também podem ser classificados como usuários diretos do Campus da Universidade Federal do Amazonas, haja vista que estavam utilizando-se das dependências da mesma.

Por fim, a última variável analisada trata-se do gênero dos entrevistados. A pesquisa demonstrou que não foram observadas grandes diferenças na Disposição a Pagar de homens e mulheres, em ambos os formatos de DAP (Tabela 7).

Sexo	DAP 1				DAP 2			
	Nº de entrevistados dispostos a pagar	Per- centual (%)	Nº de entrevistados não dispostos a pagar	Per- centual (%)	Nº de entrevistados dispostos a pagar	Per- centual (%)	Nº de entrevistados não dispostos a pagar	Per- centual (%)
Femini- no	28	49,12	19	47,50%	21	47,73	27	49,09
Mascu- lino	29	50,88	21	52,50	23	52,27	28	50,91
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>100,00</b>	<b>40</b>	<b>100,00</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>	<b>55</b>	<b>100,00</b>

**Tabela 7:** Variável socioeconômica Gênero.

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Possivelmente, desconsiderando-se o cenário hipotético, outras questões seriam levadas em conta pelo decisor, tais como sentimentos, ou percepções sobre o funcionamento da Floresta do Campus da UFAM. Por outro lado, os fatores apresentados para os entrevistados durante a pesquisa dificilmente seriam deixados de lado em um cenário real.

### Conclusão

Os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados. Mensuraram-se valores que os usuários da UFAM estariam dispostos a pagar (DAP) pela manutenção de funções ambientais do Fragmento Florestal contido na universidade, através da aplicação do Método de Valoração Contingente (MVC) nas entrevistas com os usuários.

Os métodos de valoração ambiental são ferramentas de auxílio para atribuir um valor monetário a determinado conjunto de bens ou serviços ambientais. Assim como os demais métodos de valoração econômica, o MVC apresenta algumas vantagens e deficiências. Contudo, o método de valoração contingente é o mais amplamente utilizado, devido não só a sua flexibilidade, mas também pela sua capacidade de estimar um valor econômico total por meio de mercados hipotéticos, simulados através de questionários.

A valoração econômica de ativos ambientais nas operações e em tomadas de decisão é um fator estratégico, que pode constituir indicadores importantes para o avanço da gestão de recursos ambientais, sejam estes

públicos ou privados. A atribuição de valores a bens e serviços ambientais é uma forma de tornar possível medidas e políticas de conservação/preservação dos recursos naturais. A prospecção de um valor pelas funções ambientais do Fragmento Florestal da UFAM não somente atestou que tais serviços podem gerar ativos e, conseqüentemente, diminuir despesas por parte da instituição, mas também confirmou que os usuários estariam interessados no tema e, dessa forma, dispostos a contribuir monetariamente para a preservação do ativo ambiental.

A Disposição a Pagar, ficou confirmada tanto nos formulários que abordaram as disposições a pagar médias dos usuários de forma induzida, quanto nos questionários que externaram as DAPs médias espontâneas. Reconhece-se que o método precisa de ajustes para diminuir divergências, uma vez que houve diferenças entre os valores de DAP média encontrados. Ainda assim, os resultados alcançados contribuem para a evolução da gestão do campus universitário da Universidade Federal do Amazonas, no que tange à preservação dos recursos ambientais naturais, bem como para o desenvolvimento sustentável na localidade.

No que compreende a econometria da análise, é de suma importância relacionar os dados obtidos com o conturbado momento financeiro que a sociedade brasileira atravessa, haja vista que os valores externados poderiam aumentar diante de uma situação econômica mais estável. Vislumbra-se ainda que a forma com que acontece a abordagem acarreta variações aos dados coletados, e, por conseguinte, imprecisões e incertezas nas discussões. O que demonstra que são importantes novas proposições metodológicas, com abordagens mais precisas, para dessa forma haver um processo desenvolvimento e fortalecimento teórico no que concerne ao meio ambiente.

Assim, sugere-se aos estudos posteriores que expandam a região de estudo, não se limitando somente as dependências do campus, mais diversificando as áreas de entrevista para que dessa forma, se chegue a uma mensuração mais ampla e concreta em relação ao valor que os indivíduos estariam dispostos a pagar pelo bem do ativo ambiental em questão.

### **Referências**

BOECHAT, C.B. Sustentabilidade no Brasil. HSM Management, n. 63, jul-ago. 2007.

CORREA, S. M. B.B. Probabilidade e estatística. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

GORI, A. M. Valoração de recursos ambientais. Campinas, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

LARCHER, W. Ecofisiologia Vegetal. São Paulo: EPU, 1986.

MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de marketing. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MERICO, L. F. K. Introdução à economia ecológica. Blumenau: Ed. da FURB, 1996.

MOTA, J. A. O valor da natureza: Economia e política dos recursos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MOTTA, R.S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Rio de Janeiro, 1997.

MOTTA, R.S. Economia ambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, Arnaldo Freitas de. Valoração econômica da função ambiental de suporte relacionada às atividades de turismo, Brotas, SP. São Carlos: UFSCar, Tese de doutorado, 2004.

OLIVEIRA, J. E. de. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. Revista DOMUS ONLINE: Ver. Teor. Pol., soc., Cidade. Salvador, v. 1, n. 1, p. 92-113. jan./jun., 2004. Disponível em: < [http://www.fucape.br/premio\\_excelencia\\_academica/upld/trab/8/renato\\_auler.pdf](http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/renato_auler.pdf)>. Acesso em: 13/09/2017.

ORTIZ, R.A. Valoração Econômica Ambiental. In: MAY, Peter H. et al (orgs). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PEARCE, D.; TURNER, R. Economics of natural resources and the environment. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Inc., 1990.

RANDALL, A. O que os economistas tradicionais têm a dizer sobre o valor da biodiversidade. In: WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ROMEIRO, A. R.; MAIA, A. G. Avaliação de custos e benefícios ambientais.

Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2011.

SCHUMACHER, M. V.; HOPPE, J. M. A complexidade dos ecossistemas. Porto Alegre: Pallotti, 1997.

TAFURI, A. C. Valoração ambiental do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto, Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 2008.

YOUNG, C. E. F; FAUSTO J. R. Valoração de Recursos Naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Disponível em: <<http://ufrj.com.br>> Acesso em: 13/09/2017



# Mulheres que tecem relações e criatividade: experiência no curso de artesanato em biojoias no IFAM/Campus Parintins/AM

*Rúbia Maria Farias Cavalcante*

*Mírian de Araújo Mafra Castro*

*Mário Bentes Cavalcante*

## **Introdução**

A evolução feminista trouxe consigo uma nova visão e perspectiva, tanto historicamente como socialmente. Antigamente a mulher era fadada e condicionada a viver à margem do homem, totalmente excluída do contexto social, mas com o passar do tempo essa realidade começou a passar por um processo de mutação, fazendo com que a mulher, antes reprimida, começasse a conquistar e ocupar seu espaço na dinâmica social.

O propósito do trabalho aqui exposto não é só divulgar a realidade vivenciada pelas mulheres/alunas do Programa Mulheres Mil do Curso de Biojoias, mas também possibilitar, a novos atores, o interesse por outros projetos e programas de qualificação profissional e dar visibilidade ao gênero feminino e sua inserção no mundo do trabalho.

Segundo Simone Beauvoir (1949) “é o passado que define a abertura para o futuro, o passado é a referência que nos projeta”, ou seja, foi em meio às dificuldades de seu passado que a mulher conseguiu adquirir a força para lutar por seus direitos, foi esse passado que a fez chegar onde elas estão.

O enfoque desta investigação está delimitado nas mulheres que realizaram o Curso de Qualificação Profissional em Artesanato em Biojoias no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas -IFAM *Campus* Parintins, em que busca conhecer a história de vida desse gênero, a experiências viabilizadas por meio de práticas curriculares na qualificação profissional e compreender os significados atribuídos ao trabalho artesanal por meio do Curso de Artesanato em Biojoias, promovido pelo **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRO-**

NATEC na modalidade da Formação Inicial e Continuada – FIC. A proposta curricular foi idealizada e estruturada para essa clientela específica, devido à escolaridade ser diferenciada.

Para entendermos melhor a situação particular, é importante ressaltar que o Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo e foi implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A partir de novembro de 2011 o IFAM/*Campus* Parintins, firmou uma parceria com a referida Secretaria para a execução da proposta de qualificação profissional. Dessa parceria surgiu a oportunidade de desenvolvimento de uma experiência inovadora de inclusão social, envolvendo mulheres na faixa etária de 18 a 70 anos, residentes no bairro periférico da cidade de Parintins/AM e que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades.

A motivação de realizar este estudo teve como referência o “Mapa da Vida”, uma ferramenta que objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que esses conhecimentos possam ser compartilhados e devidamente registrados e valorizados. Sendo a primeira atividade desenvolvida pelo Programa, momento em que elas relatam fatos de vida que marcaram o passado, o presente e a expectativa para futuro. As experiências podem ser narradas e registradas por suas protagonistas que é expresso através de desenho, gravuras ou de texto.

### **Caminhos metodológicos**

A estratégia metodológica da pesquisa orientou-se pela realização de um estudo de caso de natureza qualitativa. A opção metodológica é de cunho qualitativo com uso da história oral; parte de coleta de dados foram obtidos por meio de entrevistas individuais e também observações *em loco*, o que possibilitou conhecer o cotidiano das mulheres. A fundamentação teórica foi embasada em autores como: Morin (2012); Clanclini (2008); Freire (2011).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a observação participante durante o curso de biojoias que ocorria de segunda-feira à

sexta-feira no IFAM/*Campus* Parintins. Utilizou-se também de entrevistas semiestruturadas dirigidas às mulheres/artesãs.

A entrevista semiestruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987). A coleta de dados foi realizada no período do curso, enquanto ocorriam as atividades práticas. Utilizamos também a fotografia e o vídeo como instrumento de coleta de dados (visuais).

### **Interdisciplinaridade e a profissionalização das artesãs**

Fazenda (2011) nos adverte que a trilha da interdisciplinaridade caminha do ator ao autor de uma história vivida. A partir de uma ação consciente se elabora uma construção teórica, delineando os contornos indispensáveis educação na perspectiva interdisciplinar, valorizando o saber e a pergunta, sem separar o conhecimento em caixas limitadas a conceitos disciplinares.

Na proposta do Curso de Biojoias, o currículo que compõe a grade foi efetivamente para a realidade do Curso e das mulheres/artesãs como: valorização do conhecimento, práticas, experiências e vivências. Em primeiro momento, as disciplinas ministradas foram do núcleo comum, em seguida as do eixo norteador e atividade prática em que se trabalhou a confecção do artesanato em biojoias.

Morin (2000, p.14) nos alerta:

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto.

No trabalho percebemos que algumas mulheres desconhecem o meio em que vivem e são muitas vezes desconectadas da relação entre seu fazeres e situações vividas, assim, o resultado é um conhecimento fragmentado que não permite à aluna/artesã perceber-se como parte ativa no todo. Morin (2012) enfatiza que os sistemas educacionais por serem baseados em separação de conhecimentos, disciplinas, ensinam o aluno a analisar, separar, portanto não aprendem a relacionar e entender como esses conhecimentos se comunicam.

No decorrer do curso exigiu-se uma compreensão por parte dos docentes e das mulheres na integração de saberes, a interdisciplinaridade e a profissionalização, visto que o conteúdo foi desenvolvido de forma interdisciplinar enfocando a realidade das alunas e do curso artesanato em biojoias.

Conforme Bourdieu (2007):

A transformação dos instrumentos de produção artística precede necessariamente a transformação dos instrumentos de percepção artística; ora, a transformação dos modos de percepção só pode ser operada de forma lenta, já que se trata de desenraizar um tipo de competência artística (produto de interiorização de um código social, tão profundamente inserido nos hábitos e memórias que funciona no plano inconsciente) para ser substituído por outros, por um novo processo de interiorização, necessariamente, longo e difícil (BOURDIEU, 2007, p.77).

No desenvolvimento das atividades é primordial a ênfase sobre a habilidade artística na produção do artesanato em biojoias. Os hábitos, a memória, o contexto sociocultural das mulheres artesãs em processo de formação eram pautados como indicadores a serem valorizados em todas as etapas de sua formação enquanto estudante do curso em biojoias.

Os docentes trabalhavam na intenção de realizar uma abordagem do conhecimento não de forma especializada, mas oferecendo as mulheres/artesãs a possibilidade da estudante, dentro de um curso profissionalizante, entender o conhecimento como um processo de construção humana, oriunda de um contexto que lhe confere significado. Em que os conteúdos das disciplinas ministradas eram de acordo com o curso.

Virilio (2005, p. 16) adverte sobre a importância da técnica nos processos de construção de estruturas concretas:

Não esqueçamos que ao lado das técnicas de construção, está à *construção das técnicas*, o conjunto de mutações espaciais e temporais que reorganizam incessantemente, com o campo do cotidiano, as representações estéticas do território contemporâneo. O espaço construído não o é exclusivamente pelo efeito material e concreto das estruturas construídas, da permanência de elementos e marcas arquiteturais e urbanísticas, mas igualmente pela súbita proliferação, a incessante profusão de *efeitos especiais* que afetam a consciência do tempo e das distâncias, assim como a percepção do meio (VIRILIO, 2005, p.16). Grifos do autor.

Ao adquirir técnicas específicas ao trabalho da produção de biojoias é necessário compreender o cotidiano e as representações estéticas do espaço-territorialidade no tempo contemporâneo. A técnica deve ser entendida como a capacidade humana de organizar a construção e materialização daquilo que produz para seu uso individual ou coletivo.

Assim, a dinâmica do processo metodológico de trabalhar de forma interdisciplinar rompeu com a estrutura curricular tradicional, em que facilitou o aprendizado dos conteúdos e possibilitou um diálogo as experiências aliadas aos novos conhecimentos por meio das várias disciplinas que compoñham a grade curricular do curso, conforme o quadro abaixo.

*Quadro 01. Matriz curricular do curso de artesanato em biojoias.*

<b>CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM ARTESANATO EM BIOJOIAS</b>		
<b>MÓDULOS</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA</b>
I MÓDULO	Empreendedorismo	10h
	Português	20h
	Matemática	20h
	Inglês	20
	Informática	20
II MÓDULO	Introdução ao Meio Ambiente	20
	Importância cultural e econômica do artesanato	20
	Cooperativismo e Associativismo	10
	Identidade do Produto Artesanal	20
III MÓDULO	Oficina de Customização	60
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (CURSOS EXTRAS E VISITAS TÉCNICAS)		20 h
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>		<b>280 h</b>

*Fonte: Arquivos do IFAM/Campos Parintins/AM 2015.*

A partir do quadro acima, a compreensão de Fazenda (2000, p.28), sobre a interdisciplinaridade, leva-nos ao entendimento de que é necessário planejar-se e imaginar-se, sendo possível prever o que será produzido, em que quantidade e intensidade.

A atitude interdisciplinar, nos ajuda a viver o drama da incerteza e da

insegurança. Possibilita-nos dar um passo no processo de liberação do mito do porto seguro. Sabemos o quanto é doloroso descobrirmos os limites de nosso pensamento. Mas, é preciso que o façamos. Do contrário, cultivaríamos em nós a paranoia. E nosso sistema de ensino pode cultivar esse tipo de paranoia. Sobretudo, na medida em que tenta incluir nos alunos a expectativa louca de poder fornecer-lhes um templo dos erros de conquista da chave da história. Ora a ciência que se ensina e que se faz é um produto social como outro qualquer (FAZENDA, 2011, p. 32).

A autora supracitada nos indica que nenhuma opção crítica pode nascer nos alunos quando os professores lhes ministrarem ou incluírem conhecimento como a expressão máxima da verdade objetiva. O conhecimento intelectual não pode ser uma catequese, cujo máximo produzido seja alunos diplomados.

O maior desafio das mulheres/artesãs no final do curso foi de confeccionar uma peça de artesanato em bijoias, sem que seja reprodução e sim sua produção e criatividade, mostrando sua individualidade e especificidade. Conforme Freire (2011) educar ou ensinar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de suas destrezas, mas permitir que ele vá além da técnica e da reprodução e passe à criação, sendo, portanto, autor daquilo que constrói e se reconheça nisto (MARX, 2012).

Neste sentido Spivak (2010) procura salientar que os subalternos precisam de espaços para ser ouvidos. “Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular”. Por meio do curso artesanato em bijoias, as mulheres se sentiram valorizadas e motivadas, criando condições para a realização pessoal e profissional.

### **Significado e valorização do artesanato**

O artesanato é uma das mais ricas formas de expressão da cultura e do poder criativo de um povo, faz parte da representação da história de uma comunidade e reafirmação de sua autoestima. Recentemente, tem se agregado a esse caráter cultural o viés econômico, com impacto crescente na inclusão social, geração de trabalho e renda e potencialização de vocações regionais. O artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo detentor do domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (*possui valor simbólico e identidade*

*cultural*), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (BRASIL, 2012).

Segundo Ostrower:

O homem elabora seu potencial criador através do trabalho. É uma experiência vital. Nela o homem encontra sua humanidade ao realizar tarefas essenciais à vida humana e essencialmente humanas. A criação se desdobra no trabalho porquanto este traz em si a necessidade que gera as possíveis soluções criativas (OSTROWER, 2005, p.31).

As diversas formas de produção de artesanato no mundo contemporâneo podem caracterizar tantas formas de subsistência social quanto de resistência cultural. O desemprego é um dos motivos pelos quais está aumentando o trabalho artesanal, tanto no campo como nas cidades (CANCLINI, 2008, p. 215-216).

Contextualizando as afirmações dos autores acima citados, observamos durante o curso que as artesãs confeccionaram as bijoias, forjando sua arte a partir das materializações de suas experiências vividas no Programa Mulheres Mil no Campus IFAM em Parintins, uma forma de representação de seus olhares sobre o mundo em que vivem. Apresenta, assim, uma simbologia grandiosa e uma particularidade de cada mulher, na medida em que cada artesã esculpe seu objeto.

Morin (2010) destaca que ninguém se transforma senão a partir de si próprio, de suas próprias experiências e aprendizagens. Conhecimento não se transfere, mas propriamente se organiza a partir da experiência do sujeito. A afirmação moraniana pode ser evidenciada na figura abaixo que representa o trabalho de tratamento das sementes realizado pelas mulheres estudantes do curso de bijoias.

Figura 01. Sementes utilizadas na produção de biojoias.



Fonte: acervo fotográfico pessoal de um dos pesquisadores – 2015.

Ao realizar o trabalho de tratamento das sementes e posterior produção das biojoias as mulheres artesãs materializam suas ideias por meio de técnicas e criatividade ao produzir peças com recursos da biodiversidade amazônica; entre as matérias primas estão: sementes de jarina, tento, chumburana, inajá, puçá, entre outras encontradas na floresta da região do baixo Amazonas e seu entorno. Muitas dessas sementes já eram conhecidas pelas mulheres artesãs, e ao aprimorarem a técnica de tratamento na produção das biojoias conseguiram produzir com maior concretização de suas potencialidades criativas.

### **Representação social e o significado do trabalho das artesãs**

O trabalho pode, em diferentes lugares sociais, assumir múltiplos significados para quem o executa, (BLASS, 2001). De acordo com Ostrower (1976), se a atividade que se realiza não apresentar qualquer significado para quem o faz perde sua dimensão espiritual, seja nas artes, nas ciências, seja em quaisquer atividades sociais.

O trabalho tem, portanto, uma linguagem que se expressa em vários lugares, apresentando múltiplos significados (BLASS, 2001). Desse ponto de vista, o trabalho imprime significados que vão além da obtenção de rendimentos; como liberdade, prazer da criação, tradição de um povo.

Para as mulheres do Curso de Biojoias, o trabalho com artesanato trouxe oportunidade de inserção no mercado de trabalho, em sua maioria; na educação, houve a oportunidade da elevação da escolaridade, além da oportunidade de estudar em unidades de ensino como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa realidade, proporcionada pelo Programa Mulheres Mil, dotou as mulheres de um sentimento de orgulho por concluírem com êxito seu curso, além da certificação dos conhecimentos adquiridos que se torna um momento celebrativo entre comunidade acadêmica, familiares e sociedade em geral.

Os resultados mostram que o trabalho com as artesãs em biojoias firma-se como possibilitador de ocupação e consequente geração de renda para algumas participantes, e a outras como vocação e habilidades manuais.

Para as mulheres, as representações do trabalho artesanal e do curso relacionam-se à condição de satisfação pessoal, elevação de autoestima, trabalho autônomo e possibilidade de conciliação com as atividades domésticas.

No período do Curso artesanato em Biojoias, as mulheres construíram relações não apenas de trabalho em grupo, mas também de afetividade, de aprendizado, autoestima, lazer, reconhecimento, valorização e empreendedorismo, visto que o curso foi ministrado de forma interdisciplinar, oferecendo todo o suporte para que as mulheres tivessem uma formação, não só profissional, mas humana; uma formação que possibilitasse a elas adquirir conhecimentos, condutas e princípios que as habilitassem a viver em sociedade. Esse conjunto de estratégias pedagógicas era composto por diferentes ações como palestras sobre: saúde da mulher, direito da mulher, relações interpessoais e valorização da autoestima. Construíram conceitos baseados em esperanças e realizações, mas também em dificuldades, desânimos, conflitos, etc. O grupo passou por momentos de crescimento e por momentos de diminuição em seu número de participantes.

Aspectos positivos e negativos foram relatados pelas alunas, demonstrando algumas de suas motivações, a maneira como percebem e se sentem realizando atividades artesanais. Estes nos remeteram a temas como: autoestima, lazer, renda, reconhecimento e valorização; além de conflitos com marido e a dificuldade de aprendizagem.

A autoestima surgiu como aspecto fundamental para a motivação. Foram diversas as palavras intrinsecamente relacionadas ao tema: o prazer, o gostar, a felicidade, o sentir-se útil, pois a maioria das mulheres estava há muito tempo à margem do processo de ensino e aprendizagem formal, e sem nenhuma qualificação profissional.

*Figura 01. Cerimônia de certificação do curso de biojoias.*



*Fonte: acervo fotográfico pessoal de um dos pesquisadores – 2015.*

As mulheres que receberam seus certificados de artesãs em biojoias ao saírem do ambiente de ensino do IFAM *Campus* Parintins enfrentam o desafio de se colocarem no mercado de trabalho, gerar renda própria a partir desse conhecimento e conseguir produzir com criatividade seus produtos com ênfase nas características amazônicas.

Ao pensar sob a perspectiva da realidade amazônica Renan Freitas Pinto (2010) nos alerta sobre a necessidade de buscar compreender e interpretar a Amazônia como constituindo uma complexidade sempre no plural, nas experiências efetivas de cada pesquisador, do conjunto de investigadores de cada universidade e de cada instituição de pesquisa, dos próprios protagonistas sociais, essa possibilidade e mesmo essa necessidade inadiável encontra dificuldades por parte desses atores em perceberem suas próprias identidades como parte desse amplo todo que seriam as diferentes Amazônias.

Pinto (2010) considera que mesmo quando se trata de aceitar esse compartilhamento e pertencimento, restam ainda às percepções de sujeitos e objetos recortadas pelos campos disciplinares, pelas especializações cada vez mais presentes do conhecimento e do saber, de um lado, e do outro; dos protagonistas sociais serem levados a buscar a sua marca particular, a sua identidade inconfundível como o aspecto fundamental de suas respectivas afirmações distintiva.

Hoje, algumas mulheres, por meio do reconhecimento do saber como artesã, comercializam seus produtos na Comunidade da Valéria, comunidade rural do município de Parintins. Isso ocorre, pelo fato da Comunidade receber navios transatlânticos com turistas brasileiros e estrangeiros. Portanto, é pela confecção do artesanato que a mulher artesã ganhou autonomia, seja no âmbito econômico, cultural ou social.

### **Notas finais**

Fazenda (2011) nos adverte que uma opção crítica só nasce a partir das incertezas. Neste sentido, conhecer a história de vida de mulheres artesãs em processo de aprimoramento de seus saberes, ampliados por meio de experiências viabilizadas em atividade de formação, como a qualificação profissional, nos remete a pensar nas incertezas e possibilidades de permitir às alunas, em processo de formação, desenvolver suas próprias capacidades criativas, sem esquemas rígidos e dogmáticos.

A análise sobre os significados atribuídos ao trabalho artesanal por meio do Curso de Artesanato em Biojoias, promovido pelo **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**- PRONATEC nos remete à reflexão de que não existem caminhos prontos e acabados, a construção é contínua e deve respeitar a singularidade das vidas envolvidas no processo de aprendizagem, suas histórias, valores e capacidade.

Novas epistemologias são urgentes e primordiais para o diálogo e interação entre os diferentes saberes se complementarem e potencializarem a reorganização epistemológica do conhecimento para além da disciplinaridade paralisante das ideias em transformação na contemporaneidade.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone. (1949) O Segundo Sexo: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BLASS, L. Trabalho e emprego na produção artística. Fortaleza: X Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Sociologia (datil), 2001.
- BRASIL. Base conceitual do artesanato brasileiro. República Federativa Do Brasil. Programa do Artesanato Brasileiro. Brasília, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, Nestor. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. 6ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'anna – 30ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 15ª edição. Petrópolis, Vozes, 2001.
- OSTROWER, Fayga. (1977). Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PINTO, Renan Freitas. Amazônia: perspectivas para o século XXI. Conferência pronunciada na abertura do II Encontro Norte da SBS, Belém, setembro de 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real. São Paulo: Editora 34, 2005.



# A importância da arquitetura indígena no resgate cultural e sua integração com a unidade de saúde coletiva

Tiago dos Santos Oliveira

## Introdução

O setor de construção de Unidades de Saúde (Hospitais, Clínicas, Postos de saúde, etc.) expressa um contínuo aprimoramento tecnológico, onde seus processos visam à praticidade e economia no canteiro de obra. Estudos sistemáticos e conferências internacionais movem o aperfeiçoamento de tais ambientes de saúde, o que contribui para um roteiro seguido de normas e modelos promissores, contemplando de forma universal seus ambientes na forma de padronizar seu modelo construtivo, entre as mais variáveis culturas.

No Brasil, a arquitetura popular brasileira sofreu uma grande desvalorização dentro das disciplinas de ensino. A onda de movimentos modernistas, que se tornou forte com o crescimento econômico progressivo de países que já possuíam uma bagagem histórica e construtiva, se tornou precursora de ensinamentos baseados em técnicas construtivas que nortearam um novo processo de matriz tectônica, em que a arquitetura fosse reproduzida e ensinada de modo sistemático nos centros acadêmicos, criando um avanço homogêneo entre os diferentes povos que o assim recebia. Günter Weimer, nessa esteira, em seu livro *Arquitetura popular brasileira*, afirma:

A obsessão em imitar a última moda da arquitetura internacional nos fez esquecer o nosso próprio umbigo. Especialmente quando se trata da arquitetura popular. Poucas nações tiveram uma formação cultural tão diversa como a nossa, o que significa uma ampla variedade de heranças de construções. (WEIMER, 2014,n.p)

No território brasileiro, a gama de diversidade construtiva, oriunda da chegada de povos de diversas nações e continentes (o processo construtivo), em sua matriz tectônica, foi sendo adaptada, gradativamente,

em razão de clima, ferramentas e matéria prima. Desse modo, a partir de uma análise do processo construtivo de tal gama e da troca de informações entre os povos, observa-se, de modo teórico e analítico, que a cultura é dinâmica e se adapta à medida que a troca de informações e localidade exige uma melhor eficiência às novas necessidades.

A análise do povo indígena *Nhandéva-Guarani* revela dados da cultura arquitetônica indígena (dados sobre os aspectos de materiais, tectônica, prospecção de matéria prima na natureza se unem em um conjunto de fatores cosmológicos dessa etnia), bem como as mais de 280 etnias conhecidas no Brasil.

A identidade construtiva e artesanal vem sendo analisada a fim de se unir a uma necessidade básica e fundamental que a aldeia em Paraty Mirim, em Paraty-RJ, necessita. Apresenta um processo construtivo a partir da coleta de materiais na natureza, em que a leitura do ambiente propicia o recolhimento e o uso consciente dos elementos recolhidos com o fito de obter o necessário para a confecção das demandas da aldeia, seja ela uma cabana, um arco-flecha ou mobiliário. E essa prática ancestral configura seu modo de vida, tradição/mística e organização social. Sendo assim, pode-se afirmar que o ordenamento espacial e os usos deste são específicos de cada cultura indígena e, por extensão, que se incorre em ignorância histórica ao se defender vulgata de que indígena é “tudo igual”, pois uma breve visita aos indígenas da tribo Pataxó (cuja área é ocupada às margens da Rodovia Mário Covas, BR-101) joga por terra essa crença.

A arquitetura é constituída desde os seus primórdios, sendo esta a replicação de métodos construtivos, uso do espaço, ornamentação entre outros, nas mais variadas culturas ao longo da civilização. Destarte, constitui as particularidades do modo humano de compor o espaço e transformar o ambiente em que se relaciona. Nos processos transculturais, assim, a troca de conhecimento modificou e acrescentou, aos poucos, a percepção entre os espaços e os materiais usados por determinado povo. Os povos indígenas no Brasil, por exemplo, sofreram por intervenções tanto culturais como arquitetônicas, intervenções estas que se deram a partir dos primeiros contatos de “socialização” entre exploradores e missões religiosas. (Lúcia, 2017).

No Brasil, existem as entidades públicas que proporcionam o serviço de atendimento à saúde Indígena, Distrito Sanitário Especial In-

dígena (DSEI), e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que garante atendimento de infraestrutura e saneamento nas aldeias indígenas. A Funasa elaborou a cartilha de diretrizes para implementação de serviços básicos de saúde, que discorre acerca de normatização de processos construtivos, materias de baixo custo, mediante a realidade indígena. Na introdução da referida cartilha, explicam-se as razões pelas quais é fundamental, para cuidar da saúde da população indígena, prezar pelo respeito à realidade cultural de tal população : *“Na elaboração dos projetos deverá ser observada a realidade cultural das tribos e as possibilidades tecnológicas de cada local”*.

A pesquisa e a proposta desse tema, na aldeia em Paraty, foi a partir do grau de aceitação e de receptividade destas, fator que permitiu aprofundar a compreensão de como é o ordenamento espacial, o modo de vida e a replicação de métodos construtivos e a valorização cultural na referida aldeia.

A partir de uma visita na aldeia foram observadas os alcances e limites que a FUNASA e o DSEI possuem no local, e, em vista das dificuldades de diálogo com os *Nhandéva-Guarani*, percebeu-se que há omissão e ausência de um estudo prévio, de tais órgãos, no que concerne à promoção continuada da cultura da tribo., nas implantações construtivas. Dessa maneira, mediante o contato com os indígenas, foi possível direcionar esse estudo.

### **Objetivo Geral**

Estabelecer a análise cultural e, por meio do atendimento de saúde na Aldeia da tribo indígena *Nhandéva-Guarani* em Rio Pequeno Paraty, constituir um relatório que busque a retrospectiva dos elementos usados como manifestação cultural da aldeia e do processo histórico e sociológico desta.

Indagar a promoção da saúde indígena e o respeito ao uso do espaço e elementos culturais das tribos indígenas, em sua forma plástica, cultural e social.

### **Objetivo Específico**

Implantar a Unidade Básica de Saúde Indígena e compor de forma significativa o respeito à diversidade cultural do povo indígena *Nhandéva*, tendo como diretriz prévia o programa básico de implantação de atendi-

mento à saúde Indígena, intitulado de “Posto de Saúde Tipo II”. (Fundação Nacional da Saúde, 2017).

Descrever:

1 - Como se estrutura o programa de implantação mediante a organização do espaço territorial e e de como funcionam os mecanismos de apropriação.

2 - Os aspectos culturais, artísticos e de uso do ambiente na tradição *Nhandéva-Guarani*.

3 - A composição dos usos de vedações naturais, que delimitam e tornam o espaço da aldeia um local de transição entre a Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) e a Casa de Reza.

4 - Os projetos de saúde construídos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em outras etnias no território brasileiro.

### **Metodologia**

O processo metodológico se dará entre a pesquisa de dados, feita no local, e o estudo da relação da tribo com o próprio espaço, atendendo-se, ainda, para como são realizados os percursos dentro da aldeia e para como os *Nhandéva-Guarani entedem* as UBSI como meio alternativo de saúde (cura).

O processo seguirá um diagnóstico territorial, dados coletados entre os indígenas e os profissionais de saúde, os processos tectônicos e naturais disponíveis, a legislação que permite a garantia de saúde indígena e os programas que garantem as necessidades básicas de saúde que os indígenas necessitam.

Os parâmetros, aqui indicados, possuem fatores que devem ser mencionados, pois a censura do mesmo não validará o programa que se pretende abordar, de acordo com as citações de arquitetos e de profissionais da saúde, os quais obtiveram, a partir de reuniões com diversas populações indígenas, os ditos “semiurbanos”, que são tribos que possuem contatos com os processos de intervenção governamental e possuem uma posição “politizada” acerca de direitos, nos processos de infraestrutura, que lhes são fornecidos por instituições públicas.

### **Delimitação de área projetual**

a área de pesquisa se limitou à Região de Rio Pequeno em Pa-



- Aldeia Rio Pequeno;
- Estrada Rio Pequeno – Paraty – RJ;
- Coordenadas geográficas: 23° 07' 16,02" S - 44° 44' 22,5" W;<sup>1</sup>
- Área delimitada: 2370 Ha (23,7 km<sup>2</sup>);
- Área debilitada total para implantação da UBSI: 320m<sup>2</sup>;
- Distância do núcleo urbano de Paraty-RJ: 22 km; (FUNAI, 2017).

### Demarcação da Aldeia Guarani – Estrada Rio Pequeno

A análise das áreas demarcadas foi coletada a partir do modo como os indígenas se organizam socialmente entre famílias. O povo indígena possui o hábito de transitar livremente em seu território, indo de um local ao outro, a fim de obter matéria prima para a confecção de artesanato e caça (Figura 2). Nesse sentido, de acordo com Benedict, citado por Fino (2006), a trajetória da vida individual de cada pessoa é, antes de tudo, uma adaptação às normas tradicionalmente transmitidas pela coletividade de geração para geração.

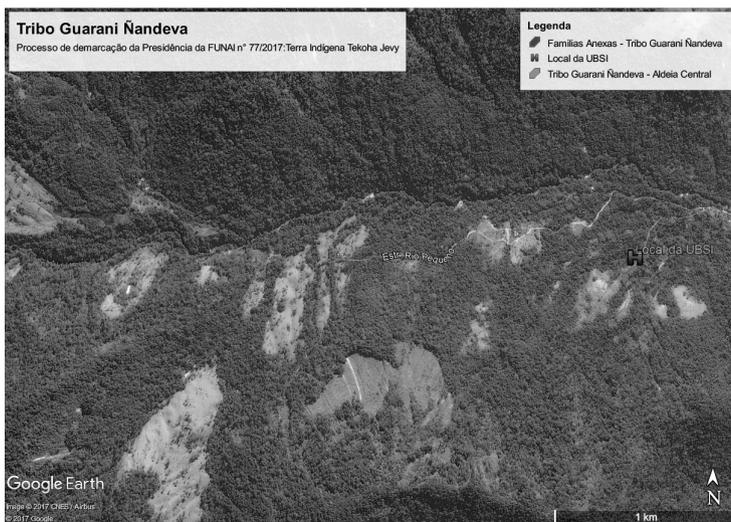


Figura 2 - Fonte: Google Earth® 2017

### Processo Metodológico Etnográfico Direto

As estratégias metodológicas, feitas a partir de uma análise qualitativa e antropológica, no que cerne à cultura de um determinado povo na pesquisa etnográfica com a abrangência de coleta de dados, são compostas

<sup>1</sup> Dados geográficos do Google Earth 2017.

por inúmeros procedimentos, incluindo levantamento de dados de pesquisa probabilística e quantitativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia, etc.). O método etnográfico é a base na qual se apoia o edifício da formação de um (a) antropólogo (a). A pesquisa etnográfica, constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou à pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado, através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade, por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA e ECKERT, 2015)<sup>2</sup>.

A análise de ordenamento territorial de como a tribo usa seus ambientes (Figura 3), sendo eles: casas, cozinha comunitária, casa de reza, cemitérios e plantio trouxe um cuidado de como esse grupo prioriza certos ambientes em detrimento de outros. A interação de certas etnias com outras culturas, a dos “brancos”, ao longo do processo colonizador e dos diversos conflitos de exploração de recursos (mão de obra, materiais vegetais e minerais), promoveu embates tão extremos que os indígenas cederam à miscigenação a fim de que as guerras sangrentas viessem a cessar.<sup>3</sup>

Na observação analítica, o processo de uso do solo e o comparativo de proximidade dessa etnia, transpõe outro olhar de como a relação de equipamentos, seja ela comunitária ou não, se une, formando uma malha de circulação, em que se pode observar que existe uma linearidade e fluidez entre as edificações, que torna convidativo o percurso. Tais características de permeabilidade não são encontradas nos centros urbanos atualmente, onde se buscou reproduzir seus traçados em sistemas viários e ortogonais europeus. Segundo Weimer, assim, o processo de culturalização que formou o povo brasileiro se deu por agregar em grande parte a cultura dos indígenas, portugueses e africanos.

A pesquisa etnográfica direta, realizada no local, se manteve em analisar as práticas cotidianas e observar a vida social, reconhecendo, por sua vez, as ações e as representações coletivas, com a percepção de um arquiteto e não a de um antropólogo, pois tais perspectivas diferem na concepção do olhar clínico. Dessa maneira, os respeitos às informações devem ser mantidos fiéis ao percebido e exposto de forma ética. A construção desse acervo garante compreender características da cultura, sendo elas

2 Artigo publicado no livro organizado por Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

3 Trecho da citação de Günter Weimer em Construções Indígenas – Livro: Arquitetura Popular Brasileira – São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Raízes).



históricos que garantem o uso da terra aos grupos étnicos indígenas no território brasileiro, permitindo que fiquem garantidos, por leis, a hegemonia e a perpetuação da posse territorial, por meio das análises antropológicas e etnográficas da região habitada, através do parecer da FUNAI e das instituições públicas.

O estudo de demarcação de terras indígenas segue parâmetros de reconhecimento e tal demarcação é efetuada mediante requisitos geopolíticos, em que as garantias são reconhecidas na Constituição Federal de 1988.

A garantia da posse da terra indígena, do ponto de vista legislativo, no parâmetro de posse em caráter permanente, faz com que o ambiente, nos quais projetos de amparo habitacional, infraestrutura e de saúde, siga um repertório que leva em consideração estudos históricos de demarcação e estudos antropológicos de cada etnia; sabendo que os hábitos e as necessidades variam em cada região do país.

### **Diretrizes e Subtipos de Estabelecimentos de Saúde Indígena**

Por conta das necessidades de suprir a demanda de atendimento à saúde indígena, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde, por meio da portaria nº 1.801, de 9 de novembro de 2015, define os Subtipos de Estabelecimentos de Saúde indígena e estabelece as diretrizes para elaboração de seus projetos arquitetônicos, no âmbito do Subsistemas de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS).

Assim como as demandas territoriais, etnoculturais e populacionais, a ação de atenção básica de saúde indígena e saneamento básico compõe a gama de necessidades emergenciais que tais povos indígenas necessitam em relação ao atraso dos investimentos públicos, em que, no âmbito da saúde, é articulado com o SUS, que dialoga com os Municípios e/ou Estado.

No território indígena *Tekoa Jevi* em Rio Pequeno, se faz necessária a implantação de um equipamento de saúde que contemple o atendimento familiar da comunidade indígena e garanta o atendimento à saúde coletiva e que, sobretudo, apresente meios arquitetônicos que atendam às características de organização e dos hábitos e costumes da etnia assistida. Essas soluções poderão buscar a harmonia com as habitações indígenas, utilizando materiais regionais. Entretanto, deve-se atender aos requisitos técnicos do projeto.

A Funasa, em sua cartilha de diretrizes de saúde indígena (2010), estabelece parâmetros e subtipos de unidades básicas de saúde. Nas neces-

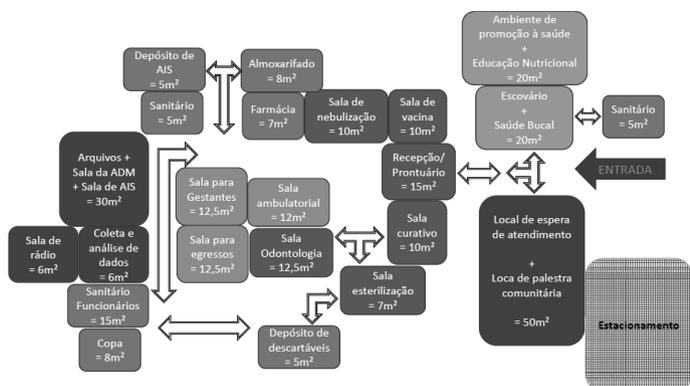
sidades realizadas em campo, foi observado e analisado; a UBSI Tipo II atende às demandas da comunidade em razão da ineficácia do atendimento e estrutura organizada pela própria Funasa em Rio Pequeno.

A devida atenção a um projeto que analisa de forma sistemática e desvincilhada de preconceitos, acerca das necessidades dos povos indígenas, torna o resgate cultural e arquitetônico possível, em sua forma plástica e funcional, possibilitando que a interação dos povos indígenas com o equipamento público ganhe notoriedade e funcionalidade

### Programa e Fluxograma UBSI – Rio Pequeno

Mediante análises de necessidades dos equipamentos de saúde indígena básico de UBSI, seguem parâmetros que a FUNASA elaborou em sua cartilha (MS- Funasa, 2010). O programa apresentado a seguir (Figura 4), foi modificado por dois critérios, sendo eles: o diagnóstico local e a consulta à equipe multidisciplinar, através da análise de ergonomia e de fatores que necessitam ser observados para que o local de atendimento ao indígena proporcione um maior conforto, tanto para o paciente quanto para a equipe de atendimento médico.

O programa permite uma margem de modificação que pode ser alterada pelo arquiteto, segundo as necessidades locais, ou de forma a garantir que o programa do Ministério da Saúde seja atendido de maneira qualitativa e as questões culturais dos indígenas (rituais xamânico e festividades tradicionais) serem respeitadas.



A partir do estudo das áreas propostas para a UBSI, o programa elabora ambiente que torna, de forma esclarecedora, o que comporá

as atividades e, assim, guia os estudos de como poderá ser relacionado tal atendimento em grau de proximidade e necessidades primárias.

O fluxograma não contempla, em sua organização, o processo projetual da unidade de saúde, mas, sim, a relação de como os processos construtivos poderão ser condicionados no modo da vida social dos indígenas na relação destes com o novo ambiente. que poderá, mediante os estudos de massa e estudos socioculturais, fazer parte convívio diário.

### **Considerações Finais**

Segundo relatos de profissionais que trabalham em projetos de saúde e de educação indígena, os quais convivem diariamente com as práticas comuns de tais povos e com as intervenções tanto da FUNASA como as do DSEI (Departamento de Saúde Especial Indígena), há um déficit no que concerne à efetiva implementação e consolidação da promoção da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas no Brasil. Conforme os dados coletados, no que tange aos impactos sociais e culturais ao longo de séculos, as intervenções que previam “adequar” das tribos em conformidade a limitação de seu território, hábitos religiosos, modos de moradias e entre tantos outros.

A arte construtiva dos povos indígenas é um bem cultural inestimável, pois o uso de elementos da natureza, proporções de ergonomia, usos de espaços por homens e mulheres em determinadas culturas e relação do ambiente habitado com a natureza, entre outros com os avanços significativos da saúde no meio indígena.

Sob a perspectiva de que as implantações das UBSI “falham” em não compor de forma significativo-personalizada o projeto arquitetônico dentro da aldeia, em vez de fazer uma retrospectiva das formas e artes usadas nesta, com suas cores e gravuras, o que é relatado, em alguns casos, é o que se costuma chamar de “caixotes brancos modulares e replicados”, isto é, que desrespeitam a cultura local e levam uma arquitetura “pobre e sem valor estético” para uma zona preservada que mantém viva a história de povos que habitam o país ante a colonização.

A UBSI em Paraty-RJ, na aldeia da tribo *Nhandéva*, comporá uma demanda de uma tribo que carece de atenção e promoção da saúde coletiva.

Nos dados apresentados neste artigo, pode-se constatar o potencial arquitetônico da Aldeia *Nhandéva-Guarani*, em Paraty, através de

elementos arquitetônicos e artesanais que garantem um acervo histórico da perpetuação de tal cultura e de seus processos tectônicos ainda nos dias atuais.

Entre as diversas necessidades dos indígenas, a atenção à saúde garantirá direitos constituídos a essa população em seu próprio território. O uso da arquitetura mediará a garantia cultural indígena e a saúde coletiva, no que se refere ao uso de tecnologias contemporâneas com as formas representativas da tribo. O uso da arquitetura reconhecerá, portanto, a importância da UBSI proposta, partindo do conceito das formas representativas da tribo como um elemento de uso coletivo, como um elemento que convida o indígena a usar e reconhecer como seu.

### Referências

BRASIL. Fundação nacional da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. – 2º edição – Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde, 2002. 40p.

BRASIL. FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes para projetos físicos de estabelecimentos de saúde, água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias em áreas indígenas. – Brasília, 2002.48p.

FUNAI, Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 17 de set. 2017.

FUNAI, Direito Originário. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-26-02>>, Acesso em 17 de set. 2017.

PARDI, M. L. F. A importância da arquitetura pré-histórica e indígena como referência dentro de um processo integrado de resgate cultural. Revista de Arqueologia. São Paulo, 7:87-97,1993. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A\\_Importancia\\_da\\_Arquitetura\\_Prehistorica\\_e\\_Indigena.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Importancia_da_Arquitetura_Prehistorica_e_Indigena.pdf)> Acesso em : 12 de set. 2017

PIB.SOCIOAMBIENTAL, Como é feito a demarcação hoje ?. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/como-e-feita-a-demarcacao-hoje>>. Acesso em 31 de out. 2017.

ROCHA & ECKERT – Etnografia: Saberes e Práticas. Artigo publicado no livro organizado por Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Bar-

cellos Guazzelli. Ciências Humanas: Pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30176/000673630.pdf>> Acesso em 30 out. 2017.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento / Antonio Raimundo dos Santos. – 7ª edição. Revisada conforme NBR 14724:2005. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p 97-107.

STADEN, H. Viagem ao Brasil, 1557, São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2006. 202p.

SAUDE INDÍEGAN, Estabelecimentos de saúde indígena. Disponível em: <https://saudeindigena.files.wordpress.com/2011/07/portaria-nc2ba840-de-15-de-agosto-de-2007-estabelece-diretrizes-para-os-projetos-fc3adsi-cos-de-estabelecimentos-de-sac3bade-para-os-povos-indc3adgenas1.pdf>. Acesso de 02 de nov. 2017.

TERRAS INDÍGENAS, Demografia. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4071#demografia>>

UFPB – REVISTA TEMÁTICA - Antropologia e método etnográfico: uma contribuição para a compreensão das culturas. Ano XI, n. 10. Outubro/2015. NAMID/UFPB- <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 30 out. 2017.



# É meu amor por você

Coração enamorado  
Paixão desenfreada  
na alta madrugada  
fria e serenada  
meus versos dispersos  
Navegando pra você.

Tantas tentativas  
Papeis amassados  
da janela jogados  
buscando tua beleza  
em teu olhar o encanto  
em teu sorriso a pureza.

Manhã radiante  
Coração de amante  
da janela pôde ver  
versos apaixonados  
na roseira abraçados  
feito lindo buquê.

É bela a paixão  
E a entrega do coração  
buscando inspiração  
nas pétalas o orvalho  
sentimentos molhados  
dedicados a você.

Escritos nas estrelas  
Papel virado em flor,  
Branças rosas e versos  
Testemunhando o universo  
de que tudo que sinto  
é meu amor por você

*Odri Araújo*

## Sobre os autores

### **Antônia Marinês Goes Alves (org.)**

Doutoranda no Programa de Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestra em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ, concluído em 2016. Graduada em Linguística pela Universidade Nacional de Colômbia – UNAL e revalidado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Pós-graduada em Linguística pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza – FGF, em 2012, e em Tecnologias Educacionais pelo Instituto Técnico Federal do Paraná – IFPR, em 2016. Tem experiência com as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Espanhola, Comunicação Empresarial e Metodologia Científica. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Tabatinga, trabalhando com ensino, pesquisa e extensão desde 2010.

### **Daniela Sulamita Almeida da Trindade**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA).

### **Elenilson Silva de Oliveira (org.)**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM (2018). Mestre em Educação Agrícola (UFRRJ). Licenciado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Possui Pós-graduação Latu Sensu em Conservação de Recursos Naturais pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA (2010). Atualmente é Professor de Carreira do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Campus Tabatinga, atuando nas áreas de Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase na Agroecologia e Educação do Campo. Trabalha com a integralização do ensino, pesquisa e extensão na instituição desde 2010.

### **Eliane Góis da Silva**

Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas. Graduada na Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Amazonas. É voluntária da Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Filmes. E-mail: eliane.gois.silva@gmail.com

### **Elias Simão Assayag**

Mestre em Ciências do Ambiente. Professor no curso de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: elias\_assayag@yahoo.com.br

### **Guilherme Gitahy de Figueiredo**

Professor do Curso de Pedagogia e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas, atuando nas áreas de Antropologia da Mídia e Antropologia do Colonialismo. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gfigueiredo@uea.edu.br

### **Iraildes Caldas Torres**

Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia e Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB.; Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas e doutorado em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-Doutorado na Université Lumiére de Lyon 2, na França. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com

### **João Bosco Ladislau de Andrade**

Doutor em Hidráulica e Saneamento. Pós-doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Professor no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: boscoladislau@mandic.com.br

### **João Clovis de Oliveira Costa**

Economista. Especialista do MBA em Gestão Empresarial com Estratégia de Mercado Industrial. Aluno Especial de disciplinas de Mestrado da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: jarteverde@hotmail.com

### **Joaquim Onésimo F. Barbosa**

Mestre (2011) e doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Graduado em Letras, Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1999). Professor concursado da Rede Estadual de Ensino, na Secretaria Executiva de Educação - SEDUC, (lotado na SEDUC-Belém por motivo de estudos aprimoramento). Professor da Rede Municipal de Ensino (afastado para aprimoramento profissional sem ônus para o município). Ex-professor de Língua Portuguesa I e Português Jurídico, nas Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, onde trabalhou nos cursos de Comunicação Social em Publicidade e Propaganda, Direito e Jornalismo de 2011 a 2015. Professor colaborador na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA-, onde ministra a disciplina Literatura Portuguesa - II, para o curso de Letras, no Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR). Colabora como parecerista da Revista Estação Científica, publicação semestral da Universidade Federal do Amapá. Está editor responsável pela Revista Somanlu - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

### **José Lino do Nascimento Marinho**

Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM/2018.

### **Kamilla Ingrid Loureiro e Silva**

Economista. Especialista em Logística. Aluna regular do mestrado de Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista CAPES. Atuou por cinco anos no curso de economia da Universidade do Estado do Amazonas em Manaus e nos Municípios de Carauari e Manicoré. E-mail: kamila.loureiro@gmail.com

### **Keliene Ferreira dos Santos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Possui Bacharelado em Serviço Social pela UFAM; integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS). E-mail: keli\_ene@hotmail.com

### **Maria Isabel de Araújo**

Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM (2017), Graduada em Administração CIESA (2000). MBA em Meio Ambiente e Organizações Empresariais e Sociais - ESAB (2011); Especialista em Saúde e Segurança do Trabalho - UNIASSELVI (2014); Especialista em Educação Ambiental - UNICID (2011). E-mail: miar@terra.com.br

### **Mario Bentes Cavalcante**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mariobenths@gmail.com

### **Matheus de Oliveira Dutra**

Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Monitor na disciplina de Hidrologia. E-mail: dutra.matheus96@gmail.com

### **Marta Cortezão**

Graduada em Letras pela UFJF/MG, Pós-Graduada em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela FEC/RO e, atualmente, mestranda em Mundo Clásico y su Proyección en la Cultura Oriental pela UNED/ES. Durante longos anos, esteve professora, em Tefé, tanto na rede estadual de ensino do Amazonas como no CEST/UEA. É membro da Academia de Letras do Brasil – Amazonas (ALBAM) e autora do livro de poesias “Banheiro Manso” (2017).

### **Michel Justamand (org)**

Bacharel e Licenciado em História pela PUC/SP (1999); Habilitado em Filosofia e em Sociologia pela PUC/SP (2001 e 2002, respectivamente); Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (2002); Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP (2003); Doutor em Ciências Sociais/

Antropologia pela PUC/SP (2007); Pós-Doutor em História pela PUC/SP (2012); e Pós-Doutor em Arqueologia pela UNICAMP (2017). Professor de História e Geografia no Ensino Fundamental e de História e Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública Estadual de São Paulo entre 1995 e 2009. Professor da Universidade Bandeirante – UNIBAN de São Paulo, entre 2002 e 2007. Docente do Curso de História da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, na cidade de Tefé, no médio Solimões, entre 2008 e 2009. Docente do Curso de Bacharelado de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no Alto Solimões, na cidade de Benjamin Constant, desde 2009. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, desde 2014. Dirige a Coleção FAAS desde 2012. Editor Chefe da Revista SOMANLU desde 2013. Participa de grupos de pesquisas nas seguintes instituições: UFAM, PUC/SP e UNICAMP. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

### **Mírian de Araújo Mafra Castro**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mirianaraujo2233@gmail.com

### **Odri Araújo (nome artístico), nascido José Odri Andrade de Araújo**

Natural da cidade de Benjamin Constant/AM. Artista plástico, poeta, membro e fundador da Associação Amazonense de artistas plásticos/ AAMAP/AM. Membro e fundador da Associação Cultural e Artística Vitória Régia de Benjamin Constant/AM. Membro do grupo Caravana Poética, ativista cultural de Benjamin Constant. odriaraujo@hotmail.com

### **Ramofly Bicalho dos Santos**

Graduado em História. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor adjunto IV na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – DECAMPD. Professor do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola - PPGEA na UFRRJ.

### **Rúbia Maria Farias Cavalcante**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: farias.rubia@gmail.com

### **Silas Garcia Aquino de Sousa**

Doutor em Engenharia Florestal/Conservação da Natureza, pela Universidade Federal do Paraná (2003), graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (1985), mestrado em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo (1993). Pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, professor colaborador da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, da Universidade Estadual do Amazonas - UEA e dos cursos de pós-graduação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. Tem experiência na área de Agronomia, Silvicultura e Agroecologia. E-mail: silas.garcia@embrapa.br

### **Snidem (Gleison Medins de Menezes)**

Especialista em Administração Pública (Universidade Cândido Mendes-UCAM); Bacharel em Ciências Econômicas (Universidade do Estado do Amazonas - UEA); Coordenador de Planejamento e Compras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/ Campus Coari. Músico amador e poeta. Email: gleison.medins@hotmail.com

### **Tiago dos Santos Oliveira**

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Grande Rio – Unigranrio. Estagiei na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Duque de Caxias, com projetos de residências para legalização e, com projeto de georreferenciamento de uso e ocupação do solo. Atua em pesquisa acadêmica e científica de Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) tradições e processos tectônicos, Projetos de Estruturas metálicas e Tratamento de efluentes residencial. E-mail: tiagost.arq@gmail.com

## Coleção FAAS

### Fazendo Antropologia no Alto Solimões

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.)*

2012. ISBN 978-85-63354-17-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.)*

2012. ISBBN 978-85-63354-18-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2

*Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.)*

2015. ISBN 978-85-63354-31-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)*

2016. ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)*

2016. ISBN 978-85-63354-50-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)*

2016. ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.)*

2017. ISBN 978-85-63354-66-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.),*

2017. ISBN 978-85-63354-52-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9

*Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz*

2017. ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10

*Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque*

2017. ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz*  
2018. ISBN 978-85-5467-010-8

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12  
*Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand*  
2018. ISBN 978-85-5467-012-2

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13  
*Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz*  
2018. ISBN 978-85-5467-017-7

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14  
*Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand*  
2018. ISBN 978-85-5467-024-5

# Obras afins

## **Coleção Diálogos Interdisciplinares**

*(Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand)*

1 - É possível uma escola democrática?

*Michel Justamand (org.).*

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand.*

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

*Michel Justamand.*

4 - História e representações: cultura, política e gênero.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.).*

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.).*

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

*Êmerson Francisco de Souza (org.)*

7 - Diálogos Híbridos.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).*

8 - Diálogos Híbridos II.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).*

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin

Constant – AM

*Sebastião Melo Campos*

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM

*Sebastião Melo Campos, Lincoln Olímpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza*

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)*

12 - Tabatinga e suas Lendas

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta*

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

*Eliane Aparecida Faria de Paiva*

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM

*Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)*

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2  
*Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)*

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si

*Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)*

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia  
*Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)*

### **Coleção Arqueologia Rupestre**

*(Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand)*

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental.

*Michel Justamand*

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

*Michel Justamand.*

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres.

*Michel Justamand.*

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar.

*Michel Justamand.*

5 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI

*Michel Justamand.*

6 - A mulher rupestre.

*Michel Justamand.*

7 - Arqueologia da Sexualidade.

*Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.*

8 - Arqueologia do Feminino.

*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.*

9 - Arqueologia da Guerra.

*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e  
Pedro Paulo A. Funari.*

10 - Arqueologia e Turismo.

*Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez*



# ESSÊNCIA

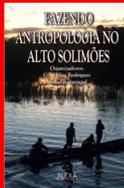
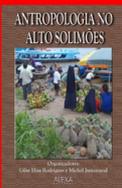
Sou do Norte, terra de caboclo forte,  
que toma açai, come piracuí,  
bodó assado e jaraqui, [...]  
planta roça, faz farinha  
pra comer com pupeca de sardinha, [...]  
Lugar onde, às seis da manhã, o galo canta  
despertando a gente pra tirar a mandioca de molho; [...]  
Eita vidão! Ao cair da noite,  
história do curupira, do matinta-pereira, [...]  
da cobra-grande brilhando...  
Brilhando, de mansinho, no rio...  
No rio de minha imaginação...

Marta Cortezão

## Coleção FAAS

### Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



ISBN 978-85-5467-024-5



9 788554 670245